

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
APLICADAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**Programa de Pós-Graduação em Educação – PUC-Campinas**

**CÉLIA CHRISTINA DE ALMEIDA PADRECA NICOLETTI**

**ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE  
SOBRE AS PUBLICAÇÕES NA  
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**

CAMPINAS

2012

**CÉLIA CHRISTINA DE ALMEIDA PADRECA NICOLETTI**

**ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE  
SOBRE AS PUBLICAÇÕES NA  
REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid.

Linha: Práticas Pedagógicas e Formação do Educador.

PUC-CAMPINAS

2012

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t378  
N643e

Nicoletti, Célia Christina de Almeida Padreca.  
Ensino Superior: uma análise sobre as publicações na Revista Brasileira de Educação / Célia Christina de Almeida Padreca Nicoletti. - Campinas: PUC-Campinas, 2012.  
122p.

Orientadora: Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid.  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.  
Inclui bibliografia.

1. Ensino Superior. 2. Universidades e faculdades - Avaliação. 3. Educação - Periódicos. 4. Ensino superior - Pesquisa. 5. Professores Formação. I. Megid, Maria Auxiliadora Bueno Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Educação. III. Título.

22.ed. CDD – t378

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientador Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid

Examinador Externo Prof<sup>ª</sup>. Dra. Celi Aparecida Espasandin Lopes – UNICSUL

Examinador Externo Suplente Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adair Nacarato - USF

Examinador Interno Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elvira Cristina Martins Tassoni

Campinas, 02 de fevereiro de 2012.

**Autor: NICOLETTI, CÉLIA CHRISTINA DE ALMEIDA PADRECA.**

**Título: "ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE AS PUBLICAÇÕES NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO."**

**Orientador: PROFA. DRA. MARIA AUXILIADORA BUENO ANDRADE MEGID**

**Dissertação de Mestrado em Educação**

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação de Mestrado em Educação da PUC-  
Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

**Data: 02/02/2012**

**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
**PROFA. DRA. MARIA AUXILIADORA B. A. MEGID**



\_\_\_\_\_  
**PROFA. DRA. ELVIRA CRISTINA M. TASSONI**



\_\_\_\_\_  
**PROFA. DRA. CELI APARECIDA E. LOPES**

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela realização pessoal e profissional em cursar o Mestrado, pela alegria e atendimento aos meus apelos de força, perseverança, discernimento e sabedoria para o cumprimento deste trabalho.

À minha querida **Mãe** Myriam, tão amada, iluminada e minha melhor amiga, pelas orações e tudo o que sempre fez por mim. Sempre solícita em ajudar, ouvir e apoiar em todos os momentos de alegrias e de angústias. Só tenho a agradecer pela presença constante em minha vida e por ser muito especial.

Ao meu **filho** Gabriel, muito amado, hoje com 10 anos, que sentiu muito a minha ausência nos momentos de dedicação a este trabalho.

À minha **família**: minha **irmã** Cláudia (dona de um coração imenso e sempre pronta para ajudar) e meu **marido** Marcelo (que presenciou o meu cansaço e as minhas variações de humor e disposição para o cumprimento de todo o processo). Ambos me apoiaram e compreenderam a importância deste trabalho em minha vida pessoal e profissional.

Não foi fácil cumprir e conciliar, simultaneamente, este trabalho com todos os meus afazeres profissionais, pessoais e domésticos.

À **amiga** Aninha (Ana Paula) que esteve sempre comigo, em todos os momentos de alegrias e de tristezas ao longo deste curso. Agradeço por tê-la conhecido, por sua amizade e pela convivência.

À Profª Dra. Maria Auxiliadora Bueno Andrade Megid (**Dora**), orientadora deste trabalho.

À professora Dra. **Celi** Aparecida Espasandin Lopes e Profª Elvira **Cristina** Martins Tassoni pelas contribuições apresentadas nas bancas examinadoras de qualificação e de defesa, que muito nos auxiliaram para o desenvolvimento e aprimoramento deste trabalho.

Aos **professores** do Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Educação) da PUC-Campinas, que me transmitiram conhecimentos na área de educação.

Aos colegas da minha **turma**: foi uma alegria imensa conhecê-los e compartilhar a vivência deste aprendizado com cada um deles. Desejo-lhes muito sucesso.

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas (**PUC-Campinas**) pela participação neste curso.

## RESUMO

NICOLETTI, Célia Christina de A. Padreca. Ensino Superior: Uma análise sobre as publicações na Revista Brasileira de Educação. Dissertação de Mestrado em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA), Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas-SP, 2012.

Nosso objetivo com esta pesquisa de caráter bibliográfico foi o de buscar artigos relacionados aos estudos que focam o Ensino Superior nos exemplares da Revista Brasileira de Educação da ANPEd, na 1ª década do século XXI. Selecionamos 44 artigos, aqueles que focavam mais diretamente o Ensino Superior em seus diferentes aspectos: a formação de professores; a historicidade da instituição universitária; o desenvolvimento da produção da educação superior; as reformas do estado e as políticas públicas; globalização e democratização; percurso de estudantes. A questão que norteia a pesquisa assim se configura: Quais contribuições relacionadas ao Ensino Superior são trazidas pelos artigos da Revista Brasileira de Educação na 1ª década do século XXI? Justificamos nossa intenção de pesquisa no sentido de que este trabalho possa contribuir para a reflexão sobre o ensino, a produção e o trabalho docente no Ensino Superior. O método de coleta de dados utilizado foi o de caráter qualitativo. Elegemos a pesquisa bibliográfica como recurso útil para a análise do conteúdo dos artigos. Após a leitura dos 44 artigos, escolhemos alguns eixos que nos proporcionassem uma análise mais profunda do que neles encontramos: Ensino Superior e propostas políticas; Formação de professores; Relação entre teoria e prática; Visão organizacional da Universidade; Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis. A partir desse estudo entendemos ser possível refletir o papel dos professores do Ensino Superior, o espaço de atuação deste profissional e o aluno da graduação como atores de um ambiente diferenciado de formação. Também esperamos que os resultados desta pesquisa possam beneficiar outros estudos relacionados à compreensão do espaço universitário, às suas características particulares, especificidades, necessidades e anseios. Os resultados da pesquisa nos permitiram verificar que a qualidade da formação dos professores, as políticas públicas e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão são pilares fundamentais que orientam o processo formativo dos discentes, trazendo influências diretas e indiretas para a sustentação e imagem do Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; formação de professores; ambiente universitário.

## ABSTRACT

NICOLETTI, Célia Christina de A. Padreca. University Education: An analyze about publications in the Brazilian Magazine on Education (Revista Brasileira de Educação). Dissertation for the title of Master in Education - Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA), Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas-SP, 2012.

Our objective with this research on bibliography aims was to search articles related to the studies that focus on University Education on the Brazilian Magazine on Education (Revista Brasileira de Educação – ANPEd), in the first decade of the 21<sup>st</sup> century. Forty-four articles have been selected, those that more directly focus on University Education, in its different aspects: teachers' graduation, the history of the university institution; the development of university production, state reforms and public policies, globalization and democratization; students' route. The research is based on the following issue: Which contributions related to University Education are mentioned in the articles of Brazilian Magazine on Education (Revista Brasileira de Educação), in the first decade of the 21<sup>st</sup> century? Our intention is justified by the fact that this study may contribute to the reflection on teaching, the production and work of the teachers at the University. The methodology used for data collecting had a qualitative mark. The bibliographical research has been chosen as a useful resource for the analysis of the articles.

After the reading of the 44 articles, we have chosen some axles that could provide a deeper analysis of what was found: University Education and political proposals; Teachers' Graduation; the Relation between practice and theory; Organizational View of the University; Teaching; research and extension: inseparable aspects. From this study, we believe that it is possible to reflect on the teachers' role at University Education, the acting space of these professionals and the University students, as agents of a graduation diversified environment. We also hope that the results of this research may help other studies related to the understanding of the University space, its specific characteristics, it needs and expectations. As some results of the research, we have been able to verify that the quality of the teachers' graduation, the public policies and the inseparability between teaching, research and extension are fundamental for the process of the students' graduation, bringing direct and indirect influences to support the profile of University Education.

**Key words:** University Education; Teacher's graduation; Environment inside University.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos artigos relacionados ao Ensino Superior por ano de Publicação.....	36
Quadro 2 - Distribuição dos artigos quanto à classificação específica e principal assunto.....	38
Quadro 3- Distribuição da quantidade de artigos por eixo (principais assuntos)	39
Quadro 4 – Eixo 1: Formação de professores.....	42
Quadro 5 – Eixo 2: Relação entre teoria e prática.....	51
Quadro 6 – Eixo 3: Visão organizacional da empresa.....	52
Quadro 7 – Eixo 4: Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis.....	55
Quadro 8 – Eixo 5: Ensino Superior e propostas políticas.....	58
Quadro 9 – Artigos analisados.....	78

# SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	15
1.1 Formação inicial e continuada de professores.....	15
1.2 Formação do docente universitário.....	19
1.3. Ambiente universitário .....	23
1.4. Profissionalidade do docente universitário .....	25
1.5 Ensino Superior – concepções do final do século XX e início do século XXI .....	27
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA: DELINEAMENTO E CONSTITUIÇÃO .....	32
2.1 Em busca de informações para o entendimento da aplicação da análise de conteúdo .....	33
2.1.1 A pré-análise .....	33
2.1.2 A exploração do material (estudo aprofundado do material) .....	34
2.1.3 Tratamento dos artigos selecionados .....	35
2.2 Artigos selecionados para análise .....	36
CAPÍTULO 3 – O ENSINO SUPERIOR E SUA ABORDAGEM NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO .....	42
3.1 Formação de Professores .....	43
3.2 Relação entre teoria e prática.....	51
3.3 Visão organizacional e transformações na Universidade .....	53
3.4 Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis .....	56
3.5 Ensino Superior e propostas políticas .....	59
Ensino Superior .....	70
REFERÊNCIAS .....	74

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a pesquisar, a partir da análise de artigos, o conhecimento produzido em um periódico sobre o Ensino Superior. Nosso objetivo com esta pesquisa de caráter bibliográfico é o de buscar artigos relacionados a estudos que focam o Ensino Superior nos exemplares da Revista Brasileira de Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), na 1ª década do século XXI.

O interesse em buscar contribuições trazidas pelos artigos, sobre o tema, se deu pelo fato de percebermos necessidades no cotidiano profissional — advinda do fato de atuar como professora do Ensino Superior no curso de Relações Públicas — e também para trazer embasamento científico ao nosso processo de conhecimento e vivência no exercício do Ensino Superior.

Retrato aqui minha trajetória.

Iniciei minhas atividades profissionais na área de educação, ainda no período em que cursei o Magistério, fase em que os alunos passam pelo estágio em salas de aula. Com quinze anos, a convite de uma docente que ministrava aulas para a quarta série/ano, iniciei minhas atividades no estágio.

Foram momentos inesquecíveis de prática em sala de aula, pois a referida docente deixava suas funções sob minha total responsabilidade, tanto no que se refere a ministrar os conteúdos quanto à aplicação das avaliações.

Acabei concluindo, antes do prazo determinado, as horas necessárias para o cumprimento do estágio antes do prazo determinado, mas continuei como voluntária auxiliando a docente na mesma sala de aula e também acompanhando atividades de outras docentes, em outras salas.

Durante a minha trajetória acadêmica, enquanto cursava Comunicação Social - Relações Públicas, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas, atuei como Professora de Pré-escola, vinculada à rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Salto.

Dediquei-me também a trabalhos voluntários com crianças e jovens infratores, no Fundo Social de Solidariedade (FUNSSOL) ministrando aulas de alfabetização e de escolarização para crianças de faixa etária entre sete e quatorze anos. Após estas aulas, para promover a integração e contribuir para o

restabelecimento dos integrantes junto à sociedade e a sua valorização, permaneci com esses menores, enquanto montavam soquetes para ocupar o tempo e obter a renda deles.

Essas foram ações que fizeram a diferença em minha vida e contribuíram para minha realização pessoal. Percebi o quanto o professor tem um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem e como pode servir de modelo para transformar positivamente a vida de outras pessoas.

Outras atividades voluntárias estiveram presentes em minha trajetória, na área de educação, como a de ministrar aulas de outro idioma (Inglês) para o curso supletivo.

Fora da área de educação atuei em atividades administrativas junto aos funcionários, familiares dos mesmos e da comunidade em geral. Formamos grupos sociais e nos diferenciamos como cidadãos, isso me fez perceber que quando estamos em companhia de outras pessoas, adquirimos culturas e conhecimentos diferentes, quer seja em nossas residências, em nosso trabalho, no ambiente escolar e em momentos de lazer. Podemos desenvolver nossas atividades em paralelo com ações que possam beneficiar o próximo e o meio ambiente.

A prática docente deve proporcionar aos alunos o domínio de conhecimento e também habilitá-los para o exercício de atividades profissionais.

Os educadores são exemplos a serem seguidos pelos alunos e, além do conhecimento, podem transformá-los em seres humanos mais sensíveis às necessidades sociais existentes. Através da orientação para a construção de conhecimento e aquisição de experiências, os educadores trazem aos discentes possibilidades de encontrarem respostas positivas para os novos desafios.

Retornei à área de educação em 2006, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), como docente da Faculdade de Relações Públicas.

Embasada nas minhas experiências anteriormente relatadas, pude perceber o quanto é necessário que a didática aplicada pelos professores em sala de aula seja adequada ao processo de ensino-aprendizagem, proporcionando que a assimilação do conteúdo pelos educandos vá além do conteúdo pré-determinado, em busca de obtenção dos mais amplos e melhores resultados.

Por atuar como docente universitária e também para obter mais informações referentes ao contexto acadêmico, surgiu o interesse de pesquisar o que já tem sido publicado em artigos a respeito do Ensino Superior e formação de professores para este nível, na última década.

Na busca de atingir tal objetivo, foi necessário definir onde seriam encontrados tais artigos. Após avaliarmos alguns veículos propagadores de pesquisas sobre educação, identificamos a Revista Brasileira de Educação da ANPEd e a tomamos como objeto de análise.

A Revista Brasileira de Educação da ANPEd é tida como relevante para a área de Educação e traz resultados de estudos de importância para pesquisas que são desenvolvidas sobre essa área e, no caso específico de nossa pesquisa, nos deu subsídios para buscar informações sobre o Ensino Superior.

A ANPEd é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976 graças ao esforço de alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação. Em 1979, a Associação consolidou-se como sociedade civil e independente, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Educação) e sócios individuais (professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em educação).<sup>1</sup>

Conforme a descrição de informações contempladas em seu site, a finalidade da Associação é a busca do desenvolvimento e consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da Educação no Brasil. Ao longo dos anos, esse organismo tem-se projetado no país e fora dele, como um importante fórum de debates das questões científicas e políticas da área, tendo se tornado referência para acompanhamento da produção brasileira no campo educacional.

A classificação do referido periódico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é A1 (Qualis 1) e a revista é considerada importante para a área da Educação, uma vez que busca assegurar a divulgação de artigos científicos resultantes de pesquisas.

Segundo estudo realizado no site da Capes<sup>2</sup>, a avaliação Qualis é utilizada para a classificação da qualidade da produção intelectual em programas de pós-graduação. Designa:

---

<sup>1</sup> Site: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br), consultado em 25 de abril de 2011

<sup>2</sup> [www.capes.gov.br/avaliacao/qualis](http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis)

[...] o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. (...) Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. (...) O aplicativo que permite a classificação e consulta ao Qualis das áreas, bem como a divulgação dos critérios utilizados para a classificação de periódicos é o WebQualis ([capes.gov.br/avaliacao/qualis](http://capes.gov.br/avaliacao/qualis)).

Dessa maneira, justificamos a escolha dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação da ANPEd - exemplares 16 a 45 – compreendidos entre os anos de 2001 a 2010. Na área de Educação, essa revista é enquadrada no estrato indicativo de qualidade como A1.

Para configurar o trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e para a realização da coleta de dados utilizamos as técnicas de pesquisa de análise de conteúdo.

O que buscamos nos artigos foi analisar o conhecimento relacionado ao Ensino Superior por eles divulgado e compreender se o estudo das pesquisas já divulgadas na Revista da ANPEd, entre os anos de 2001 e 2010, trazem contribuições para ações, reflexões e posicionamentos mais críticos no processo de ensino-aprendizagem, relacionados à realidade e às necessidades do Ensino Superior.

A partir da leitura dos artigos que abordavam o foco da nossa pesquisa, selecionamos os quarenta e quatro que mais diretamente nos auxiliam na abordagem do Ensino Superior. Encontramos nos mais pesquisados, diversos aspectos relacionados ao tema “Ensino Superior”: peculiaridades relacionadas à formação de professores; historicidade da instituição universitária; desenvolvimento da produção da educação superior; reformas do Estado e as políticas públicas; globalização e democratização; percurso de estudantes de camadas populares; cultura e avaliação institucional: saberes.

A questão que norteia a pesquisa assim se configura: Quais contribuições relacionadas ao Ensino Superior são trazidas pelos artigos da Revista Brasileira de Educação na 1ª década do século XXI? Justificamos nossa intenção de pesquisa no sentido de que este trabalho poderá contribuir para o embasamento teórico de profissionais docentes do Ensino Superior, no que se refere à reflexão

sobre a prática docente e sobre a compreensão da complexidade da ação pedagógica no Ensino Superior, bem como para as pesquisas sobre o tema.

# **CAPÍTULO 1 – CONSTITUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Neste capítulo trazemos algumas considerações teóricas sobre os aspectos fundamentais da nossa pesquisa. Para isso foi necessária uma busca em textos produzidos por diferentes autores que contemplassem o que focamos em nosso estudo, que é o de trazer o conhecimento e suas contribuições para o Ensino Superior em pesquisas já divulgadas na Revista Brasileira de Educação (período compreendido entre 2001 e 2010).

Daremos destaques aos seguintes tópicos: Políticas de formação no Ensino Superior e Formação de Professores. O estudo em questão traz uma análise baseada em leituras de conteúdos que fazem referência aos temas escolhidos e darão sustentação ao trabalho pesquisado sobre o Ensino Superior e o universo no qual o ensino de graduação está envolvido.

Os itens que a seguir elencamos trazem contribuições para o entendimento do papel e da importância do professor e de sua formação, destacando o fato de que as universidades, faculdades ou instituições do Ensino Superior têm suas culturas e políticas próprias e também suas regras de funcionamento. Nesse contexto, o ambiente educativo, todos os profissionais que o compõem, os alunos e demais participantes desse nível de ensino contribuem direta ou indiretamente para a sua constituição.

## **1.1 Formação inicial e continuada de professores**

A docência é uma das mais antigas ocupações modernas, segundo Tardif e Lessard (2011, p. 21-22), quando se trata de transformações e de situar-se dentro do âmbito socioeconômico do trabalho e complementam afirmando que a educação representa, com os sistemas de saúde, a principal carga orçamentária dos estados nacionais.

Os autores registram que o impacto do ensino sobre a sociedade não se baseia somente nas variáveis econômicas e que ela está cada vez mais enraizada no conhecimento e nas competências entre os membros que a constitui.



Historicamente retratada, a escolarização vem sendo modificada em função das necessidades específicas de trabalho dos professores em seu ambiente escolar. As relações sociais na escola são decorrentes de interações entre professores e alunos, que se constituem em relações de trabalho.

Chamou-nos a atenção, neste estudo sobre a docência como trabalho, (Ibidem, p. 23-24), que a pesquisa sobre a prática docente se atenta a questões abstratas como: a pedagogia, a didática, a tecnologia do ensino, o conhecimento, a aprendizagem, entre outros, deixando de levar em consideração alguns fatores como: tempo de trabalho dos professores, número de alunos, suas dificuldades e diferenças, a matéria, os recursos disponíveis, as dificuldades, relações de trabalho, a burocracia, entre outros.

Muitos professores ainda adotam práticas convencionais de ensino, por costume ou mesmo seguindo sempre o que lhes é imposto através de moldes tradicionais, ou mesmo porque não há recursos financeiros e materiais que lhes permitam avançar além desses limites. Essa situação organizacional escolar e do trabalho dos professores limita-se ao interior de suas salas de aula e sem participação no que acontece no seu exterior. As situações são bem mais complexas do que essas afirmações, em que se torna necessário ligarem à questão da profissionalização do ensino à questão da complexidade da atuação docente.

Embora essencial, o exercício da atividade profissional docente não fica restrito às relações de classes sociais e relações com os alunos. Os professores justificam a sua competência profissional através experiências vivenciadas com os alunos, que vão além da formação, através de outras experiências profissionais específicas.

No que se refere à análise de licenciaturas e ao estudo da formação inicial de professores no Brasil, são trazidos dilemas que persistem nos cursos desde a sua origem, as perspectivas de superação desses problemas e as novas questões colocadas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) - 9394/96, segundo Pereira (2000, p. 53).

As licenciaturas foram criadas, no Brasil, na década de 30, com foco na regulamentação do preparo de docentes. Elas surgiram, (Ibidem, p. 54) “[...], seguindo a fórmula “3 + 1” em que as disciplinas de natureza pedagógica, cuja

duração prevista era de *um* ano, estavam justapostas às disciplinas de conteúdo, com duração de *três* anos”.

O autor traz, ainda, registros de que, no final da década de 70 teve início o movimento pela reformulação dos cursos de formação de educadores no Brasil e foi marco para a reformulação dos cursos de Pedagogia, estendido também para a reforma das licenciaturas. Em 1980, surgiu a proposta Valnir Chagas, que determinou a criação das licenciaturas de 1º grau de curta duração, formando professores polivalentes, em que, pela Indicação nº 23/73, foram propostas cinco áreas: Comunicação e Expressão, Educação Artística, Educação Física, Estudos Sociais e Ciências. A partir de 1983, as “licenciaturas curtas” e a “licenciatura plena” tornaram-se pautas de discussão do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores. Quanto às “licenciaturas polivalentes” foram reafirmadas posições de extinção de licenciaturas curtas e parceladas, a médio e longo prazo, e a não autorização do funcionamento de novos cursos desta natureza.

Cabe destaque também aos problemas existentes nas dicotomias entre teoria e prática, ensino e pesquisa, alunos do bacharelado e da licenciatura, desvinculação das disciplinas de conteúdo e pedagógicas e o distanciamento entre a formação acadêmica e prática docente na escola.

A LDB foi aprovada após longo período de tramitação no Congresso Nacional, e as atuais diretrizes da Lei 9.394/96 trazem a necessidade de reestruturação e revisão sobre a formação de professores no país. Essa lei determina que a formação de docentes para a educação básica se dê “[...] em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]” e, conforme Art. 62, que admite “[...] como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.” As universidades, institutos básicos e faculdades de educação têm um papel fundamental na formação de professores quanto à condução dos cursos de Licenciatura e devem ser conduzidos a sério desde sua fase inicial. Assim, os docentes não podem ser vistos como, simplesmente, transmissores de conhecimento, mas sim como quem sabe “como” e “o que” ensinar.

A partir desse pressuposto é que enalteçemos o fato de que o licenciado, já habilitado a ser professor da escola básica, seja visto como aquele que tem bagagem construída durante a vivência escolar, fundamentada na formação superior e que continuará se formando através da prática pedagógica. Convém destacar que o profissional professor deve estar em constante formação. Sendo assim, a Licenciatura é, então, uma etapa intermediária para o complexo processo de formação docente.

Referindo ao contexto europeu (NÓVOA-1992, apud TARDIF; LESSARD, 2011), indica ter havido, nos últimos dez anos, uma deslocação de preocupações da formação inicial para a formação continuada, levando-se em consideração essa formação a partir de três eixos: 1- A pessoa do professor e a sua experiência (reflexibilidade e construção/reconstrução permanente de identidade pessoal); 2- A profissão e seus saberes (estímulo à apropriação dos próprios saberes); 3- A escola e seus projetos (necessidade de mudanças nos contextos em que eles intervêm).

A explicação para a necessidade da formação continuada de professores se justifica quando se comprova que a formação não termina quando se obtém a Licenciatura ou se adquire o diploma. Aqui explicitamos que a sua atualização deve ser constantemente realizada, devendo prosseguir com cursos de aperfeiçoamento durante toda a permanência na atividade profissional, como requisito básico para o desempenho de sua função como docente.

Para Zabalza (2004, p. 27-28), quando se trata de atribuição e valor ao conhecimento, atribui-se à universidade um papel de protagonista no processo de formação. A formação é um recurso social e econômico e para que seja eficiente não se pode restringir esse processo aos anos de estudo no período acadêmico, na Instituição de Ensino Superior ou na universidade. Ele deve perdurar como processo contínuo de formação ao longo da vida.

São oferecidos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado para a área de educação, que atendem os docentes recém-formados ou àqueles que pretendem dar continuidade à sua formação, além de opções de cursos extracurriculares que complementam a formação desses docentes e os habilitam ainda mais para o exercício de suas atividades e de sua atualização.

## 1.2 Formação do docente universitário

A docência é uma das mais antigas profissões, e no âmbito universitário ela é constituída com o intuito de formar profissionais nas mais diversas áreas de atuação.

No que tange ao exercício da docência universitária, esta atividade requer planejamento e pleno envolvimento da instituição, uma vez que a prática docente necessita também de adequada estrutura física para que as formações do conhecimento intelectual e social sejam possíveis no âmbito universitário. Por outro lado, há necessidade da excelência no que se refere à formação científica específica dos docentes das disciplinas contempladas nas grades curriculares, o uso de didática adequada a ser aplicada para que esses conteúdos sejam ministrados e resguardar que as diversidades encontradas nos contratos de trabalho dos docentes.

Ao levantarmos dados sobre as exigências que envolvem o exercício da docência, suas necessidades de formação, não podemos deixar de enunciar questões apontadas por Zabalza (2004) como: formação Por quê e para quê? Quem e para quem? Como e de que forma? Quando e até quando? Quais? Entre outros questionamentos que devem ser feitos quando alguém pretende tornar-se docente e, aqui retratado, um docente universitário.

Necessidades como essas devem ser consideradas quando se trata da amplitude que envolve essa prática pedagógica. Os cursos de licenciatura formam pessoas habilitadas em contribuir para o processo formativo de outras pessoas que irão ministrar aulas. As demais graduações habilitam para outras profissões.

Dessa forma, no que se refere às questões de aprimoramento profissional, compete a cada docente organizar a trajetória de sua própria formação. Cada um deve, constantemente, responder às questões acima, quando encontrará as respostas para identificação sobre qual o tipo de formação esse docente necessita, em qual momento ele deverá avançar ou se manter dentro das exigências que são pré-requisitos para o exercício da profissão, bem como esclarecer quais objetivos esse docente tem e são necessários para complementação de sua formação.

Sobre os enfrentamentos da formação docente e as políticas de formação, (Ibidem, p. 149-150) apresenta três condições de aprendizagem que poderiam ser

aplicáveis, trazidas pelo professor Fernández Huerta, definidas como eliminação, estimulação e pressão. A primeira condição, a da eliminação, é a de extinguir as possibilidades de se confrontar com o que o autor chama de obstáculos, os quais podem interferir ou impedir que a aprendizagem se cumpra. A segunda condição, a da estimulação, é elucidada através do exercício da motivação, que deve ser aplicado para que a aprendizagem seja obtida e onde há estímulo para que a aprendizagem seja efetiva e onde se compreende os benefícios trazidos por essa aprendizagem. A última condição, a da pressão, faz parte desse contexto pelo motivo de que nem a eliminação e nem a estimulação são suficientes para que haja a formação.

Estas condições referem-se ao fato do docente estar preparado para atuar de maneira que enfrente situações adversas e tenha conhecimento, habilidade e discernimento para que alguns fatores não o impeçam de ensinar conforme estava previsto e para que os planos de aula e de ensino se cumpram.

Outros fatores dizem respeito à questão da pressão, que é bastante positiva por servir de estímulo para o aprendizado, para o cumprimento das metas e determinações dos planos e para que, principalmente, os docentes não se acomodem com o que já aprenderam, julgando que já foi o suficiente para ensinar sempre. Com essa pressão, eles acabam tendo que sempre se atualizar seguindo cronogramas e necessidades, alinhando-se assim aos seus pares e também contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da instituição onde atuam, no que diz respeito à qualificação.

Outro fato importante na formação do docente universitário, que também é válido para qualquer fase de ensino do profissional da área da educação, consiste na busca da qualificação através dos seus próprios interesses, o que faz com que esse docente se atualize constantemente, sem que haja a imposição por parte da instituição de ensino onde atua. Este docente pode buscar o aprimoramento profissional para vincular à sua formação, tendo em vista o reconhecimento e os benefícios desta formação, sempre ancorados ao crescimento que ele incorpora para si mesmo e para a própria instituição a que está diretamente vinculado.

Em algumas universidades, os docentes com formação mais qualificada, ou seja, com cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, têm a oportunidade de desenvolver outras práticas que podem ser estendidas para as áreas de pesquisa e de extensão, as quais vão além das atividades em

sala de aula. Quando selecionados para essa atuação, mas não exercem somente suas funções em sala de aula, desenvolvem atividades junto a projetos de pesquisa ou de extensão. Outra possibilidade de atuação reside na gestão administrativa da instituição, com cargos como direção, integrador, coordenador, entre outros, em função incorporada através de concurso ou atribuição.

Fica evidente, contudo, que a maior qualificação na formação docente é imprescindível para que os novos projetos, as novas práticas e as novas oportunidades se façam presentes. Essa busca incessante de adquirir novos conhecimentos e de constante atualização resulta em maior qualidade de ensino e repercute em profissionais formados com muito mais qualificação.

Podemos depreender que, quanto mais qualificação profissional e preparo pedagógico os docentes universitários tiverem para o exercício de sua função, melhor qualificadas serão as universidades e seus discentes. Aqui, como desafios, estão incluídas questões da formação específica, em alinhamento com o processo de ensino-aprendizagem, que, contextualizados conjuntamente, levam à obtenção dos melhores resultados.

Outro fato, ainda nessa direção, diz respeito à atuação de docentes universitários em caráter de substitutos, que têm como principal prática profissional as ações de outra natureza que não a docência. Exercem o magistério como atividade secundária, complementar ou provisória. Um dado bastante preocupante (Ibidem, p. 159): é superior a 30% a participação total dos docentes universitários que se enquadram nesse aspecto, exercendo de maneira provisória a função docente nas universidades. A participação de docentes universitários em caráter temporário pode ser positivamente significativa ou pode resultar em obstrução da aprendizagem se o perfil deste profissional não for adequado ou se seu posicionamento pedagógico for pouco apropriado para a formação de seus alunos.

Através dos registros das leituras aqui contidos, podemos constatar alguns dos dilemas que perduram quando nos atemos à especialização e à formação pedagógica dos docentes universitários no exercício de suas funções.

Com esses estudos, estamos registrando a complexidade que envolve a atuação docente, entendendo que o papel do docente universitário vai muito além da prática em sala de aula. Sua atuação requer que ele domine tanto a prática

pedagógica quanto ao conteúdo a ser ministrado nas disciplinas que lhes competirá exercer.

Citamos anteriormente grandes desafios que são sintetizados (Ibidem, p. 169), indicando o que se é esperado para os próximos anos no que se refere à prática pedagógica do Ensino Superior. A docência precisa passar da atuação baseada no ensino para ter foco na aprendizagem. Essa afirmação do autor se justifica no sentido amplo de que a função de aprender deverá ser tarefa do discente, o qual deverá se empenhar para assimilar o que o docente lhe ensinou. Ao docente caberá ir além, ciente de que antes do compromisso com sua disciplina está o compromisso com seus alunos, tendo o papel de facilitador da aprendizagem e fazendo sempre o possível para que seus alunos tenham o acesso intelectual aos conteúdos e às práticas das disciplinas.

Complementando o que foi abordado anteriormente, a desvinculação ou independência entre o processo de ensinar e o processo de aprendizagem é o principal desafio da formação dos professores universitários. Torna-se clara a divisão das funções do docente: o professor universitário como responsável pelo ensino e por atribuir ao discente (aluno) a responsabilidade pela aprendizagem. Baseado nessa distinção de funções, é que Zabalza (2004) retrata a necessidade de transformações neste foco. O que se pretende é que os professores tornem-se profissionais da aprendizagem e não restritamente especialistas conhecedores de suas áreas e que sabem explicar os temas. Cabe ao professor o processo de aprendizagem e ao aluno, o esforço em assimilar os conteúdos ministrados.

Ainda abordando as questões do ensino e da aprendizagem, (Ibidem, p. 169) descreve que alguns alunos obtêm bons resultados, derivados de seus esforços e interesses, e que outros alunos, mesmo com tentativas de obtenção de resultados através de esforços e interesses, acabam por apresentar resultados inferiores ao desejado. Muitos dos que apresentam resultados inferiores não valorizam a aprendizagem (exemplo do que se constata nas rotinas diárias na universidade: alunos que estudam somente para e na véspera das provas e que têm o objetivo de responder as questões da avaliação).

Outro fator de grande relevância que não pode deixar de ser destacado é a formação pautada na utilização de novos cenários, como o tecnológico (que pode ser utilizado como possibilidade didática e formativa) e que serve como suporte e como facilitador para o armazenamento e a gestão da informação ou do

conhecimento. Conforme apontado (Ibidem, p. 172), junto com esses recursos surgiriam outras novas modalidades para a formação, tanto nos âmbitos do ensino quanto da aprendizagem, tais como: ensino à distância ou semipresencial e modelos de autoaprendizagem através da internet.

### **1.3. Ambiente universitário**

Para Schön (2000, p. 226-227), “[...] há no universo comportamental da universidade, especialmente nas principais universidades voltadas à pesquisa, uma norma poderosa de individualismo e competitividade.” O mesmo autor indica que os professores tendem a ser agentes do desenvolvimento intelectual dos alunos e que os resultados desta inovação intelectual devem ultrapassar limites e avançar para outros ambientes acadêmicos ou práticos no mundo.

As discussões que giram em torno das finalidades da universidade ainda são grandes. Por esse motivo, em busca de esclarecimentos quanto às suas especificidades e porque são intituladas dessa forma, contextualizamos algumas observações retratadas por Fávero (1994, p. 53) sobre a finalidade primordial da Universidade, que é a produção do conhecimento.

Para o mesmo autor, há uma complexidade que envolve a constituição da denominação universidade, englobando: a pesquisa científica, os estudos literários e filosóficos, a criação artística, a investigação em todos os domínios da ciência e da cultura. Todas essas características devem constituir-se como primeiros objetivos da universidade no mundo contemporâneo. Há aqui a necessidade de salientar que ela se constitui a partir de projetos voltados para o ensino, a pesquisa e a extensão nos mais variados campos de conhecimento.

Uma universidade, além desses requisitos, para que seja assim denominada, deve propiciar o avanço do saber, a interação entre grupos sociais, a revelação de descobertas e o aprendizado através da aquisição do conhecimento realizado com a articulação entre teoria e prática.

Zabalza (2004, p. 21-22) relata que a universidade passou por significativas mudanças nos últimos vinte e cinco anos e que, na época em que ele se formou (final dos anos 1960, início dos anos 1970), não havia a forte pressão social e competitividade que existe agora. O autor destaca, ainda, que este cenário passou a ser constituído e persiste até hoje por reflexos das transformações que ocorreram ao longo dos tempos.



Antes, tudo era diferente. Como o número de alunos que tinha a possibilidade de estudar nas universidades era menor, a qualidade de ensino e de dedicação dos universitários era maior também e a socialização entre os alunos da mesma e de outras áreas se fazia mais presente. O contato entre alunos e professores também era mais possível e a disponibilidade para a permanência dos alunos no ambiente universitário era mais presente facilitando todo o processo de ensino-aprendizagem (Ibidem).

Para o mesmo autor, não só o aumento do ingresso de alunos nas universidades e as diferenças entre as classes sociais foram responsáveis pelas transformações ocorridas, mas outros fatores influenciaram direta e indiretamente esse cenário de mudanças, como: a redução de investimentos, diferenças na passagem da orientação focada no ensino para o foco na aprendizagem, as novas tecnologias e o oferecimento de ensino à distância.

Complementando este novo cenário de transformações no âmbito universitário, não podemos deixar de enunciar questões relacionadas à globalização, bem como alguns fatores particulares a cada universidade, que englobam as dificuldades para aplicação das próprias regras, e que contextualizam os papéis sociais, econômicos e políticos que fazem parte do ambiente universitário.

Aqui cabe destacar a exigência constante de formação contínua dos docentes, pois as mudanças citadas anteriormente fazem com que a pressão pelos resultados embasados em qualidade esteja cada vez mais presente, tanto para o crescimento profissional do corpo docente (voluntariamente ou através de pressão) quanto para a universidade que se preocupa cada vez mais em manter o seu renome ou crescer e ser valorizada por isso.

A competitividade entre as Instituições de Ensino Superior existentes no Brasil e no exterior é cada vez mais acirrada, devido ao crescimento do número de instituições universitárias e da qualidade apresentada no cumprimento de suas funções, o que faz com que seja ainda mais crescente a preocupação com a formação de seu corpo docente e com a formação dos futuros profissionais (discentes).

É ainda presente, no cotidiano de muitos profissionais, que basta o período de vivência universitária para a habilitação profissional dos formados e que o conhecimento adquirido nesse período é suficiente para o exercício de suas

atividades para o resto de suas vidas. Faz-se necessário indicar que não basta o processo de formação contínua somente para os docentes. Esta ação é evidente não apenas para os professores, mas se estende para todas as profissões, sem exceção.

O ambiente universitário é fundamental e inesquecível na vida de cada indivíduo, pois proporciona a convivência social com outros indivíduos, formando outros grupos sociais distintos pela sua heterogeneidade.

A construção do conhecimento, no período universitário, aliada com a interação social, auxilia na passagem de transições de fases que os indivíduos atravessam, trazendo-lhes confiança, amadurecimento e realização, pela conquista do seu próprio espaço.

Os discentes, com o passar dos tempos e da vivência nessa nova rotina universitária, adquirem novos hábitos, novas responsabilidades, crescem pessoalmente e aprendem novas experiências além do conhecimento específico na área escolhida, esforçando-se para cumprir e valorizar o que a universidade exige, socializando e dividindo responsabilidades, enfim, habilitando-se ainda mais para o exercício profissional.

A universidade é, sem dúvida, o lugar em que os alunos vivenciam as suas transições de fases, de humor, de personalidade, de grupos sociais e que são muito diferentes da fase anterior em que viviam. Nessa nova fase da vida, eles passam a ser protagonistas de sua própria formação, pois a universidade promove a obtenção do conhecimento e instiga a busca de sua própria construção de conhecimento, fornecendo-lhes recursos e ferramentas para a obtenção do complemento de informações, em busca da autonomia e do enriquecimento extrassala de aula, indo além do que lhes é transmitido dentro dos planos das disciplinas de cada faculdade.

#### **1.4. Profissionalidade do docente universitário**

Já trouxemos questões relativas ao ambiente universitário, sua importância no contexto formativo e destacamos o que essa vivência propicia na vida dos discentes. Agora trataremos da importância da profissionalidade docente para o contexto universitário, indicando que a partir da perspectiva que defendemos, a

instituição formadora tem sua função primordial, a produção do conhecimento e que os professores são fundamentais para o desenvolvimento das funções que regem o sistema universitário.

Para Zabalza (2004, p. 105) “A Universidade forma um sistema profissional muito peculiar, o qual afeta de maneira direta, o modo como seu pessoal elabora a identidade profissional, exerce suas funções e desempenha as atividades profissionais a eles atribuídas.” Para o mesmo autor, os professores acabam desenvolvendo uma identidade profissional baseada na produção científica ou em outras atividades que resultam em méritos acadêmicos ou em retornos econômicos e profissionais.

Trazendo especificamente a profissionalidade docente, apresentamos o que o autor descreve como uma questão que perpassa por todos os docentes no exercício das suas atividades: a docência universitária é uma profissão ou é uma atividade propriamente dita como exercida? Quando o indivíduo que ministra aulas é questionado sobre o que faz, ou sobre a função que desempenha, ele responde que é professor universitário ou aponta qual é a formação acadêmica. A identidade profissional não fica clara nem mesmo para este indivíduo que é ao mesmo tempo profissional e docente.

Muitos desenvolvem as atividades diárias conforme sua formação acadêmica (exemplos: arquiteto, advogado, médico, dentista, entre outros) e, em outro período, se dedicam a ministrar aulas, assumindo a função de docentes. Aqui se encaixa a questão: o docente que está em sala de aula, enfrontado na cultura e nas determinações que regem a instituição de ensino em que atua, ministra suas aulas como especialidade e em dedicação total?

Exporemos aqui algumas dúvidas referentes ao contexto, como: 1- A experiência profissional habilita o indivíduo a ser docente? 2- O exercício da profissão docente habilita esse indivíduo para exercer essa função através da experiência em sala de aula? 3- Essa experiência profissional lhe dá subsídios para o exercício das atividades como docente? 4- Como é adquirida a experiência relativa à didática para ministrar os conteúdos referentes à disciplina?

Outra situação relevante refere-se ao fato de que, para muitos profissionais, a atuação docente dar-se-á por motivos de vocação, de opção, de complemento salarial e mesmo para aumento de status. Porém, a qualidade é distinta entre cada uma delas. Quando se tem vocação e o tempo de dedicação

para o exercício dessa atuação docente aliados com a formação e didática adequada, obtém-se os melhores resultados para a formação dos discentes. Como contraponto, se a atuação do profissional que exerce a função de docente tiver o objetivo único de estar em sala de aula para complementar a parte financeira tornará os resultados, na maioria das vezes, aquém do desejado. Isso se dá em função de a docência ser desenvolvida em caráter secundário e seus esforços estarem focados na atuação profissional fora das salas de aula.

Essa dupla jornada de trabalho não impossibilita a situação contrária à anteriormente exposta. Podem-se encontrar docentes que atuam ao longo do horário comercial em outra atividade profissional (aquela de sua formação acadêmica) e exercer a docência universitária no período noturno, com desejável ou excelente desenvoltura, pois este docente possui habilidade para as duas atuações e a experiência profissional acaba enriquecendo ainda mais os conteúdos ministrados.

Para o exercício da docência é preciso que esteja compreendido o domínio científico da especialidade do conteúdo e a sua prática.

### **1.5 Ensino Superior – concepções do final do século XX e início do século XXI**

As universidades são as principais responsáveis pela formação dos profissionais, inclusive a de professores.

Fávero (1994, p. 54-55) descreve sobre a discussão referente à produção do saber em que se pretende expressar o real. Aqui não se trata de um dado constituído e sim de conhecimento produzido, aproximado do real. O professor deve aqui produzir conhecimento e deve também rever, crescer, retificar e até substituí-lo por novos conhecimentos.

Como instituição, a universidade deve ser capaz de produzir um estilo diferente, aberto de saber e de reflexão, pois é um espaço muito eficiente para propiciar seus objetivos, ou seja, trazer o desenvolvimento de uma sociedade e o de formar indivíduos.

Ainda em Fávero (1994, p. 56, *apud* Santos (1991, p. 252), verificamos que há modos distintos de produções de conhecimento nas universidades, que podem

atender questões políticas externas, de modo organizado e as relações de poder das forças que envolvem questões políticas nacionais, estaduais ou locais.

Para registrar um pouco mais sobre o cenário referente ao ensino superior encontrado no final do século XX,

Destacamos, também, a fragilidade e a descontinuidade de programas de ensino e de pesquisa na universidade, o que contribui não só para uma espécie de vazio no que eles transmitem, mas também para deficiências cada vez maiores na formação profissional dos alunos (FÁVERO, 1994, p. 57).

A transição do século XX para o século XXI tem apresentado significativas mudanças em toda a estrutura de ensino das universidades, em todos os âmbitos.

Para Zabalza (2004, p. 19) houve uma grande aceleração no que tange às mudanças e adaptações na sociedade neste último meio século, o que torna “impossível um ajuste adequado sem uma transformação profunda das próprias estruturas internas das universidades”. Isso engloba mudanças na estrutura, nos conteúdos e nas dinâmicas de funcionamento das instituições universitárias, para que estejam aptas a enfrentar os desafios pertinentes que essas transformações sociais lhes impõem.

Em outra perspectiva relacionada às considerações sobre o Ensino Superior, trazemos o trabalho de Rasco (2011). Este autor aborda a modalidade de treinamento para a formação docente, englobando tanto o microensino quanto o denominado *coaching*, que é o ensino baseado em competências – *Competency Based Teacher Education* (CBTE). Rasco (2011, p. 208, *apud* Houstoun (1987), assim esclarece: “A CBTE é um sistema de treinamento habilitado para que os professores desenvolvam ou adquiram um conjunto de competências estabelecidas, ou o que é mesmo, o que os alunos deveriam saber, fazer e conseguir ao final de sua formação.

Ainda, segundo o autor, verificamos que o critério de avaliação do progresso dos alunos é obtido através da captação de competências adquiridas por meio de suas atividades e ações. Menciona (*Ibidem*, p. 208-209) que soa retornar ao passado e repetir estratégias quando se fala das competências docentes. Indica a importância de avançar nesses quesitos e também de dar enfoque às competências. O CBTE influencia no treinamento e na necessidade de especificação de resultados avaliáveis. Para o treinamento requer prévio

conhecimento do que se vai adquirir, aprender e dominar, ou seja, treinar alguém já ciente do que se pretende com isso.

Quando mencionamos competências profissionais tanto para alunos quanto professores, buscamos demonstrar o quanto é fundamental a boa formação do docente, pois ela se refletirá direta e indiretamente na formação do discente.

Para contextualizar um pouco mais sobre a necessidade da busca de aprimoramento profissional exigido para o exercício da profissão docente, Rodriguez (2011) descreve importante relato sobre o sistema educacional e a incorporação de competências abrangendo não só o Brasil, mas também outros países e o que esses trazem como influências ou modelos, conforme descrito a seguir, com abordagem baseada em avanços e retrocessos no processo formativo:

A incorporação das competências básicas no currículo, apesar de na Espanha se dar de forma precipitada e de maneira parcial no desenvolvimento da Lei Orgânica da Educação (LOE), e de maneira geral no âmbito universitário, é um primeiro passo para aproximar o sistema educacional espanhol às exigências internacionais que, por um lado, são de inclinação européia do sistema educacional e, por outro, de orientação em direção à aprendizagem (Ibidem, p. 115).

Com base no contexto anteriormente destacado entendemos que as formações por competência social e cidadã se dão no aprendizado e na convivência com outras pessoas e que isso tudo se desenvolve dentro de sociedades em que se busca a democracia.

Para complementar a justificativa ao questionamento sobre quais mudanças ocorreram na transição dos séculos XX para o XXI, trazemos aqui informações sobre o Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) abordadas por Rasco (2011), em que o autor registra as mudanças significativas ocorridas nos últimos dez anos e a publicação de importantes documentos, conforme descrição abaixo.

Em 1998 os Ministros da Educação da França, Reino Unido e Itália aprovaram a Declaração de Sorbone, para a “Harmonização da Arquitetura da Educação Superior Europeia”, em 19 de junho de 1999 se assinou a Declaração de Bolonha, também pelos ministros da educação, com o propósito de estabelecer claramente o EEES no ano de 2010. A essas duas declarações, seguiu-se o Comunicado de Praga, de 2001, assinado, desta vez, pelos 33 Estados europeus, o Comunicado de

Berlim, assinado em setembro de 2003, e o Comunicado de Benger, assinado por 45 países, incluindo os que recentemente aderiram (Ibidem, p. 199).

Estes documentos propõem questões que já foram discutidas no sistema universitário e surgiram com propostas para assegurar a qualidade nas universidades, aprendizagem ao longo da vida, convergência em graduações e pós-graduações, entre outros.

No projeto Tunig utilizado para a contextualização histórica do tema de nosso trabalho, retratamos que nos anos de 1970 houve a inclusão das áreas de preparação profissional em programas para os discentes de cursos de licenciatura em algumas universidades dos Estados Unidos. Esses programas eram focados na atuação docente em sala de aula e chamados de *Performance of Competency-Based Teacher Education Programs* (Programas de educação docente baseados na competência ou rendimento) ou PCBTE e é assim definido: “[...] trata-se de desenvolver habilidades didáticas isoladas, aplicadas a situações da docência nas salas de aula” (RODRIGUEZ, 2011, p. 116).

O autor (p. 117) descreve ainda o surgimento de algumas competências: as cognitivas; as afetivas; comunicacionais; de conhecimentos básicos; técnicas; administrativas e interpessoais que podem ser classificadas como genéricas ou mesmo subcompetências. O autor trata as competências que poderão ser adquiridas pelo aluno, na íntegra ou parcialmente na conclusão do curso, como funções principais que são subdivididas em subfunções. Tais funções são divididas em competências principais e competências subseqüentes, que podem perfazer uma grande parte das competências que os alunos devem adquirir para que os resultados no processo de formação sejam ainda mais eficazes.

Torna-se importante relatar que o termo competência foi eleito pelo projeto Sócrates-Erasmus – intitulado *Tuning Educacional Structures in Europe*, projeto Tuning – que em um projeto universitário são retratados os objetivos da educação européia. Aqui se condensam os esforços nos resultados da aprendizagem, que são esperados ao final do processo educacional e através do processo contínuo de aprendizagem, de maneira autônoma como parte de suas vidas, conforme descreve Rodriguez (2011).

Tuning, para Rasco (2011, p. 203), foi criado com o intuito de se fazer cumprir o que foi definido em Bolonha e que prevalece além das fronteiras

européias e complementa: “[...] Tuning se propõe a oferecer o modelo de projeto curricular essencial, padronizado, válido e eficaz”. Esse modelo possibilitará uma parametrização de titulações e de critérios de avaliação padrão. Para o autor é fundamental verificar a necessidade de desenvolvimento de perfil profissional para o ensino universitário, que inclui as competências adquiridas de maneira desejável e satisfatória elencadas entre as genéricas nas áreas específicas de atuação, englobando as habilidades, conhecimentos e conteúdos, em busca de resultados de aprendizagem.

Tuning, dessa forma, se configura como marco de mudança de paradigma, no qual se constitui o foco na nova educação superior centrada na aprendizagem e não mais no ensino.

O que identificamos é que a principal contribuição advinda das pesquisas é o fato do significativo foco ser voltado para a aprendizagem, antes direcionado para o ensino.



## **CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA: DELINEAMENTO E CONSTITUIÇÃO.**

Este capítulo retrata a escolha metodológica que fizemos para organizar o presente trabalho. Nosso foco de estudo é o Ensino Superior.

Optamos por verificar os artigos publicados na Revista Brasileira de Educação da ANPEd, nos periódicos compreendidos entre 2001 a 2010 (1ª década do século XXI) que se relacionassem com este tema.

Nosso intuito, com este estudo, foi o de resgatar o que já foi publicado sobre o Ensino Superior em uma única fonte de pesquisa: o periódico científico da Revista Brasileira de Educação da ANPEd que tem por objetivo buscar informações sobre o Ensino Superior e organizá-los em categorias a partir da análise dos conteúdos contemplados nos artigos selecionados. Fizemos um levantamento inicial e encontramos 30 revistas publicadas no período de 10 anos, contendo 306 artigos no total.

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, com a seguinte questão norteadora: Quais contribuições relacionadas ao Ensino Superior são trazidas pelos artigos da Revista Brasileira de Educação na 1ª década do século XXI?

Com possibilidades de nos auxiliar na resposta à questão mencionada acima, inicialmente selecionamos artigos que contém os descritores pesquisados na íntegra de todas as publicações e que mencionam o Ensino Superior. A partir da leitura minuciosa, foi-nos possível eleger 44 artigos que abordam especificamente o Ensino Superior, dos quais explicitaremos informações mais adiante.

Justificamos nossa intenção de pesquisa no sentido de que nosso trabalho poderá contribuir para o embasamento teórico de profissionais docentes do Ensino Superior, no que se refere à reflexão sobre a prática docente e a compreensão da complexidade da ação pedagógica no Ensino Superior, bem como para futuras pesquisas sobre o tema.

Em função do anteriormente mencionado, nossa opção metodológica nos encaminha para a realização de um estudo do tipo análise de conteúdo, detalhado a seguir.

## **2.1 Em busca de informações para o entendimento da aplicação da análise de conteúdo**

O foco do nosso trabalho, desde a sua essência, sempre esteve atrelado ao Ensino Superior, primeiramente por tratar-se de interesse pessoal e profissional e também pela necessidade de obter maiores informações sobre o assunto, pelo motivo único de haver ligação com as nossas práticas profissionais.

Dessa forma, com as nossas necessidades esclarecidas, partimos para a coleta de dados realizada através de um periódico renomado e acessível, que representa uma rica fonte de pesquisa em busca do cumprimento do nosso objetivo de pesquisa e na discussão do problema apresentado.

Para que a pesquisa pudesse ser realizada e para que a distinção entre as possibilidades de classificação da mesma fossem definidas, buscamos em alguns autores informações sobre o que se tem de conceitual a respeito do que caracterizamos como análise de conteúdo.

A metodologia de pesquisa Análise de Conteúdo, por sua especificidade, utilidade e clareza, é considerada adequada para o que pretendemos apresentar neste trabalho.

Ancorados nas produções de Bardin (1977), identificamos e desenvolvemos a metodologia do nosso trabalho utilizando as diferentes fases da análise de conteúdo. A autora organiza essa metodologia a partir de três fases, conforme surgem as necessidades para o levantamento e exploração dos dados da pesquisa: Pré-análise; Exploração do material; O tratamento dos resultados; a Inferência e a Interpretação. Na sequência, nossas considerações a respeito das fases sugeridas pelo autor:

### **2.1.1 A pré-análise**

A fase da pré-análise constitui-se na compreensão do momento em que ocorre a organização do trabalho. Essa primeira fase foi fundamental, pois além de compreendermos a importância da organização do trabalho, foi o momento em que desenvolvemos atividades não estruturadas ou abertas, isto é, em que não houve uma exploração sistemática dos documentos, pois nos pautamos no tema-

foco de nossa pesquisa, que é o Ensino Superior, identificando as categorias de análise que advinham das leituras.

No início do processo de pré-análise, seguimos o que prescreve a fase: nossa intuição, com o critério de colocar em prática as nossas ideias e construir categorias de análises sobre as leituras que vinham sendo realizadas, buscando centrar o foco de estudo sobre cada artigo.

Muitos artigos não foram inseridos em nosso trabalho, por não contemplarem o que deixamos como critério e por não focarem de maneira específica o que buscávamos pesquisar.

Os artigos elencados estão focados no Ensino Superior, em suas diferentes vertentes: os docentes, os discentes, as políticas públicas, a sua estrutura física e hierárquica, suas histórias, entre outras.

Dessa forma, o autor nos indica a necessidade de termos claros alguns objetivos, quais sejam: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Na segunda fase, que é a exploração do conteúdo propriamente dito, é que a análise ocorre, como descrevemos a seguir.

### **2.1.2 A exploração do material (estudo aprofundado do material)**

É a fase da análise propriamente dita, levando à sistematização das decisões definidas ou tomadas.

Buscamos distinguir, nessa fase, quais artigos abordavam o Ensino Superior e os que não abordavam, aproveitando somente aqueles que tratam especificamente do tema por nós definido. Tais artigos mereceram minuciosa leitura e indicação de categorias de análise, a partir da identificação do assunto principal e das abordagens contidas neles.

Essa fase (Ibidem, p. 101), é a mais longa, fastidiosa, e requer atenção, pois é o período da operacionalização da leitura e interpretação dos artigos, definindo, sem o propósito de inferir, quais são as categorias de análise que o conjunto de artigos permitiu levantar.

Na próxima fase, os resultados obtidos nessas interpretações, serão tratados a partir de quadros ou outros modelos de organização de dados, na intenção de representar os dados das fases anteriores.

### **2.1.3 Tratamento dos artigos selecionados**

De acordo com o autor, essa fase é a da representação fiel das informações, podendo aqui encontrar a inferência ou mesmo interpretações e descobertas do(s) pesquisador(es).

Os resultados podem ser representados por diagramas, figuras e modelos, bem como podem ser apresentados através de análises percentuais ou fatoriais, permitindo, contudo, o desenvolvimento de quadros de resultados. No nosso caso, como apresentaremos mais adiante, utilizaremos de quadros de análises para representação das categorias que elencaremos.

Concordamos com a autora que os resultados obtidos, as confrontações sistemáticas com o material e o tipo de inferências alcançadas dão base e sustentação para outras análises e propiciam a descoberta de novas dimensões de estudos. Compreendemos ser este o sentido da pesquisa e sobre este objetivo o presente trabalho se debruçará.

Franco (2005) destaca a importância da organização do material coletado e da análise dos documentos selecionados. O autor aponta que devemos escolher os índices (quanto mais a mensagem ou o tema for mencionado, maior será sua importância para a análise dos dados) para se obter os indicadores responsáveis pela fundamentação e interpretação final precisos ou seguros e salienta que é necessária a comprovação da eficácia e pertinência destes indicadores, aplicando-se testes em textos ou em elementos dos documentos, via pré-teste de análise.

Concluimos, contudo, que a análise de conteúdo foi a metodologia que nos auxiliou na busca da resposta do nosso problema de pesquisa e nos apontou as etapas de desenvolvimento do trabalho, para que desenvolvêssemos sequencialmente as fases necessárias, tais como: a pré-análise, a exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme já discorrido anteriormente.

## **2.2 Artigos selecionados para análise**

A partir da leitura dos 306 artigos publicados na 1ª década do século XXI (2001 a 2010) na Revista Brasileira de Educação, selecionamos 44, aqueles que estão mais diretamente relacionados com o Ensino Superior, nosso foco de pesquisa.

A identificação dos artigos se deu a partir da orientação de descritores que apontaram os que estavam relacionados ao tema “ensino superior”. Nas pesquisas preliminares utilizamos os descritores: ensino superior, ensino universitário e formação de professores. Em cada uma das revistas, fomos identificando, a partir desses descritores, aqueles trabalhos que de alguma forma os contemplavam e foi realizada a leitura na íntegra. Em alguns casos, os artigos mencionavam o assunto “ensino superior”, porém não havia o aprofundamento sobre o tema e nem uma contextualização consistente que justificasse sua inclusão nesta pesquisa. Esses artigos foram descartados.

A seguir, indicamos a distribuição dos artigos selecionados de acordo com os números das revistas e o respectivo ano de publicação.

**Quadro 1: Distribuição dos artigos relacionados ao Ensino Superior por ano de publicação**

<b>ANO</b>	<b>Identificação da revista</b>	<b>Número de artigos</b>
2001	16	00
2001	17	00
2001	18	02
2002	19 e 20	00
2002	21	01
2003	22	01
2003	23	01
2003	24	01
2004	25 e 26	00
2004	27	01
2005	28	01
2005	29	02
2005	30	04
2006	31	02
2006	32	03
2006	33	02
2007	34	03
2007	35	02
2007	36	01
2008	37	02
2008	38	02
2008	39	03
2009	40	01
2009	41	02
2009	42	03
2010	43	02
2010	44	02
2010	45	00
<b>Total</b>	<b>30 revistas</b>	<b>44 artigos</b>

**Fonte:** dados coletados dos arquivos da autora

Em nossa pesquisa nos 306 artigos referentes ao período compreendido entre 2001 e 2010, conforme ilustrado no quadro anterior, pudemos identificar que nos dois primeiros exemplares da revista o “Ensino Superior” não esteve presente em seus artigos. Nos anos seguintes, a temática começa a fazer parte timidamente dos exemplares. Na metade da década, esse foco toma maior proporção, mantendo-se contemplada nos anos seguintes. No último número de 2010, revista 45, novamente a temática se ausenta da revista.

Dentre as revistas analisadas identificamos que uma única revista, a de número 30, trouxe 04 publicações sobre o Ensino Superior. Pudemos perceber que as maiores incidências variaram entre dois ou três artigos e que em um considerável número de edições das revistas teve apenas um artigo relacionado ao tema.

Em seis dentre os 30 exemplares não constou nenhuma publicação sobre o Ensino Superior.

Após a leitura dos 44 artigos, escolhemos alguns eixos que nos proporcionassem uma análise mais profunda do que neles encontramos. Configuramos assim cinco eixos, quais sejam:

1. Formação de professores;
2. Relação entre teoria e prática;
3. Visão organizacional e transformações na Universidade;
4. Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis;
5. Ensino Superior e propostas políticas.

No quadro que se segue apresentamos os artigos com as seguintes indicações: número da revista e ano de publicação, autor(es), classificação dos artigos na perspectiva das pesquisadoras e o foco principal neles abordado, de acordo com as especificações encontradas nos resumos.

**Quadro 2: Distribuição dos artigos quanto à classificação específica e principal assunto**

<b>ANO</b>	<b>AUTOR(ES)</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b> (das pesquisadoras)	<b>FOCO PRINCIPAL</b> (de acordo com os resumos)
18/2001	GATTI	Formação de Professores e Ensino Superior	Formação de Professores
18/2001	BRZEZINSKI	Formação de Professores	Formação de Professores
21/2002	FÁVERO	Política de educação superior no país	Políticas
22/2003	OLIVEIRA	Política e Ensino Superior	Políticas
23/2003	GOMES	Políticas públicas	Políticas
24/2003	CHAUÍ	Ensino Superior e docência	Visão organizacional
27/2004	MIGUEL; GUARNICA; IGLIORI e D'AMBROSI	Formação de Professores e a relação entre a educação e a educação matemática	Formação de Professores
28/2005	MOREIRA e DAVID	Formação de Professores	Formação de Professores
29/2005	SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI	Ensino Superior	Políticas
29/2005	SILVA	Formação de Professores	Formação de Professores
30/2005	RAMALHO e MADEIRA	Avanços na pós-graduação – região Norte e Nordeste	Formação de Professores
30/2005	FÁVERO	Contribuições na pós-graduação	Políticas
30/2005	FERRARO	Pós-graduação e produção do conhecimento	Ensino, pesquisa e extensão
30/2005	SAVIANI	Pós-graduação (depoimento)	Formação de Professores
31/2006	BARRETO; GUIMARÃES; MAGALHÃES e LEHER	Educação e tecnologias (presencial, à distância ou virtual)	Políticas
31/2006	COSTA e KOSLINSKI	Políticas públicas e ambiente escolar	Políticas
32/2006	CUNHA	Formação do professor universitário	Formação de Professores
32/2006	ZAGO	Ensino superior e políticas públicas	Políticas
32/2006	STRECK	Processo de educação e políticas públicas	Políticas
33/2006	MIRANDA e RESENDE	Formação de Professores e políticas públicas	Teoria e prática
33/2006	MICHELS	Política educacional brasileira	Políticas
34/2007	COELHO	Política educacional, discriminação e preconceito (questões étnico-raciais)	Políticas
34/2007	RODRIGUES	Transformações da educação superior brasileira	Visão organizacional
34/2007	NEVES e LIMA	Políticas públicas	Políticas
35/2007	HADDAD	EJA e políticas educacionais e públicas	Políticas
35/2007	BURNIER	Formação de professores e sua trajetória	Formação de Professores
36/2007	FISCHER	Formação de professores e	Formação de Professores



		pós-graduação em educação	
37/2008	FREITAS e FIORENTINI	Formação de professores	Formação de Professores
37/2008	GATTI	Políticas de educação continuada	Políticas
38/2008	SOARES e GOULART	Formação de alunos de licenciatura	Formação de Professores
38/2008	FERREIRA	Formação contínua de Professores	Formação de Professores
39/2008	BARRETO	Educação superior	Políticas
39/2008	ROSA e RAMOS	Formação de professores	Formação de Professores
39/2008	FELGUEIRA	História da educação	Políticas
40/2009	SAVIANI	Formação docente e políticas públicas	Formação de Professores
41/2009	MOITA e ANDRADE	Indissociabilidade na universidade brasileira e na pós-graduação	Ensino, pesquisa e extensão
41/2009	DI PIERRO e ANDRADE	Escolarização para diferentes faixas etárias da zona rural e êxodo rural	Políticas
42/2009	ROBERTSON	Política de educação superior	Políticas
42/2009	LÜDKE; CRUZ e BOING	A pesquisa do professor da educação básica em questão	Ensino, pesquisa e extensão.
42/2009	BOHADANA e VALLE	Ensino à distância (EAD) e políticas públicas	Políticas
43/2010	CORADINI	Titulação universitária	Formação de Professores
43/2010	LEITÃO; MORICONI; ABRÃO e SILVA	Exame nacional obrigatório – sistema de avaliação	Políticas
44/2010	SILVA e FABRIS	Estudantes universitários como sujeitos	Visão organizacional
44/2010	NASSIF, HANASHIRO e TORRES	Competências para o exercício da docência	Formação de Professores

**Fonte:** arquivo de coleta de dados da autora

A partir do exposto na tabela anterior, contabilizamos os trabalhos a partir de seus focos, o que demandou a configuração dos cinco, conforme discriminado no quadro a seguir.

**Quadro 3: Distribuição da quantidade de artigos por eixo (principais assuntos)**

<b>Eixo</b>	<b>Descrição dos eixos</b>	<b>Quantidade (por eixo)</b>
1	Formação de professores	17
2	Relação entre teoria e prática	01
3	Visão organizacional e transformações na Universidade	03
4	Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis;	03
5	Ensino Superior e propostas políticas	20
<b>Total</b>		<b>44</b>

**Fonte:** arquivo de coleta de dados da autora

No próximo capítulo traremos desses artigos, distribuídos de acordo com o respectivo foco temático, analisando cada um dos cinco eixos.

## **CAPÍTULO 3 – O ENSINO SUPERIOR E SUA ABORDAGEM NA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**

Neste capítulo trazemos as análises dos 44 artigos selecionados através de leitura de todos os artigos dos 30 exemplares da revista, em que trataram do tema sobre o Ensino Superior, a partir distribuição dos mesmos conforme os cinco eixos que configuramos a seguir:

1. Formação de professores;
2. Relação entre teoria e prática;
3. Visão organizacional e transformações na Universidade;
4. Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis;
5. Ensino Superior e propostas políticas.

Reforçamos que a seleção dos artigos foi feita a partir de uma busca considerando os seguintes descritores: ensino superior, ensino universitário e formação de professores.

Entendemos que esses descritores nos permitirão aprimorar o conhecimento e a compreensão sobre o Ensino Superior, além de nos possibilitar uma reflexão sobre as práticas do âmbito universitário, atendendo aos objetivos deste trabalho.

Destacamos que nas leituras dos 44 artigos, encontramos diferentes aspectos relacionados à: formação de professores; historicidade da instituição universitária; desenvolvimento da produção da educação superior; reformas do estado e as políticas públicas; globalização e democratização; percurso de estudantes de camadas populares; cultura e avaliação institucional: saberes. Também buscamos contemplar este último aspecto, quando das análises, a partir dos eixos anteriormente enunciados. Por fim, indicamos que cada trabalho, embora muitas vezes aborde mais de um dos eixos anteriormente mencionados, foi inserido por nós em apenas um deles, qual seja, aquele em que mais está focado o tema de interesse.

Buscamos também analisar em cada um dos eixos, três aspectos, quais sejam:

1. Os objetivos do eixo, no que se refere ao Ensino Superior;

2. Como são abordadas as práticas docentes nos artigos publicados;
3. A produção científica.

A seguir, apresentamos a configuração dos eixos e as nossas análises.

### 3.1 Formação de Professores

Os artigos que constam desse eixo encontram-se focados, ainda que alguns apenas parcialmente, na formação de professores no contexto universitário. Abordam, além do aspecto formativo do professor universitário, aspectos voltados para outras áreas de conhecimento ou de atividades distintas discutidas nos textos.

Alguns aspectos encontrados nos artigos vão para além da formação docente em si, enfocando assuntos diversificados que trazem contribuições para o eixo de análise. São eles: necessidades de atualização; formação em matemática, formação específica e pedagógica; disciplinas integradoras; didáticas em sala de aula; licenciaturas; cultura acadêmico-administrativa; produção de conhecimento, formação inicial e continuada.

A seguir apresentamos um quadro configurado com os artigos que pertencem a esse eixo. Nele indicamos o número e ano de publicação do artigo; o nome e o(s) autor(es).

**Quadro 4 — Eixo 1: Formação de Professores**

REVISTA/ANO	ARTIGO	AUTOR(ES)
18/2001	Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder.	GATTI, Bernadete Angelina
18/2001	Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998.	BRZEZINSKI, Iria e GARRIDO, Elsa.
27/2004	A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização.	MIGUEL, Antonio, GARNICA, Antonio Vicente Marafioti, IGLIORI, Sonia Barbosa Camargo, D'AMBRÓSIO, Ubiratan.
28/2005	O conhecimento matemático do professor: formação e prática docente na escola	MOREIRA, Plínio Cavalcante e DAVID,

	básica.	Maria Manuela Martins Soares.
29/2005	O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula.	SILVA, Marilda da.
30/2005	A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas	RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho
30/2005	O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação.	SAVIANI, Dermeval
32/2006	Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão.	CUNHA, Maria Isabel da.
35/2007	Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional.	BURNIER, Suzana et al.
36/2007	Comitê Científico da ANPEd: memórias, desafios e conquistas de uma ação construída em parcerias múltiplas.	FISCHER, Nilton Bueno
37/2008	Desafios e potencialidades da escrita na formação docente em matemática.	FREITAS, Maria Teresa Menezes; FIORENTINI, Dario
38/2008	Aulas compartilhadas na formação de licenciandos em matemática.	SOARES, Eduardo Sarquis; GOULART, Maria Inês Mafra
38/2008	Reformas educativas, formação e subjectividades dos professores	FERREIRA, Fernando Ilídio
39/2008	Memórias e odores: experiências curriculares na formação docente.	ROSA, Maria Inês Petrucci; RAMOS, Tacita Ansanello
40/2009	Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.	SAVIANI, Dermeval
43/2010	Titulação escolar, condição de “elite” e posição social.	CORADINI, Odaci Luiz
44/2010	Fatores que influenciam na percepção das competências para o exercício da docência.	NASSIF, Vânia Maria Jorge; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TORRES, Rosane Rivera

**Fonte:** Arquivo de coleta de dados da autora

Cabe agora fazer nossas considerações acerca dos trabalhos que configuram eixo acima tratado. Iniciamos pelo artigo publicado por Gatti (2001) que traz a questão do pouco desenvolvimento de pesquisa no ensino superior na época dirigida, sobretudo, à formação de profissionais liberais. A expansão no ensino superior nos anos de 1970 trouxe também a improvisação da formação de

professores sem nenhuma especialização. O autor traz o desafio de buscar o equilíbrio entre a preparação de professores para o ensino superior, a formação de pesquisadores e a de profissionais diversos que buscam aprimoramento teórico, cultural, científico ou tecnológico.

O artigo de Brzezinski e Garrido (2001) nos apresenta uma pesquisa denominada de estado do conhecimento sobre formação de professores e refere-se a trabalhos apresentados no GT de Formação de Professores, no período de 1992 a 1998, e foi organizada a partir de cinco descritores: formação inicial de professores, formação continuada, práticas pedagógicas, profissionalização docente e revisão da literatura.

O artigo de Miguel e Garnica (2004) discorre sobre a formação de professores e, especificamente, sobre a relação entre a educação e a educação matemática. Os autores trazem a significativa quantidade de trabalhos enviados pelo GE (Grupo de Estudos) em Educação Matemática, para a 21ª Reunião Anual, da ANPEd. Em outro artigo, também relacionado à educação matemática, Freitas e Fiorentini (2008) trazem os resultados de uma investigação através da qual pesquisaram como futuros professores da licenciatura respondem à experiência de uma disciplina de formação matemática, incluindo quais contribuições que diferentes formas de comunicação, especialmente a escrita, podem trazer para a formação de professores.

Uma das questões recorrentes nos debates de formação de professores através da licenciatura é a falta de articulação adequada entre a formação específica e a formação pedagógica, como retrata Moreira e David (2005). Esses autores registram que acontecia nos anos 1980, com o advento da licenciatura no modelo três mais um. Nos três primeiros anos eram desenvolvidas as disciplinas específicas e no último foram incorporadas às matrizes dos cursos disciplinas integradoras, formando blocos de disciplinas contendo: as específicas, as pedagógicas e as integradoras.

A relação entre teoria e prática tem sido tema de importantes discussões em pesquisas sobre formação de professores, como traz o artigo de Silva (2005). A autora faz considerações em sua pesquisa a respeito da didática ensinada e sobre como se aprende para ensinar em sala de aula. Traz o relato de alunos de licenciatura do ensino superior que estudavam para se tornar professores

indicando que aprenderam muito mais com as práticas docentes de seus professores do que com as teorias ensinadas por eles.

O artigo de Silva (2005) nos leva à reflexão relacionada ao *lugar* destinado à teoria e à prática na formação dos professores. O estudo da autora destaca a preocupação com a natureza desses saberes e das implicações que os mesmos proporcionam no ato de apreender. Remete-nos a obter esclarecimentos sobre o posicionamento do aprendizado entre teoria e prática, em que traz explicações sobre a didática ensinada e como se aprende para se ensinar na sala de aula. Esse artigo destaca questões da formação de professores, a importância da prática e da didática para ensinar a dar aula, durante o processo formativo. Para a autora, “[...] a natureza do ensino na sala de aula é constituída por uma estrutura estável, porém estruturante, isto é, uma estrutura estável, mas não estática que denominamos *habitus* professoral” (Ibidem, p. 153).

O texto de Ramalho e Madeira (2005) registra aspectos relacionados às regiões Norte e Nordeste. Nestas regiões são encontrados os consolidados avanços na pós-graduação em educação, seus cursos e programas, que têm aumentado em quantidade e em qualidade, apresentando uma nova cultura acadêmico-científica. Como destaque há a participação das universidades públicas federais e estaduais, o envolvimento de novos e promissores grupos de docentes pesquisadores e de pós-graduandos no contexto da produção de conhecimento.

Saviani (2005) relata a trajetória e contribuições de seu orientador, o professor Joel Martins, que o incentivou a se inserir no curso de doutorado. Destaca que as contribuições do professor Joel na pós-graduação trazem uma preocupação maior quanto à ideia de um programa de capacitação docente em busca de consistência para a qualidade no ensino. O autor trouxe a definição de que a graduação se destina à formação profissional e que a pós-graduação *stricto sensu* é voltada para a formação acadêmica, para a formação de pesquisadores.

O artigo de Barreto, Guimarães, Magalhães e Leher (2006) descreve o recorte do estado do conhecimento em educação e tecnologia, onde a intenção foi a de traçar um panorama de tendências que consolidam os estudos marcados pelo movimento de aproximação entre educação e tecnologia. No artigo, as autoras indicam que seja importante verificar se as questões do ensino presencial

à distância ou virtual não se sobrepõem ao que seria o foco de um curso, ou seja, a aprendizagem.

Encontramos no artigo de Cunha (2006) reflexões sistemáticas sobre a constituição da profissão docente no ensino superior, saberes e competências próprias do professor e as inovações protagonizadas no contexto acadêmico. Tais preocupações vêm em busca de compreensão da prática pedagógica de professores e de sua formação.

O artigo de Burnier (2007) explora histórias de vidas de vinte professores da educação profissional, segmento pouco presente em estudos acadêmicos até a data de publicação do trabalho do autor, em que o sujeito é produto e também é produtor. Nessa pesquisa o pesquisador retrata uma diferente trajetória, indicando que os alunos ingressam no caminho acadêmico logo após a conclusão do ensino técnico ou passam pelo mercado de trabalho após ingressar na pós-graduação, assim que concluem o ensino superior. O autor enfatiza que esses alunos ingressam no magistério logo após o término da pós-graduação ou quando ainda a estão cursando. Segundo o mesmo autor os professores da educação profissional, na pesquisa realizada por ele, priorizaram a formação de seus alunos para o mercado de trabalho, parecendo ter relação com as experiências técnicas, em que estão presentes as exigências de mercado. Esse estudo traz uma abordagem investigativa sobre a relação estabelecida pelos sujeitos com a docência e relata, além das experiências no magistério, as situações diversas da vida dos sujeitos que “[...] se apropriam das condições sociais disponíveis e criam as múltiplas possibilidades para o que é ser professor” (Ibidem, p. 355)

Uma questão relevante abordada no artigo de Fischer (2007) é a ênfase dada, no final dos anos 1970, à titulação dos docentes dos cursos superiores. O autor destaca, contudo, a importância da adequação entre formação de professores e desenvolvimento profissional, indicando que a qualidade da educação tinha relevância além daquela atribuída ao título de doutor.

Numa abordagem sobre produção coletiva de conhecimento, os autores Soares e Goulart (2008) discorrem sobre a problematização de formas mais convencionais de formação inicial e trazem o que a reflexão realizada entre licenciandos e professores propiciou para a compreensão do exercício da profissão.



Quanto à formação contínua de professores, o autor Ferreira (2008) menciona que a reflexão sobre o tema está diretamente relacionada à designação de *universitarização* ou *academização* da formação e é decorrente da migração da formação de professores para as universidades e outras instituições de ensino superior.

Quanto aos afazeres do cotidiano escolar, em proximidade com as memórias de estudantes de licenciaturas através de vivências e práticas de estágio, Rosa e Ramos (2008) defendem a ideia de que a formação docente passa por memórias inusitadas, experiências comunicáveis e pelas sensibilidades dos professores em formação. Sobre isso descrevem que currículo não é o mesmo que programar, prever e controlar atividades de formação na universidade ou campos de estágio. Para as autoras, o artigo questiona a clássica abordagem da produção de conhecimento a partir do olhar e do olfato e traz investigações sobre currículo e formação inicial docente, onde “[...] as experiências curriculares relativas aos estágios em instituições escolares são muitas vezes decisivas e cruciais na formação da identidade docente” (Ibidem, p. 566).

Saviani (2009) descreve em seu artigo que o Brasil se consagrou no nível do ensino superior com dois aspectos do processo: a formação de novos professores — domínio de conteúdos específicos — é de responsabilidade dos institutos ou faculdades; o preparo pedagógico-didático fica a cargo das faculdades de educação.

Isso traz a cisão entre forma e conteúdo. O autor critica essa postura e aponta não ser possível dissociar forma e conteúdo.

Em se tratando de competências para formar os novos professores, Saviani (2009) destaca o domínio dos conteúdos específicos da área e o preparo pedagógico-didático necessário nessa formação.

Coradini (2010) traz como objetivo principal do seu artigo, alguns resultados do exame das relações entre titulação universitária, ocupação profissional e posição social como categorias socialmente dominantes no Brasil nas últimas décadas, fazendo uma comparação de que a área de conhecimento tem pouca importância.

As exigências relacionadas à competência profissional ficaram cada vez mais complexas e dinâmicas, conforme encontramos no artigo de Nassif, Hanashiro e Torres (2010). Os autores indicam haver necessidade de reflexão

acerca das competências necessárias ao professor universitário em vista da sua sobrevivência num mercado competitivo e num contexto de instituições de Ensino Superior.

Nesse eixo pudemos verificar que está cada vez mais presente a necessidade de aprimoramento do docente, bem como de sua reflexão durante o processo de ensino-aprendizagem para que a teoria e a prática, a forma e o conteúdo sejam desenvolvidos de maneira que atendam todos os requisitos exigidos para o exercício da profissão docente no ensino superior.

Pudemos perceber que há um desafio importante quando da preparação de professores para o ensino superior no que se refere às questões de aprofundamento teórico, cultural, científico e tecnológico. Não basta somente a formação inicial e a formação continuada, é imprescindível que esse aprimoramento seja permanente e a formação para o magistério não se atenha à área específica de atuação. É importante que, além dessas exigências, o docente universitário tenha capacitação didático-pedagógica para conduzir as aulas.

Partindo para as análises do eixo acima tratado, faremos nossas considerações relacionadas aos objetivos dos artigos relacionados ao Ensino Superior; as abordagens sobre as práticas docentes nos artigos publicados; e sobre a produção científica decorrente deles.

### **3.1.1 Objetivos dos trabalhos deste eixo relacionados ao Ensino Superior**

Os artigos inseridos nesse eixo abordam a formação de professores do Ensino Superior e tiveram como objetivo retratar questões como: contratação de professores sem formação especializada e não inseridos em pesquisa; programas de capacitação e de apoio aos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado; educação matemática; questões relacionadas à teoria e à prática na formação de professores; a didática e o ensinar na sala de aula; financiamentos; educação à distância e de jovens e adultos; formação inicial e continuada e competência profissional.

Pudemos perceber que há uma incidência, cada vez maior, de indicações sobre a necessidade de especialização profissional e da titulação dos docentes para o exercício da profissão no Ensino Superior. A preocupação com a formação e o preparo dos docentes para ministrar e conduzir as aulas tornou-se mais

evidente com o passar dos anos, isso se confirma com base nos artigos pesquisados.

Os artigos também destacam uma incidência de docentes que atuam em caráter temporário e/ou como substitutos de outros que se ausentam(ram) do exercício de suas atividades como professores e de sua disciplina, por tempo determinado.

Pudemos ainda identificar no eixo em estudo a questão da grande expansão de cursos de graduação ocorrida nos início dos anos 1970. Havia a concepção de que para a existência do Ensino Superior bastavam as salas de aulas improvisadas e a presença de professores com bacharelado na área específica.

Identificamos grande preocupação no que se refere à evolução das políticas públicas e educacionais e também quanto às políticas de incentivos, que tornaram a qualificação docente do Ensino Superior cada vez mais necessária para o exercício da profissão. Cabe enfatizar a preocupação dos autores com a preparação de professores para o Ensino Superior, pesquisadores e de profissionais diversos no que se refere às questões teóricas, culturais, científicas ou tecnológicas.

Dentre os artigos analisados, identificamos dois que abordam a Educação Matemática, na busca de trazer novas perspectivas na direção de investigar a atuação de futuros professores de licenciatura em disciplinas de formação matemática.

### **3.1.2 A abordagem das práticas docentes nos trabalhos deste eixo**

Alguns artigos relacionados em nosso trabalho trazem a abordagem da trajetória formativa e profissional de autores que focam necessidades de implementação de estudos de pesquisa para o desenvolvimento de temas específicos e que estes trazem contribuições para os contextos sociais, políticos e sócio-econômicos.

Os artigos contemplados nesse eixo discutem produções acadêmicas, as relações com os educadores, e também trazem informações sobre as práticas docentes e as relações entre a teoria e a prática no contexto do exercício da docência no Ensino Superior.

O que identificamos de mais consistente quando trazemos o eixo em discussão sobre formação de professores, especificamente abordando as práticas docentes do Ensino Superior, diz respeito aos resultados esperados para o processo formativo dos discentes. O que se espera dos professores universitários é que eles busquem constantemente especialização e tragam contribuições focadas em pesquisas, para que a atuação profissional deles atenda todos os requisitos exigidos para o exercício da profissão docente no Ensino Superior e às necessidades impostas pela Universidade.

### **3.1.3 A produção científica nos trabalhos deste eixo**

No presente eixo, nossa reflexão enfatiza a formação de professores, também abordaremos o que foi anunciado quanto à produção científica voltada para o Ensino Superior. Encontramos questões relacionadas à precariedade de recursos nos anos 1970, que impossibilitaram acesso às produções científicas e inibiram a evolução da produção do conhecimento. Nesses quesitos e ao longo das últimas décadas, foram implementadas políticas de apoio aos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, que passam a receber incentivos através dos financiamentos e parcerias institucionais, para que os alunos tenham mais condições de acesso a esses cursos.

Pudemos constatar que é imprescindível a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a formação dos professores do Ensino Superior, pois essas funções, de acordo com o apresentado pelos autores, são básicas e formam o eixo fundamental para a constituição da Universidade. Isso assegura a qualidade no exercício da profissão docente. As relações entre o conhecimento científico e o conhecimento produzido na sociedade são diferentes. E a necessidade de desenvolvimento de produção de saber científico torna o ambiente universitário fecundo para essa produção. O professor tem o papel de orientador, motivador, supervisor e avaliador do processo de produção desse conhecimento científico.

### **3.2 Relação entre teoria e prática**

O artigo relacionado nesse eixo traz contribuições sobre a relação existente entre teoria e prática.

**Quadro 5 — Eixo 2: Relação entre teoria e prática**

REVISTA/ANO	ARTIGO	AUTOR(ES)
33/2006	Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo	MIRANDA, Marília Gouvea de; RESENDE, Anita C. Azevedo

**Fonte:** Arquivo de coleta de dados da autora

A relação teoria e prática é considerada por Miranda e Resende (2006) como um dos maiores impasses na educação. As autoras abordam a educação como prática social na relação com o conjunto das ciências sociais e com outras áreas do conhecimento.

Pudemos compreender, com a leitura do artigo que trouxemos para configurar esse eixo, que a relação entre a teoria e a prática deve ter relevância na formação dos professores, em suas especificidades, levando-se em consideração que ambas fazem parte do processo de produção do conhecimento.

### **3.2.1 Objetivo do trabalho do eixo relacionado ao Ensino Superior**

O artigo elencado aqui aborda especificamente um dos maiores impasses entre os educadores, que é a relação entre teoria e prática. Encontramos a importância da prática, da ação no processo de formação de professores e na construção do conhecimento em articulação com a teoria e a prática.

Pudemos verificar que a defesa da relação entre teoria e prática tem relevância no sentido de buscar a ação dentro do contexto do conteúdo estudado, para que se torne possível a construção de uma intervenção social, em que o universitário terá oportunidade de atuar em sua ação profissional.

### **3.2.2 A abordagem das práticas docentes no trabalho deste eixo**

Identificamos no artigo relacionado nesse eixo que a articulação entre a teoria e a prática no Ensino Superior traz resultados diferenciados e positivos para o processo de formação, quando se busca a construção do saber científico e a participação mais efetiva neste processo formativo.

Constatamos também que a defesa da prática traz preocupações para a cultura acadêmica, pois tende a deixar reflexos que podem trazer mudanças nas características específicas do processo de formação.

### 3.2.3 A produção científica no trabalho deste eixo

Quanto à produção científica, no artigo que compõe o presente eixo há uma preocupação das autoras em relacionar a pesquisa-ação, metodologia escolhida para a pesquisa ao impasse da relação entre teoria e prática. Tal fato se dá em função dos reflexos que poderão advir sobre a prática e a ação sugeridas e também sobre a cultura acadêmica existente. Pudemos compreender que essas sugestões poderiam ser entendidas como possíveis riscos, tais como: banalização da pesquisa; aligeiramento da formação; a descaracterização da universidade como formadora de professores; a redução da autonomia e do rigor na aplicação das críticas.

## 3.3 Visão organizacional e transformações na Universidade

Os artigos relacionados nesse eixo trazem questões relacionadas à visão organizacional e transformações na Universidade, como podemos observar no quadro que se segue.

**Quadro 6 — Eixo 3: Visão organizacional e transformações na Universidade**

REVISTA/ANO	ARTIGO	AUTOR(ES)
24/2003	A universidade Pública sob nova perspectiva	CHAUÍ, Marilena
34/2007	Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula	RODRIGUES, José
44/2010	O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários	SILVA, Roberto Rafael Dias da; FABRIS, Elí Terezinha Henn

**Fonte:** Arquivo de coleta de dados da autora

Chauí (2003) esclarece que a visão organizacional da universidade produziu o que podemos denominar de universidade operacional. A visão

organizacional é regida por contratos de gestão, é avaliada por índices de produtividade e está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional.

Numa outra produção, a universidade operacional indicada pela autora, é regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade e calculada para ser flexível. É estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual. Aqui a docência é pensada como habilitação rápida para graduados que precisam ingressar o mais rápido possível no mercado de trabalho. Porém a universidade, reduzida a uma organização, abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva.

Outro ponto importante a ser destacado quando abordada a questão da visão organizacional da universidade é trazido por Rodrigues (2007), o autor indica que as transformações da educação superior brasileira são determinadas, em grande parte, pelos interesses do capital em converter a educação em mercadoria.

Os trabalhos trazidos para esse eixo trazem a preocupação com a estruturação e as transformações apontadas para as organizações de ensino para o atendimento das exigências de mercado, indicando que as instituições e universidades são constituídas por normas e regras internas, nem sempre resguardando a função do pesquisador e do formador.

O artigo de Silva e Fabris (2010) é resultado de uma pesquisa que buscou compreender modos pelos quais os sujeitos universitários são constituídos na contemporaneidade, considerando que os currículos escolares são derivados de relações de educabilidade e de governamentalidade. Para os autores, as relações entre trabalho e educação são entendidas em uma lógica empresarial, em que os sujeitos estudantes universitários estão constituídos em um conjunto de estratégias articuladas a uma dinâmica concorrencial e tem o fato de estar na universidade como uma conquista individual. Nessa ordem, os sujeitos passam a ser responsáveis pelo próprio sucesso ou pelo fracasso no mercado de trabalho.

### **3.3.1 Objetivos dos trabalhos deste eixo relacionados ao Ensino Superior**

No contexto focado sob a visão organizacional e transformações na Universidade pudemos perceber que as universidades estão tendo preocupações

com a estrutura física e pessoal que permeiam o processo de educar no Ensino Superior. Alguns incentivos e parcerias com empresários trouxeram mudanças no cenário de ensino e transformaram o processo da aprendizagem. Nossa percepção é que essas visões e transformações são benéficas em alguns pontos, por outro lado trazem algumas limitações que são questionáveis quando nos referimos ao processo formativo do discente e sua ida ao mercado de trabalho.

Quanto à exclusão, democratização da educação superior e financiamentos por meio de fundos públicos, Chauí (2003) aborda questões sobre a competitividade que existe quando se reduz a universidade a uma organização, na qual se abandona a formação e a pesquisa. Nesse contexto de universidade operacional há uma estruturação baseada em estratégias e programas de eficácia organizacional, normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual e a pesquisa acaba sendo determinada pelas exigências do mercado e a docência vista como propulsora para a entrada rápida dos alunos ao mercado de trabalho.

Rodrigues (2007) traz as transformações e a reforma da educação superior apresentadas de forma genérica para um plano específico nessa atividade, em que há um posicionamento de níveis e modalidades de ensino-mercadoria, como interesses conflituosos entre a burguesia industrial e a burguesia de serviços educacionais. Esse artigo objetiva resgatar o que diz respeito às finalidades e à organização da educação superior.

### **3.3.2 A abordagem das práticas docentes nos trabalhos deste eixo**

Na leitura dos artigos sobre esse eixo, a abordagem da visão organizacional e das transformações na Universidade traz as questões das normas e padrões que estão inseridos nos contratos de gestão e de avaliação por índices de produtividade.

Os autores indicam um risco de a universidade preocupar-se menos com a formação e com as pesquisas para atender às exigências de mercado, mantendo assim a competitividade. O que compreendemos nas leituras é que são necessárias algumas definições para que as universidades tenham mais autonomia, mantendo o direito e o poder de definir suas próprias normas de formação, docência e pesquisa.



Encontramos ainda o fato de que as atuais transformações na educação superior são determinantes, em grande parte, para atender aos interesses do capital que mantêm as universidades.

Nas relações entre trabalho e educação, entendemos que o estudante universitário está inserido dentro de um contexto articulado e concorrencial, quando passa a ser visto como indivíduo e que sua posição como discente universitário é uma conquista pessoal e lhe traz sucesso ou fracasso no mercado de trabalho.

### 3.3.3 A produção científica nos trabalhos deste eixo

A produção científica foi mencionada nos artigos, trazendo a valorização da pesquisa nas universidades. Eles indicam que são definidas políticas públicas de financiamentos através de fundos públicos para a pesquisa, por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa, levando em consideração que as universidades precisam ter as próprias autonomias como também suas expressões sociais e políticas.

### 3.4 Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis

A abordagem nesse eixo foca aspectos relacionados à importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Indicamos no próximo quadro, os artigos que selecionamos para analisar tal aspecto.

**Quadro 7 — Eixo 4: Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis**

REVISTA/ANO	ARTIGO	AUTORE(S)
30/2005	A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação	FERRARO, Ravello
41/2009	Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação	MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de
42/2009	A pesquisa do professor da educação básica em questão	LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da; BOING, Luiz Alberto

**Fonte:** Arquivo de coleta de dados da autora

FERRARO (2005) aborda em seu artigo que a ANPEd mantém vínculos entre os dois campos de interesse ao mesmo tempo distintos e relacionados entre si: a pós-graduação em educação e a produção e disseminação do conhecimento nessa mesma área. Nesse artigo o autor descreve sua trajetória como ator e como partícipe da ANPEd, quando buscou trazer a relação entre pesquisa e pós-graduação e entre pesquisa e ensino universitário. Para o autor, a pós-graduação foi criada para promover a pesquisa na universidade brasileira, quando deveria surgir da prática da pesquisa.

Moita e Andrade (2009) apresentam o artigo que aborda o ensino-pesquisa-extensão como um exercício indissociável na pós-graduação. Indicam o fato de que o eixo fundamental da universidade brasileira se constitui no tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão e que, ainda nesse aspecto, essas funções básicas merecem igualdade de tratamento por parte das instituições de ensino superior. Essa indissociabilidade, para os autores, mantém a qualidade da produção universitária e também o sentido do fazer universitário com autonomia, com competência e com ética.

Alguns encontros científicos que reúnem professores de educação básica e pesquisadores de universidades costumam identificar trabalhos de professores com potencial para serem avaliados como trabalhos de pesquisa, como apontam Lüdke, Cruz e Boing (2009). Nesse estudo as autoras trazem questionamentos sobre os tipos de pesquisa e a relação entre ensinar e pesquisar e também as relações e os distanciamentos entre ensino e pesquisa. Descrevem como é importante a preparação do docente para a atuação como pesquisador e a discussão sobre as estratégias de formação para o exercício dessa atividade na pesquisa. Mencionam que “[...] devemos lembrar, a essa altura, a discussão frequente sobre a propriedade de certa pesquisa ou um tipo de pesquisa particularmente indicado para o professor, “diferente” daquele praticado pelo pesquisador da universidade” (Ibidem, p. 465). Destacam ainda que “[...] a desarticulação entre teoria e empiria foi notada por nossos juízes nos trabalhos examinados, tendo sido ressaltada de modo especial a carência do componente crítico nas análises apresentadas” (Ibidem, p. 465).

No artigo os autores enfatizam que na escola básica são encontrados professores com declarado potencial de pesquisa. Relatam a importância da preparação desses para o exercício do desenvolvimento de atividades de pesquisa. Nesse artigo, a pesquisa na escola básica já não é tida como algo tão impossível indicando ser possível identificar trabalhos de professores com características de pesquisas.

Nos artigos sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pudemos refletir sobre a sua importância e a desta na interdependência em uma estrutura organizada de ensino, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Eles atendem às necessidades específicas que compreendem o todo e não há como uma instituição ou universidade se constituir sem todos estes contextos.

### **3.4.1 Objetivos dos trabalhos deste eixo relacionados ao Ensino Superior**

Os autores dos artigos indicam que o eixo fundamental que constitui as universidades é formado pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão e não há como dissociar um eixo do outro, pois merecem igualdade de tratamento pelas instituições de Ensino Superior, ou violarão o preceito legal. Foram debatidas questões sobre a possibilidade de surgirem dualidades como: ensino e extensão; ensino e pesquisa ou extensão e pesquisa. Porém, foram apontadas falhas em alguns resultados a serem almejados, o que requer que se mantenha a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### **3.4.2 A abordagem das práticas docentes nos trabalhos desse eixo**

Foram trazidas algumas trajetórias de autores que foram partícipes de grupos de discussões e também foram atuantes na docência. Nessas ações, além da defesa do aprofundamento nos trabalhos de pesquisa, as trajetórias indicavam que os professores pesquisadores buscavam ampliar o número de projetos de pesquisas a serem implantados nas universidades.

Outro ponto trazido pelos artigos enfatiza que os professores universitários e os que ministram aulas na pós-graduação devem ensinar seus alunos a pesquisarem. Os professores atuam em diferentes vertentes: no ensino, na

orientação, motivando, supervisionando e avaliando os seus alunos e os projetos de pesquisa desenvolvidos por eles.

### 3.4.3 A produção científica nos trabalhos deste eixo

Como mencionamos no item anterior, os professores podem trazer grandes contribuições como disseminadores da prática de pesquisar e trazer resultados a partir desse trabalho. Os professores podem e devem ensinar os seus alunos a pesquisar. Estas preocupações foram encontradas nos artigos desse eixo.

Pudemos identificar que alguns professores não se tornam pesquisadores porque não foram despertados para assim atuarem, pois não têm conhecimento da dimensão dessa atuação e da importância da preparação para se tornarem pesquisadores.

### 3.5 Ensino Superior e propostas políticas

Compreendemos que façam parte deste primeiro eixo os trabalhos que abordam questões relacionadas às necessidades, aspirações e situações do contexto universitário, quando esses são mencionados em diversos artigos que apontam os seguintes temas específicos: políticas públicas; políticas de educação superior; necessidade de reconstrução do cenário de racismo; exclusão; relações sociais; massificação; globalização, cenário político, entre outros.

Para melhor visualização desses trabalhos, configuramos um quadro elencando esses artigos.

**Quadro 8 — Eixo 5: Ensino Superior e propostas políticas**

REVISTA/ANO	ARTIGO	AUTOR(ES)
21/2002	GT Política de Educação Superior da ANPEd: origem, desenvolvimento e produção.	FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero
22/2003	O empresariado industrial e a educação brasileira.	OLIVEIRA, Ramom
23/2003	Cultura negra e educação.	GOMES, Nilma Lino
29/2005	A nova lei do ensino superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou	SILVA JUNIOR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar.

	continuidade da privatização e mercantilização do público?	
30/2005	Durmeval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação	FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque
31/2006	As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores.	BARRETO, Raquel Goulart; GUIMARÃES, Gláucia Campos; MAGALHÃES, Lúcia Karan Corrêa de; LEHER, Elizabeth Menezes Teixeira
31/2006	Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro.	COSTA, Marcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo
32/2006	Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.	ZAGO, Nadir
32/2006	A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas?	STRECK, Danilo R.
33/2006	Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar.	MICHELS, Maria Helena
34/2007	Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professoras no estado do Pará	COELHO, Wilma Nazaré Baía
34/2007	Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas.	NEVES, Paulo S. C.; LIMA, Marcus Eugênio O.
35/2007	A ação de governos locais na educação de jovens e adultos.	HADDAD, Sérgio
37/2008	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	GATTI, Bernardete A.
39/2008	Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária.	BARRETO, Raquel Goulart e LEHER, Roberto
39/2008	A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico	FELGUEIRAS, Margarida Louro
41/2009	Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004.	DI PIERRO, Maria Clara; ANDRADE, Marcia Regina
42/2009	O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?	ROBERTSON, Susan L.

42/2009	O quem da educação à distância.	BOHADANA, Estrella; VALLE, Lílian do
43/2010	Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior	LEITÃO, Thiago; MORICONI, Gabriela; ABRÃO, Mariângela; SILVA, Dayse

**Fonte:** Arquivo de coleta de dados da autora

A seguir, traremos alguns aspectos encontrados nos artigos, indicando suas respectivas contribuições para o nosso trabalho.

Inicialmente é fundamental esclarecer que políticas públicas são as ações organizadas pelo Estado e direcionadas a determinado segmento, nesse caso ao Ensino Superior. A partir das leituras dos artigos relacionados ao eixo temático do Ensino Superior e propostas políticas, pudemos perceber a preocupação com questões que envolvam a sociedade. Aspectos relacionados ao conceito de raça, gênero, dentre outros, fazem parte do processo formativo que está inserido no Ensino Superior. Tais aspectos influenciam e sofrem influência, nas relações travadas nesse ambiente, proporcionando a formação de professores e dos discentes.

Tem ganhado destaque nos últimos anos os incentivos às políticas públicas introduzidas nos cursos de graduação e de pós-graduação, principalmente de instituições de ensino superior privadas, para assegurar tanto formação a uma grande parcela da sociedade quanto para atender a necessidade de formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

Fávero (2002) apresenta a história do GT de Política de Educação Superior, destacando a produção científica sobre a educação no ensino superior no Brasil e seus avanços na reflexão da produção e apropriação do conhecimento. Os pesquisadores do referido GT apontam a necessidade de estudo de novas linhas de pesquisa e de buscar novos temas de pesquisa que intensifiquem diálogos sobre as fragilidades encontradas nos ambientes onde o Ensino Superior é oferecido.

O artigo de Oliveira (2003) relata a necessidade de compreensão das políticas educacionais implementadas pelo governo brasileiro, nos anos finais do século XX e início deste. Aborda a necessidade de análise de como o empresariado tem interferido na elaboração dessas políticas. O autor indica haver

uma relativa sintonia entre as propostas desse empresariado e o conjunto de reformas e políticas educacionais no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Encontramos no artigo de Oliveira (2003) que a participação de organizações como empresas privadas em projetos na área de educação, acaba por trazer interferências e instituir novos padrões para o atendimento de necessidades públicas.

Com o intuito de contribuir para o cenário de globalização, de busca de igualdade e de acessibilidade é que Gomes (2003) tenta reconstruir as políticas públicas sobre a cultura negra e o racismo. O que encontramos de contribuição relevante neste artigo diz respeito à seguinte colocação: “[...] o educativo é eminentemente cultura e que a relação ensino-aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas” (Ibidem, p. 84). Esse artigo, sob nossa ótica, pode possibilitar novos estudos na área, em busca da reconfiguração e de outras temáticas relacionadas.

Além das questões voltadas à reforma da educação superior, ação político-administrativa e políticas públicas, o artigo de Silva Júnior e Sguissardi (2005) traz também mais do que o contexto contraditório englobado anteriormente aqui. Relata que atores nacionais e internacionais buscam fazer do anteprojeto de lei de educação superior a Lei da Reforma Universitária no Brasil. Isso em busca da autonomia universitária, da reconfiguração das instituições de educação, da avaliação e, sobretudo, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os autores descrevem a nova lei do ensino superior, cujo projeto se encontra em discussão e que visa atualizar as definições, a forma de organização e as condições de funcionamento do sistema. A reforma do ensino superior tem sido objeto de ação político-administrativa de governos anteriores ao atual e o seu processo tem se caracterizado por alternância na valorização das esferas pública e privada. O governo Lula deu continuidade às políticas neoliberais do governo anterior ao dele, em busca de justiça social.

Fávero (2005) retrata a trajetória de Dumerval Trigueiro Mendes como um pensador e um educador que incentivou a reflexão e a pesquisa, revelando a grande paixão intelectual deste pela filosofia e pela política. O autor cita a comemoração, em 2006, dos quarenta anos da pós-graduação em educação *stricto sensu* no Brasil, trazendo a dedicação e os esforços de Mendes para o

universo acadêmico, principalmente na pós-graduação, quando foi docente-pesquisador.

No artigo de Barreto, Guimarães, Magalhães e Leher (2006) é descrito o recorte do estado do conhecimento em educação e tecnologia, em que a intenção foi a de traçar um panorama de tendências que consolidam os estudos marcados pelo movimento de aproximação entre educação e tecnologia. As autoras indicam, naquele artigo, que é importante verificar se as questões do ensino presencial, à distância ou virtual não se sobrepõem ao que seria o foco de um curso, ou seja, da aprendizagem.

Na intenção de contextualizar o processo social de esvaziamento do significado de espaço escolar para uma parcela da população, indicando problemas como o de disciplina, violência e desinteresse no âmbito escolar, Costa e Koslinski (2006) trazem em seu artigo o resultado de uma pesquisa que remete ao campo das políticas públicas, dando peso maior aos graves problemas do espaço educacional. Quanto ao Ensino Superior, o artigo busca estudar como certas deliberações rotineiras de aconselhamento estão relacionadas às decisões em relação à entrada ou não de alunos no Ensino Superior.

Zago (2006) relata as transformações nos contextos sociais, políticos e educacionais, as mudanças decorrentes das desigualdades de escolarização entre classes sociais, e indica também como a renovação nas pesquisas levou estudantes a ocuparem novo lugar no estudo da sociologia da educação. A autora se apoiou, na primeira etapa da pesquisa, nos dados de candidatos ao vestibular de 2001; a segunda etapa foi ancorada na permanência no ensino superior e nas estratégias de investimentos perante a realidade do estudante e do curso.

O artigo de Streck (2006) retrata a insensatez escondida na vivência da esfera política. Ele traz, inicialmente, a história da queda do muro de Berlim, que aponta a fragilidade ou a existência de possibilidades políticas que mobilizam os cidadãos. Naquele cenário, segundo o autor, foram assumidos discursos e práticas que migram entre a sobrevivência e à adaptação. Trazendo a questão da transformação na educação, o autor registra que a esta não transforma o mundo e sem ela não haverá transformação. Assim, não se pode responsabilizá-la pelas dificuldades vivenciadas na esfera pública. O objetivo principal é discutir as formas organizativas que a política educacional atual indica à escola.



Michels (2006) traz como objetivo principal a discussão acerca das formas organizativas que a política educacional atual indica para a escola. Tem como foco a organização escolar a partir da reforma educacional brasileira nos anos de 1990, e traz como hipótese que a atual proposição política para a educação se sustente por três eixos: gestão, formação de professores e inclusão. Quando ocorre a articulação entre os eixos há a configuração de uma nova organização escolar que assume funções políticas e sociais e que são direcionadas por interesses de classes sociais. Segundo a autora, “No Brasil, hoje, os professores das séries iniciais do ensino fundamental e das modalidades de ensino podem ser formados tanto nos institutos normais superiores como nos cursos de pedagogia das universidades, além, é claro, da formação em nível médio” (Ibidem, p. 413).

Outra questão bastante relevante é a que Coelho (2007) traz no artigo onde aborda graves problemas da educação no Brasil: o não enfrentamento da discriminação e do preconceito. Mostra o lugar que a questão racial ocupava na formação de professores no período de 1970 a 1989, indicando que houve um aumento na rede privada de ensino superior, para atendimento às necessidades daqueles que não puderam ingressar nas redes públicas.

Os autores Neves e Lima (2007) expõem uma das questões mais inovadoras das políticas públicas: a adoção de políticas de diminuição de diferenças socioeconômicas entre algumas categorias sociais. Afirmam que a política de cotas de acesso para negros e pardos nas universidades públicas tem gerado intenso debate sobre questões de discriminação e de identidade racial.

No artigo de Haddad (2007) percebemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem obtido gradativo reconhecimento como direito para os jovens e adultos que não tiveram oportunidades de estudar ou mesmo de concluir os estudos. O artigo destaca ainda a confirmação de estudo que demonstra a pequena presença das instituições de ensino superior na EJA, tanto na área de pesquisa quanto em extensão e em ensino.

O Projeto Veredas, descrito por Gatti (2008), é uma iniciativa de formação superior de professores, com a parceria do governo de Minas Gerais e várias universidades e instituições de ensino superior daquele estado. O autor esclarece que a iniciativa tem o objetivo de oferecer diploma de ensino médio a professores leigos, “visando titular em quatro anos os professores dos anos iniciais do ensino fundamental das redes públicas do estado, utilizando tecnologias variadas,

caracterizando-se como formação em serviço. Define-se como um curso de educação a distância com momentos presenciais” (Ibidem p. 60).

As autoras Barreto, Guimarães, Magalhães e Leher (2006) abordam em seu artigo que retrata sobre as tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores, o papel que as tecnologias e a informação têm desempenhado na vida social dos discentes, levando em consideração não só as características técnicas dos meios, mas procurando entender as relações sociais, culturais e educativas dos contextos. Esse artigo discorre sobre diferentes aspectos relacionados ao ensino presencial, virtual e à distância. No caso da proposta de ensino virtual, resultado da evolução na área tecnológica e da comunicação, esse modelo de ensino é sugerido, uma vez que ultrapasse o limite do espaço físico da sala de aula e da escola.

Felgueiras (2008) retrata a situação da história da educação nos cursos universitários em Portugal e contextualiza que ela é focada do ponto de vista curricular e educacional, mais do que epistemológico. A análise da pesquisa identificou lacunas quanto às novas temáticas e abordagens e, em relação ao ensino, trouxe a apreciação dos currículos e as tendências de sua afirmação, apesar das alterações que o processo de Bolonha e a instabilidade existente nas instituições de ensino superior possam trazer nesse cenário.

O artigo de Di Pierro e Andrade (2009) descreve o sistema de ensino paulista e traz características demográficas de famílias pesquisadas, distribuídas em populações assentadas. Os autores mencionam que a maioria das pessoas que compunha o grupo de assentados que cursavam o ensino superior tinha idade superior aos 25 anos, denotando trajetórias de escolarização descontínuas. Isso significa que a amostra de pessoas que cursou o ensino técnico ou superior é irrelevante e que os assentamentos não possuem recursos humanos próprios qualificados para desempenhar funções sociais e econômicas básicas ligadas à saúde, à educação, à defesa de direitos e administração de cooperativas.

Essas autoras também mencionam aspectos relacionados à EJA em seu artigo. Retratam a universalização do acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental e o aumento de ingresso de jovens no ensino médio no sistema paulista, nas últimas décadas. Nesse artigo, as autoras trazem informações de pesquisa realizada com assentados de regiões paulistas e alguns resultados de suas trajetórias de escolarização descontínuas. Parte do grupo de

jovens e adultos participava do Programa Jovem Empreendedor e a maioria dos assentados que cursava o ensino superior tinha idade acima de 25 anos. O texto aponta a busca de ampliação de oportunidades de acesso por parte da população assentada ao ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo (PROUNI) ou formação de recursos humanos carentes para os assentamentos, como: educação, saúde e meio ambiente.

O artigo de Robertson (2009) analisa a interligação progressiva dos espaços da política da educação superior no mundo, enfocando a Europa e o seu projeto de globalização da educação superior, expandindo-se para outras economias nacionais e regionais. A educação, para a autora, é retratada como motor para o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento como: as políticas, os programas e as práticas de educação superior, todos baseados em interesses políticos e econômicos. Abordagens como assim trazem a “[...] compreensão das densas e complexas articulações e das interações entre, os setores da educação superior, as políticas econômicas e os interesses regionais gerados por estratégias competitivas multiescalares e por influências globais sobre a educação superior” (Ibidem, p. 407).

Ainda retratando questões sobre o ensino à distância (EAD), Bohadana e Valle (2009) descrevem que essa prática teve rápida expansão nos últimos anos e em todos os níveis do ensino brasileiro, especialmente no ensino superior. As autoras apontam que a expansão da EAD *on-line*, no Brasil, contou com a boa receptividade e com incentivos de autoridades públicas brasileiras.

Os autores Leitão, Moriconi, Abrão e Silva (2010) contextualizam o boicote aos exames que compõem o sistema de avaliação do ensino superior no Brasil, enfatizando o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE). A análise do perfil dos alunos que aderiram ao boicote, tanto aqueles advindos de instituições públicas como privadas, permitiu identificar as motivações que levaram os estudantes a essa ação. Os autores concluíram que o boicote nunca ultrapassou o percentual de 3,5% e uma possível motivação para esse comportamento seria a insatisfação do aluno com o curso ou com a instituição. Os autores trazem ainda o fato de que o Brasil é o único país a aplicar um exame nacional obrigatório para estudantes, como um dos principais instrumentos de avaliação da educação superior.

### 3.5.1 Objetivos dos trabalhos deste eixo relacionados ao Ensino Superior

Nesse eixo, o Ensino Superior e propostas políticas somam um aspecto importante que foi investigado e diz respeito ao “provão”. Este era um mecanismo de avaliação das instituições de Ensino Superior e através dele o setor produtivo tinha como constatar a qualidade do Ensino Superior. Entendia-se que os resultados dessa avaliação poderiam trazer contribuições para as empresas, no sentido de captar os melhores alunos para suas vagas de emprego. Dessa forma, a estrutura das universidades estava submetida ao setor produtivo e ao empresariado.

Outro aspecto identificado nos artigos, diz respeito ao fato de que se fazia presente no final do século XIX e início do século XX, quando a discussão de temas relacionados à “cultura negra” exigia o diálogo com outras áreas de conhecimento para a disseminação da cultura e da construção de políticas públicas sobre a cultura negra no Ensino Superior.

A EJA foi preocupação de dois autores: Haddad (2007) e Di Pierro e Andrade (2009). Nos enfoques dos dois artigos, a EJA possibilitou que uma grande parcela da população, anteriormente excluída, tivesse oportunidade de ser incluída entre os alunos do Ensino Superior.

Alguns estudos abordados nos artigos trazem a necessidade de aproximação entre educação e tecnologia, ou seja, a intenção foi a de apontar tendências que pudessem consolidar os estudos de aproximação entre as tecnologias da informação e da comunicação às práticas universitárias. Aqui podemos mencionar os ensinos: presencial e à distância ou virtual. No caso do ensino virtual, ele ultrapassa os limites do espaço físico e pode ser consolidado no sentido de obter a frequência dos alunos através do uso de equipamentos tecnológicos que lhes permitam o acesso às informações. Esse mantém contato com os professores e com as instituições de ensino, mas, na visão dos autores, essas práticas não substituem, de maneira alguma, as aulas presenciais.

Outro ponto considerado importante pelas autoras é a questão do esvaziamento do espaço escolar para uma parcela da população. Isso contribui para um conflituoso processo social e de graves problemas do espaço educacional. O que chamou a atenção para tal aspecto, é que essa parcela da população estava entre uma parte social de baixa capacidade de expressão

pública e estava ligada a vários fatores relacionados ao campo das políticas públicas.

As autoras consideram interessante indicar o quanto a educação superior tem trazido contribuições para o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento. Podemos indicar aqui as políticas relacionadas aos programas e as práticas da educação superior, que estão dimensionados por questões de interesses políticos e econômicos.

### **3.5.2 A abordagem das práticas docentes nos trabalhos deste eixo**

Nesse eixo pudemos compreender que os docentes necessitam de recursos culturais, financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e de suas carreiras. Verificamos que as atividades docentes têm passado por processos de reflexão e de busca de maiores condições para que os professores se tornem pesquisadores e tragam, assim, maiores contribuições para o processo formativo de seus alunos e para as instituições a que estão ligados.

A partir dos estudos feitos nesses artigos, inferimos que as políticas públicas interferem na estrutura do Ensino Superior. No que se refere aos professores, as influências das pesquisas podem interferir no ensino que estes irão desenvolver em seus cursos. Vale destacar que a formação inicial dos professores do ensino superior reflete na qualidade de sua ação docente. E se a sua formação estiver voltada para um processo investigativo, provavelmente sua atuação docente será melhor.

As políticas introduzidas nas universidades têm transformado a discriminação social em democracia e auxiliam na construção do conhecimento. Trazem significativas aspirações ao processo de formação de indivíduos mais críticos e com pensamento mais promissor.

### **3.5.3 A produção científica nos trabalhos deste eixo**

Buscaremos agora analisar como a produção científica foi tomada como referência nos artigos deste eixo.

Nos artigos mencionados anteriormente, que abordam diversos assuntos relacionados ao Ensino Superior, pudemos encontrar questões que estão diretamente relacionadas com a formação de professores, com o ambiente universitário e com as políticas públicas.

Fávero (2002) apresenta um projeto integrado de pesquisa que falou especificamente sobre a produção científica na Educação Superior no Brasil entre os anos de 1968 e 2000. Nele encontramos as contribuições para o desenvolvimento da produção científica, onde foram apontados avanços na reflexão coletiva sobre o seu papel e questões de política de educação superior ligadas a este papel. Com isso percebemos a necessidade de se implementar novos projetos de pesquisa, que possam corroborar com projetos de ensino e de extensão nas instituições universitárias, trazendo reflexão e desenvolvimento ao processo formativo dos discentes.

Os artigos nos demonstraram que nas últimas décadas foram identificadas mudanças nos contextos sociais, políticos e educacionais, bem como a renovação no campo da pesquisa, o que levou os estudantes a ocuparem novo espaço das universidades.

## **Contribuições indicadas na pesquisa para o Ensino Superior**

Este trabalho configura-se como de caráter bibliográfico, no qual elegemos a Análise de Conteúdo para identificar a questão do problema de nossa pesquisa sobre o Ensino Superior, assim definida: Quais contribuições relacionadas ao Ensino Superior são trazidas pelos artigos da Revista Brasileira de Educação na 1ª década do século XXI?

A partir dessa questão e com o objetivo de estudar os artigos que focam o Ensino Superior na 1ª década do século XXI, elegemos a Revista Brasileira de Educação da ANPEd e buscamos encontrar as respostas para o entendimento do contexto universitário nos artigos publicados nos exemplares periódicos dessas revistas, inserimos ao trabalho aqueles que mais se aproximavam do objetivo.

Em um universo de 306 artigos, encontramos 44 que trazem mais específico o que delineamos como foco de nosso estudo, o Ensino Superior.

Nos artigos relacionados ao tema fizemos, primeiramente, uma busca de identificação de quais abordavam o foco do nosso estudo através de uma breve leitura e da busca através de descritores, assim definidos neste trabalho: ensino superior, ensino universitário e formação de professores.

Após a identificação dos artigos que tinham relação com o Ensino Superior, fizemos uma nova e minuciosa leitura, buscando as principais contribuições trazidas por cada artigo, no olhar da pesquisadora, para que esses compusessem o trabalho.

Após esta etapa de desenvolvimento, definimos as categorias ou eixos de análise, os quais foram definidos como: Ensino Superior e propostas políticas; Formação de professores; Relação entre teoria e prática; Visão organizacional da Universidade; Ensino, pesquisa e extensão: aspectos indissociáveis; Outros (neste eixo, trouxemos os trabalhos que não foram possíveis de serem incluídos nos anteriores).

A partir destas análises nos eixos configurados, pudemos perceber o quanto é importante a formação inicial e a continuada de professores e o quanto

ela incidirá no processo de formação dos discentes, aliando a teoria e a prática dos docentes no processo de produção de conhecimento.

Alguns aspectos de grande relevância estiveram presentes em muitos artigos, a exemplo daqueles que retratam as políticas públicas que fazem parte da vida dos estudantes, dos professores e do contexto universitário e que influenciam no processo formativo no Ensino Superior e ainda a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses três formam os pilares que dão sustentação às instituições e universidades e são básicos para que a formação se constitua.

Este trabalho buscou trazer o que consta de intrínseco sobre o Ensino Superior, sob o olhar da pesquisadora, que buscou encontrar respostas ao questionamento do trabalho e também teve o intuito de atender às necessidades e expectativas relativas à sua própria prática pedagógica, bem como a de outros profissionais que atuam na área de educação, no Ensino Superior.

Espera-se, com as informações apresentadas no presente estudo, que o mesmo traga contribuições para o processo formativo e para a reflexão de práticas específicas desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Falar em Ensino Superior é inicialmente reconhecer as significativas mudanças que vem ocorrendo no âmbito da formação de profissionais, das tecnologias de ensino, da profissionalidade docente, das políticas públicas, da organização dos espaços das instituições de Ensino Superior, a sintonia entre as propostas empresariais e as reformas e políticas educacionais implementadas pelos governos, entre outros fatores direcionados a esse segmento.

Os dados da pesquisa foram organizados em eixos que se referem à formação de professores; Ensino Superior e propostas políticas; relação entre teoria e prática; a visão organizacional da universidade e ensino, pesquisa e extensão.

A partir das análises, percebemos que a pesquisa em educação precisa direcionar uma maior atenção para o Ensino Superior. Esse segmento da educação abrange uma complexidade de temáticas.

Porém, a sua organização por vezes deixa de levar em consideração outros fatores, indicados por Tardif e Lessard (2011), quais sejam: às condições de trabalho dos professores, a profissionalidade docente, as dificuldades encontradas por esses profissionais, a remuneração salarial. Essas questões



ficam, na grande maioria das vezes, limitadas somente ao interior das salas de aula, sem serem consideradas na complexidade da ação docente.

Questões de ordem administrativa também são postas em discussão: profissionais são contratados para atuarem em três frentes: a pesquisa; o ensino, que, a depender da estrutura da instituição nem sempre será na área de estudo; e ainda na extensão. Convém lembrar que todas essas vertentes requerem planejamento das atividades, o que geralmente não cabe nas horas de trabalho para o qual esse profissional foi contratado. Esse tem sido um dos grandes desafios na educação superior no nosso país, o que nos instiga a perguntar: Como trabalhar com ensino, pesquisa e extensão nessas condições?

Há uma exigência muito grande em relação à ação docente no Ensino Superior, aos projetos submetidos às agências de fomento para financiamento de pesquisa e aos critérios para publicações. Isso, mais uma vez, confirma que temos uma série de questões presentes na educação superior que não são postas em pauta nas discussões das políticas públicas e em publicações acadêmicas.

Por outro lado, pudemos identificar que o acesso ao ensino universitário está cada vez maior devido à competitividade apresentada no mercado de trabalho e aos financiamentos oferecidos aos indivíduos interessados em obter a graduação, os quais sem auxílio não teriam condições socioeconômicas para frequentar as universidades. Essa inserção na universidade permite que as diferenças socioeconômicas tenham menor relevância. Os alunos de baixa renda prestam os mesmos exames de seleção em universidades privadas, são aprovados nessas instituições e podem participar do processo formativo na graduação, mantendo-se ali através dos financiamentos ou de parcerias que lhes proporcionam tal formação. O preparo e a formação são necessários para a ascensão profissional.

Sobre as políticas públicas também encontramos pesquisas que demonstram as diferenças existem nas mais diversas regiões do nosso país e do mundo. Destacamos a necessidade de engajamento das instituições no sentido de proporcionar e manter uma seleção neutra de alunos, com oportunidades igualitárias. É importante que não haja discriminação por questões sociais e econômicas, para aqueles que almejam ingressar no Ensino Superior e que estão ainda neste espaço concorrido de seleção.

O que pudemos perceber ao longo dos estudos realizados neste trabalho é que as universidades precisam oferecer melhores condições ao corpo docente e discente, até porque são eles que mantêm e sustentam a instituição.

Entendemos que este estudo sobre o Ensino Superior pode trazer reflexões sobre o processo de ensino-aprendizagem, para as transformações advindas do ato de ensinar e para a compreensão do ato de aprender, quando envolve a relação professor-aluno-universidade.

Compreendemos que é importante manter um espaço universitário com professores que estejam cada vez melhor preparados para o ato de ministrar as aulas e seus conteúdos, pois não basta ter o conhecimento sobre a área a partir da vivência acadêmica. É preciso adquirir saberes profissionais, no sentido de saber lidar com as situações mais adversas, inclusive as relacionadas ao conteúdo específico da disciplina. Além disso, compete ao professor saber se relacionar com seus alunos, de forma que haja harmonia, respeito e a compreensão mútua dos papéis que cada um desempenha no contexto universitário.

As universidades estão carentes de professores-pesquisadores, de professores titulados e de professores experientes para o exercício das atividades universitárias. Entendemos ser importante que as Instituições de Ensino Superior busquem formar professores mais qualificados para atuarem no Ensino Superior com perspectivas de re-construção/construção de saberes, a partir do foco essencial para essa linha de ensino, aprendizagem e excelentes resultados: a pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FÁVERO, M. L. A. Produção e apropriação do conhecimento na universidade. In: MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Conhecimento Educacional e Formação do Professor**. Campinas, SP: Papyrus Editora, p. 39-52, 1994.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, DF, 2 ed.: Liber Livro Editora, 2005.

MOREIRA (Org.), A. F. B. Conhecimento educacional e formação do professor – questões atuais. **Coleção magistério, formação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1994).

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores** – pesquisa, representações e poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RASCO, F. Â. **O** desejo de separação: as competências nas universidades. In: SACRISTÁN, J. G. et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RODRIGUEZ, J. B. M. In: SACRISTÁN, J. G. et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SACRISTÁN, J. G. et al. **Educar por competências: o que há de novo?** Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch, 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário seu cenário e seus protagonistas**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

### Artigos que compuseram o corpo dos dados

BARRETO, R. G. et al. As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.31, p. 31-42 *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, p. 423-436, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

BOHADANA, E.; VALLE, L. O *quem* da educação a distância. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.42, p. 551-564, *on-line* ISSN 1413-2478, 2009.

BRZEZINSKI, I.; GARRIDO, E. Análise dos trabalhos do GT Formação de professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998. **Revista Brasileira de Educação**, n.18, p. 82-100, *on-line*, 2001.

BURNIER, S. et al. Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.35, p. 343-358, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p. 5-15, *on-line* ISSN 1413-2478, 2003.

COELHO, W. N. B. Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professoras no estado do Pará. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 39-56, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

CORADINI, O. L. Titulação escolar, condição de "elite" e posição social. **Revista Brasileira de educação**, v.15, n.43, p. 45-69, *on-line* ISSN 1413-2478, 2010.

COSTA, M.; KOSLINSKI, M. C. Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.31, p. 133-154, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

CUNHA, M. I. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, p. 258-271, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.41, p. 246-257, *on-line* ISSN 1413-2478, 2004.

FAVERO, M. L. A. GT Política de Educação Superior da ANPEd: origem, desenvolvimento e produção. **Revista Brasileira de Educação**, n.21, p. 115-126, *on-line* ISSN 1413-2478, 2002.

FAVERO, M. L. A. Durmeval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p. 36-46, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

FELGUEIRAS, M. L. A história da educação na relação com os saberes histórico e pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, p. 483-501, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

FERRARO, A. R. A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p. 47-69, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

FERREIRA, F. I. Reformas educativas, formação e subjectividades dos professores. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.38, p. 239-251, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

FISCHER, N. B. Comitê Científico da ANPEd: memórias, desafios e conquistas de uma ação construída em parcerias múltiplas. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.36, p. 410-423, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

FREITAS, M. T. M.; FIORENTINI, D. Desafios e potencialidades da escrita na formação docente em matemática. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.37, p. 138-149, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

GATTI, B. A. Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação**, n.18, p. 108-116, 2001

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.37, p. 57-70, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 75-85, *on-line* ISSN 1413-2478, 2003.

HADDAD, S. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.35, p. 197-211, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

LEITAO, T. et al. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.43, p. 21-44, *on-line* ISSN 1413-2478, 2010.

LUDKE, M.; CRUZ, G. B.; BOING, L. A. A pesquisa do professor da educação básica em questão. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.42, p. 456-468, *on-line* ISSN 1413-2478, 2009.

MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p. 406-423, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

MIGUEL, A. et al. A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização. **Revista Brasileira de Educação**, n.27, p. 70-93, *on-line* ISSN 1413-2478, 2004.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p. 511-518, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

MOREIRA, P. C.; DAVID, M. M. M. S. O conhecimento matemático do professor: formação e prática docente na escola básica. **Revista Brasileira de Educação**, n.28, p. 50-61, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.41, p. 269-280, *on-line* ISSN 1413-2478, 2009.

NASSIF, V. M. J.; HANASHIRO, D. M. M; TORRES, R. R. Fatores que influenciam na percepção das competências para o exercício da docência. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.44, p. 364-379, *on-line* ISSN 1413-2478, 2010.

NEVES, P. S. C.; LIMA, M. E. O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 17-38, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

OLIVEIRA, R. O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n.22, p. 47-60, *on-line* ISSN 1413-2478, 2003.

RAMALHO, B. L.; MADEIRA, V.P. C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p. 70-81, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

ROBERTSON, S. L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? Trad. Alfredo Macedo Gomes, Roderick Somerville Kay. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.42, p. 407-422, *on-line* ISSN 1413-2478, 2009.

RODRIGUES, J. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 120-136, *on-line* ISSN 1413-2478, 2007.

ROSA, M. I. P.; RAMOS, T. A. Memórias e odores: experiências curriculares na formação docente. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.39, p. 565-575, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

SAVIANI, D. O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, n.30, p. 21-35, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, p. 143-155, *on-line* ISSN 1413-2478, 2009.

SILVA JUNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, n.29, p. 5-27, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

SILVA, M. O *habitus* professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**, n.29, p. 152-163, *on-line* ISSN 1413-2478, 2005.

SILVA, R. R. D.; FABRIS, E. T. H. O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.44, p. 352-363, *on-line* ISSN 1413-2478, 2010.

SOARES, E. S.; GOULART, M. I. M. Aulas compartilhadas na formação de licenciandos em matemática. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.38, p. 306-324, *on-line* ISSN 1413-2478, 2008.

STRECK, D. R. A educação popular e a (re)construção do público: há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, p. 272-284, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, p. 226-237, *on-line* ISSN 1413-2478, 2006.

# ANEXOS

**Quadro 9 — ARTIGOS DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ANPEd) - SÉCULO XXI (2001 A 2010).**

TÍTULO	AUTOR (ES)	ORIGEM	CLASSIFICAÇÃO	RELEVÂNCIA
Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder	GATTI, Bernadete Angelina	RBE 18 SET A DEZ 2001	Formação de professores e ensino superior.	<p>A autora discute os desafios do sistema de pós-graduação no Brasil no início dos anos 2000. Esses desafios dizem respeito a questões sociais mais amplas, que transcendem os muros do ensino superior. Mostra que nas décadas de 1970 e início dos anos de 1980 foram criados e implementados os programas de pós-graduação baseados num modelo voltado ao desenvolvimentismo e à formação de quadros para a pesquisa e para as universidades. Dessa forma os cursos de mestrado e doutorado em nosso país originaram-se não do desenvolvimento da pesquisa científica, mas de uma política deliberada de organismos estatais.</p> <p>Conforme Gatti, no ensino superior, à época, pouca pesquisa se desenvolvia, vez que sua vocação era dirigida, sobretudo à formação de profissionais liberais. As universidades nasceram da agregação de cursos e pouquíssimas tinham a pesquisa como parte integrante do trabalho de seus docentes. A grande expansão havida no ensino superior, no início dos anos de 1970, trouxe também a improvisação de professores, sem formação especializada e em pesquisa, os quais vieram a atuar em instituições com instalações também improvisadas, que levavam ao ensino superior a ideia tradicional de que para esse ensino bastam as salas de aula e professores com algum bacharelado. Estamos falando de apenas vinte ou trinta anos atrás e os traços dessa situação ainda estão presentes em grande parcela dos cursos de nível superior. A precariedade de recursos, para este ensino, naquele período, é mostrada em vários estudos, ressaltando-se, por exemplo, o estado miserável das bibliotecas, em especial a não disponibilidade de periódicos científicos.</p>



			<p>Nestas condições, também a pesquisa vai ser induzida através da política de criação e apoio aos cursos de mestrado e doutorado, que passam a ser estimulados e financiados em sua implementação em algumas universidades que apresentavam maior solidez institucional. Esta ação “obedecia a uma decisão explícita, por parte de o governo militar recém estabelecido, de disciplinar e orientar o ensino superior, que culminam com a ampla reforma universitária”. Mudanças na estrutura e nos currículos das instituições atuantes no nível superior, e a introdução dos mestrados e doutorados buscavam a integração da pesquisa dentro dessas instituições, o que desdobraram em resultados positivos relacionados tanto para a vida acadêmica quanto para a tecnológica do país. Entretanto esses resultados ficaram vinculados a poucas instituições e regiões, se considerarmos a expansão demográfica do país, o volume do ensino superior e a demanda potencial de formação de professores para atuar neste nível de ensino e as necessidades de desenvolvimento de variadas áreas científicas.</p> <p>Uma das propostas, como parte das atribuições de mestrados e doutorados, foi a de formar professores para o ensino superior, o que é muito diferente de formar pesquisadores.</p> <p>Gatti fundamentada em Peixoto (1995) identificou, quanto às concepções sobre as finalidades dos mestrados, três perspectivas: a primeira, é a de que o mestrado é uma iniciação à pesquisa; a segunda, é a de que o mestrado cumpre a função de dar formação acadêmica básica para a docência, porém é o doutorado que inicia o discente na pesquisa; a terceira, que vê como finalidades do mestrado a formação de docentes para o ensino superior e a de assessores, afastada da preocupação de formar pesquisadores.</p> <p>O desafio está na busca de um equilíbrio entre a preparação de professores para o ensino superior, a de pesquisadores e a</p>
--	--	--	---

				de profissionais diversos que buscam seu aprofundamento teórico, cultural, científico ou tecnológico. Com flexibilização de tempos e de possibilidades nas trajetórias dentro dos cursos, este equilíbrio talvez possa ser atingido.
Análise dos trabalhos do GT Formação de Professores: o que revelam as pesquisas do período 1992-1998	BRZEZINSKI, Iria e GARRIDO, Elsa.	RBE 18 SET A DEZ 2001	Formação de professores	<p>As autoras apresentam um estudo que é parte de uma pesquisa denominada estado do conhecimento sobre formação de professores. O presente estudo refere-se aos trabalhos apresentados no GT Formação de Professores durante as reuniões anuais da ANPEd, no período 1992-1998. Os setenta trabalhos analisados constituem uma amostra da produção do GT. Não estão incluídos os pôsteres e as comunicações.</p> <p>O conjunto dos trabalhos foi organizado segundo cinco descritores: formação inicial de professores, formação continuada, práticas pedagógicas, profissionalização docente e revisão da literatura. Busca identificar os aspectos teórico-metodológicos que embasaram as pesquisas, os resultados alcançados, os focos de análise e as tendências que as produções examinadas parecem sugerir. Do universo de 70 trabalhos, 28 tratam da formação inicial (40%); sobre formação continuada existem 17 trabalhos (24%); há 11 pesquisas sobre questões relativas à profissionalização docente (16%) e 10 abordam práticas pedagógicas (14%); a revisão da literatura foi objeto de quatro estudos (6%).</p> <p>A análise dos trabalhos apresentados no GT Formação de Professores, no período entre 1992-1998 mostrou a riqueza e a diversidade de enfoques das investigações, de fundamentos teóricos utilizados, das metodologias de pesquisa e das contribuições sobre a temática. O conjunto dos trabalhos lançou luz sobre o conhecimento do professor, também produzido na prática, pois não podemos desconhecer, como afirma Gimeno Sacristán (1991), que a prática pedagógica é uma atividade que gera cultura, à medida que é praticada; a prática docente em movimento é produtora de conhecimento,</p>

				ela é práxis. (considerar esse artigo na íntegra).
GT Política de Educação Superior da ANPEd: origem, desenvolvimento e produção	FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero	RBE 21 SET A DEZ 2002	Política de educação superior no país	<p>Neste artigo a autora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero não desvelou toda a história do GT Política de Educação. Ela trouxe elementos para a compreensão da sua história, para buscar conhecimento a respeito da sua trajetória, produção e perspectivas de trabalho – centrado nas questões de política de educação superior no país. Na história desse GT, destaca os seminários de intercâmbio e, em especial, o projeto integrado de pesquisa “;Produção científica sobre educação superior no Brasil: 1968-2000”; contribuíram para seu caminhar, proporcionando avanços na reflexão coletiva sobre seu papel e questões de política de educação superior a ele afetas, bem como fortalecendo sua produção.</p> <p>Fávero complementa: “Em uma visão prospectiva e tendo presente que o trabalho de consolidação de um grupo como este é empreendimento que resulta de um processo de construção permanente, indica questões a serem discutidas e aprofundadas pelos seus membros”.</p> <p>Reafirma que, para que o GT possa avançar nas discussões sobre sua temática e para que se tenha visão de onde falam os pesquisadores, é necessário que sejam mapeadas as linhas de pesquisa e seja feita uma pauta de temas e questões produzidas pelo GT. Assim, pode-se deixar sempre espaço para a demanda de outros estudos diante da necessidade de levantamento e avaliação dos estudos sobre a produção em educação superior e dando continuidade às discussões e reflexões.</p> <p>Trouxemos, no capítulo teórico, outras abordagens sobre a autora Fávero, em que ela contextualiza informações sobre Produção e apropriação do conhecimento da Universidade.</p>
O empresariado industrial e a educação	OLIVEIRA, Ramom	RBE 22 JAN A ABR 2003	Política e Ensino superior	A compreensão das políticas educacionais implementadas nos últimos anos pelo governo brasileiro requer a análise de como o empresariado tem interferido na confecção dessas políticas.

brasileira				<p>Este artigo busca contribuir nesse sentido. Dialogando com as proposições educacionais do empresariado industrial, tornadas públicas no transcorrer da década de 1990, procurarei demonstrar que há uma relativa sintonia entre as propostas desse empresariado e o conjunto de reformas e políticas educacionais, implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso no transcorrer dos seus dois mandatos consecutivos. No ano de 1998, a CNI lançou o documento Competitividade e crescimento: a agenda da indústria (CNI, 1998), pelo qual recomendou para o ensino superior as seguintes mudanças: a) estimular a integração da universidade-empresa, vinculando o público ao privado; b) estabelecer critério da competição para a distribuição das verbas entre os centros de ensino e pesquisas e institutos tecnológicos; c) buscar a aproximação dos centros educacionais às necessidades do mercado; d) implementar a fiscalização a posteriori das pesquisas universitárias.</p> <p>Com esses objetivos, em definitivo, buscava-se submeter a estrutura das universidades aos interesses do setor produtivo, indo muito além do documento produzido no final da década de 1980 (CNI, 1988). Dessa vez, de forma mais incisiva, o empresariado não apenas defendeu maior rigor na transferência de recursos para as universidades, mas também propôs que os mesmos fossem transferidos em função da contribuição que as universidades dessem às empresas.</p> <p>Defende a continuidade dos mecanismos de avaliação das instituições de ensino superior, como o “provão”, onde o empresariado advoga que a qualidade do ensino superior pode ser facilmente constatada.</p> <p>A educação é considerada pelos economistas e políticos como um insumo no processo de produção de mercadorias. Nesse sentido, as ações do Estado no campo educacional são sempre analisadas a partir da relação custo/benefício.</p>
Cultura negra e	GOMES, Nilma	RBE 23	Políticas públicas.	A autora relata a necessidade de reconstrução do cenário de

educação	Lino	MAI A AGO 2003		<p>racismo contextualizado no final do século XIX e início do século XX que se fazia presente na sociedade. A representação dessas diferenças, não só culturais, foram claras e traziam aspectos físicos, biológicos, sociais, políticos e visíveis quanto às questões “raciais”, aqui apresentadas como pontos inerentes a construção de políticas públicas sobre a cultura negra no ensino superior. Segundo Gomes: “Elegemos, neste artigo, a corporeidade e a manipulação do cabelo para exemplificar a riqueza dessa cultura e sua forte presença entre nós. Veremos que o educativo é eminentemente cultural e que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas. Não lidamos somente com processos cognitivos. Aliás, cada vez mais descobrimos que a cognição é construída na cultura. Dessa forma, a pesquisa educacional sempre será enriquecida pelo diálogo com outras áreas das ciências humanas. No caso do estudo sobre a questão racial, é importante que esse diálogo se dê com as áreas do conhecimento que, pela sua história, possuem um acúmulo na discussão sobre a cultura e, no caso específico deste artigo, a cultura negra.”</p>
A universidade Pública sob nova perspectiva	CHAUI, Marilena	RBE 24 SET A DEZ 2003	Ensino superior e docência	<p>A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (Le naufrage de l’université), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em microorganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.</p> <p>a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para</p>

			<p>os estudantes, de preferência ricos, em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimento de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins. O professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para pesquisa, aceita ser escorchado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários – ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho.</p> <p>Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à apropriação privada.</p> <p>O que significa exatamente formação? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente e é estimular a passagem do instituído ao instituinte.</p> <p>Pensando numa mudança da universidade pública pela perspectiva da formação e da democratização, creio que podemos assinalar alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança:</p> <p>Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão.</p> <p>Definir a autonomia universitária não pelo critério dos chamados “contratos de gestão”, mas pelo direito e pelo poder</p>
--	--	--	--

				<p>de definir suas normas de formação, docência e pesquisa. Desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação.</p> <p>Revalorizar a docência, que foi desprestigiada e negligenciada com a chamada “avaliação da produtividade”, quantitativa.</p> <p>Revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados.</p> <p>A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim, por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa.</p> <p>Adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de sociedade do conhecimento quanto sobre a de educação permanente, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização. É preciso tomar a universidade do ponto de vista de sua autonomia e de sua expressão social e política.</p>
<p>A educação matemática: breve histórico, ações implementadas e questões sobre sua disciplinarização*</p>	<p>MIGUEL, Antonio, GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; IGLIORI, Sonia Barbosa Camargo; D'AMBRÓSIO, Ubiratan.</p>	<p>RBE 27 SET A DEZ 2004</p>	<p>Formação de professores e a relação entre a educação e educação matemática.</p>	<p>Este artigo relata a formação de professores, mais especificamente a relação entre a educação e a educação matemática.</p> <p>A ANPEd, como retrata este artigo, no cenário nacional e aliada à identidade de temáticas de pesquisa é o espaço mais adequado para a organização dos pesquisadores em educação matemática. Inclusive, foi aprovada a criação do Grupo de Estudos (GE) em Educação Matemática.</p> <p>O GE é diferente do GT. Os autores dos trabalhos aprovados no GT recebem financiamento para participação e a seleção dos trabalhos é de responsabilidade do Comitê Científico da Associação.</p> <p>Em 1998, para a 21ª Reunião Anual, a quantidade de trabalhos enviados foi significativa, atendendo ao solicitado pela ANPEd, na qual foram selecionados pareceristas entre pesquisadores</p>

				<p>de diversas universidades.</p> <p>Os autores relatam que “Além disso, embora a educação matemática já tenha construído as suas sociedades científicas, as suas revistas especializadas, os seus congressos específicos e os seus grupos de pesquisa no interior de algumas universidades. Não existe um consenso, no interior de nossa própria comunidade, se de fato deveríamos nos engajar coletiva e solidariamente em um projeto de disciplinarização da educação matemática”.</p> <p>Complementam ainda: “O problema que estamos colocando aqui à nossa reflexão é, portanto, de natureza mais profunda e anterior àquele que se manifesta na dúvida: devemos ou não fortalecer o GT de Educação Matemática da ANPEd? É claro que a questão mais profunda está ligada à natureza dos argumentos explícitos ou tácitos que se manifestam em favor ou contra esse fortalecimento. Achamos que, a princípio, ninguém discordaria da afirmação de que um tal GT se constitui num espaço a mais para que possamos discutir nossas produções acadêmicas e/ou estreitar nossas relações com os educadores. Mas pensamos não ser esta a razão fundamental que tem levado alguns segmentos de nossa comunidade a realizar esforços no sentido de se procurar fortalecê-lo e consolidá-lo”.</p> <p>A implantação das universidades se deu a partir de meados do século XX, quando surgiu uma série de opções de cursos de nível superior e, assim, surgiu a concorrência de outros especialistas de nível superior.</p> <p>Para finalizar, os autores mencionam: “Educadores matemáticos e matemáticos das mais diversas vertentes discordam da nova legislação (já aprovada) para os cursos de licenciatura”. “Essa discordância, entretanto, está distante de representar uma concordância quanto aos objetos, meios e concepções que essa nova legislação deveria privilegiar”.</p>
O conhecimento	MOREIRA, Plínio	RBE 28	Formação de	Uma das questões recorrentes nos debates sobre a formação



matemático do professor: formação e prática docente na escola básica	Cavalcante e DAVID, Maria Manuela Martins Soares	JAN A ABR 2005	professores	<p>de professores através da licenciatura é a falta de uma articulação adequada entre a formação específica e a formação pedagógica, tendo em vista a futura prática profissional na educação básica (Ludke, 1994; Diniz-Pereira, 2000; Fiorentini et al., 2002). Essa questão é histórica e nasce junto com a licenciatura e seu modelo inicial, o “3+1”. Nos anos de 1980, são incorporadas ao currículo do curso as chamadas disciplinas integradoras, caracterizando-se, então, um novo modelo formado por blocos de disciplinas (específicas, pedagógicas e integradoras) que, nos seus traços gerais, permanece até hoje.</p> <p>Fiorentini e seus colaboradores analisaram dissertações e teses sobre formação do professor de matemática, defendidas no Brasil entre 1970 e 2000, separando-as em dois grupos bem demarcados: os trabalhos realizados nas décadas de 1970 e 1980 – em que, segundo os autores, o conceito de formação subjacente era fundamentalmente o de treinamento – e os trabalhos realizados nos anos de 1990, em que “supera-se o termo treinamento” e “inicia-se uma nova etapa na pesquisa sobre formação de professores”</p>
A nova lei do ensino superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?	SILVA JUNIOR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar	RBE 29 MAI A AGO DE 2005	Ensino superior	<p>A nova lei de educação superior (ou a nova lei da reforma universitária), cujo anteprojeto se encontra em discussão, visa a atualizar as definições, a forma de organização e as condições de funcionamento do sistema, a validade de seus diplomas e sua adequação às normas constitucionais e às supostas necessidades do desenvolvimento do país no setor. A reforma da educação superior tem sido objeto da ação político-administrativa de governos anteriores, especialmente no octênio de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tanto pela via legislativa, quanto por medidas ostensivas de restrição do crescimento do setor público federal e de incentivo à expansão do setor privado; tanto pela negação da autonomia, pelo congelamento salarial, pela redução de vagas docentes e de funcionários e pelo drástico corte do financiamento das</p>

			<p>instituições federais de ensino superior, quanto pela adoção de um sistema de avaliação da educação superior contábil e definidor de ranking interinstitucional, ao gosto da mídia e do mercado.</p> <p>No primeiro biênio do atual mandato presidencial destacam-se quatro medidas legais, referidas ou não no anteprojeto de lei (como se verá adiante), que se constituem em importantes precedentes para esse anteprojeto, que podem ancorá-lo em seus objetivos ou negá-lo parcial ou totalmente. Esses dispositivos legais, com menos de um ano de vigência, são: a) lei no 10.861, de 14/4/2004, que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentada pela portaria do Ministério da Educação (MEC) no 2.051, de 9/7/2004; b) lei no 10.973, de 2/ 12/2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências; c) lei no 11.079, de 30/ 12/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público/privado (PPP) no âmbito da administração pública; d) lei no 11.096, de 13/ 1/2005 (Medida Provisória – MP no 213, de 10/9/ 2004), que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a lei no 10.891, de 9/7/2004, e dá outras providências.</p> <p>Esse processo tem se caracterizado por duplo movimento de alternância na valorização das esferas pública e privada, dando-se ora à restrição de uma e à expansão de outra, ora vice-versa. Mesmo assim, mantendo-se, com continuidade, o crescente caráter mercantil das instituições de educação superior, com graves consequências para sua autonomia e seu financiamento, assim como para a organização do Sistema Federal da Educação Superior; enfim, para sua identidade institucional.</p> <p>Ao invés de ruptura o governo de Lula significou a</p>
--	--	--	--

				<p>continuidade das políticas neoliberais de FHC. Teses como a de que, na contraposição estatal/privado, este segundo pólo seria mais condizente com os novos tempos e com a busca da justiça social, escamoteando-se a verdadeira contraposição a ser considerada, isto é, o interesse ou bem público versus interesse ou bem privado/mercantil, e impondo-se, portanto, a necessidade de diluição das fronteiras público/privado; de que o retorno individual e social dos gastos públicos com educação superior seria muito menor do que o dos gastos com a educação básica; de que a educação superior seria antes um bem privado e que os gastos públicos na educação superior beneficiariam fundamentalmente as elites, não se prestando à melhor distribuição de renda, à equidade e à justiça social; de que haveria maior eficiência gerencial dos recursos públicos se entregues ao gerenciamento de empresas privadas; de que o ensino superior deveria ser, cada dia mais, um espaço da iniciativa privada, e não do Estado, devendo este preocupar-se menos com a criação e manutenção de instituições de ensino superior do que com a regulação, controle e prestação de contas das instituições de ensino superior: públicas e privadas, com e sem fins lucrativos; de que, em lugar do paradigma científico-acadêmico clássico, da associação ensino e pesquisa ou da prioridade da ciência básica versus ciência aplicada, deve hoje prevalecer a ciência dirigida pela economia, além da neoprofissionalização do sistema com base no imediatismo pragmático e eficientista. Enfim, teses como essas, entre outras, parecem continuar a ser defendidas e implementadas quando se examinam mais detidamente o significado dos dispositivos legais recentemente promulgados, como as acima citadas leis da parceria público/ privado, do PROUNI e da inovação tecnológica.</p> <p>A relação público/privado, com especial fortalecimento do pólo público e maior regulação do privado, dá-se também e fundamentalmente pela forma como se organiza e se estrutura</p>
--	--	--	--	---

				<p>o financiamento público da educação superior. Da utilização do fundo público para o setor privado e das leis que a definem não se faz menção no anteprojeto de lei de educação superior, ainda menos de sua eventual revogação. O mesmo se deve dizer das questões envolvidas pela lei no 10.973, de 2/12/2004, sobre a inovação tecnológica, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e que tenderia a comprometer o estatuto da autonomia universitária, criando condições propícias para a adoção de práticas heterônomas na pesquisa em instituições federais de ensino superior.</p> <p>É, portanto, nesse contexto contraditório que diferentes atores nacionais e internacionais buscam fazer do anteprojeto de lei de educação superior a Lei da Reforma Universitária no Brasil. Com essa estratégia, obscurecem, ao invés de revelarem, as influências que sofre o anteprojeto: da continuidade do tecnicismo, do pragmatismo e dos valores mercantis que passaram a orientar a identidade das instituições de educação superior desde o golpe militar de 1964. Isto, especialmente no que se refere à autonomia universitária, à reconfiguração público/privado nas instituições de educação superior (quanto ao seu financiamento, a sua democratização e as formas de gestão), à avaliação, e, sobretudo, ao trabalho acadêmico fundado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</p>
O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula.	SILVA, Marilda da.	RBE 29 MAI A AGO DE 2005	Formação de professores	<p>Este artigo retrata questões relacionadas à teoria e à prática. A autora relata que as pesquisas trouxeram importantes contribuições para o esclarecimento da base sobre o posicionamento do aprendizado da teoria e da prática na formação de professores. O estudo trata de “organizar explicações sobre a didática ensinada e como se aprende para ensinar na sala de aula”.</p> <p>Os alunos de licenciaturas do ensino superior que estudavam para se tornar professores e professoras relataram que</p>

				<p>aprendiam muito mais com as práticas docentes de seus professores do que com as teorias ensinadas por eles.</p> <p>Os resultados da pesquisa entre grupos de alunos seguiram em uma mesma direção ou resposta: “se aprende a ensinar na sala de aula, ou seja, na prática, mas consideravam a didática como a disciplina que mais ensinava a dar aula, durante a formação”.</p> <p>O conceito de <i>habitus</i> acabou por contribuir para que a investigação fosse mantida, pois os 700 alunos pesquisados anteriormente que é na prática que se aprende a dar aula e atribuíam a mesma natureza à didática.</p>
O protagonismo do professor Joel Martins na pós-graduação	SAVIANI, Dermeval	RBE 30 SET A DEZ 2005	Pós-graduação (depoimento)	<p>Neste texto, Saviani relata que foi convidado a escrever sobre a contribuição do professor Joel Martins, motivado por ter sido orientando dele, no momento em que realizava seu doutorado e quando desencadeava o processo de regulamentação da pós-graduação. Compartilhou com ele essa experiência por duas décadas. O texto, que descreve a trajetória acadêmica do professor Joel, foi descrito como depoimento, onde recorreu às entrevistas concedidas pelo professor Joel e que foram objeto de distintas publicações. Em seu depoimento, Saviani retrata como se inseriu no curso de doutorado, por incentivo do professor Joel. Complementa que as realizações do professor Joel na pós-graduação se inserem no âmbito de uma preocupação maior, traduzida “na idéia de um programa de capacitação docente como condição indispensável para a consistência do desejado salto de qualidade no ensino” (Nagamine, 1997, p. 126).</p> <p>Joel Martins definiu que a graduação se destina à formação profissional e que a pós-graduação stricto sensu é voltada para a formação acadêmica, para formação de pesquisadores. Ele adotou, na PUC-SP a denominação “Programa de Estudos Pós-Graduados”, em lugar de “Curso de Pós-Graduação”, forma comum de utilização deste nas demais universidades.</p>
Durmeval	FÁVERO, Maria de	RBE 30	Contribuições da	O artigo traz Dumerval Trigueiro Mendes como um pensador e

Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação	Lourdes de Albuquerque	SET A DEZ 2005	pós-graduação	educador que incentivou a reflexão e pesquisa e que revelou grande paixão intelectual pela filosofia e pela política. Ele sempre se mostrou um intelectual envolvido e consciente do papel que tinha na construção do pensamento educacional brasileiro e com o processo de democratização da educação no país. Em 2006 foi comemorado quarenta anos da pós-graduação em educação (stricto sensu) no Brasil e este artigo traz a trajetória de Dumerval: a dedicação, esforços para o universo acadêmico, principalmente para a pós-graduação em educação, onde teve o papel de docente-pesquisador entre 1970 e 1987.
A ANPEd, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação	FERRARO, Ravanello	RBE 30 SET A DEZ 2005	Pós-graduação e produção de conhecimento	<p>A ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), para Ferraro, mantém vínculos entre os dois campos de interesse, que ao mesmo tempo que se distinguem têm relação entre si: a pós-graduação em educação e a produção e disseminação do conhecimento nessa mesma área.</p> <p>O autor descreveu sua trajetória como ator e como partícipe da ANPEd e após isso buscou desenvolver o tema trazendo a relação entre pesquisa e pós-graduação ou, entre pesquisa e ensino universitário.</p> <p>A pós-graduação acabou por ser criada para promover a pesquisa na universidade brasileira, quando deveria ter surgido de uma prática da pesquisa. Assim, Ferraro complementa: “Dessa forma, a pesquisa, em vez de função básica da universidade e condição preliminar do próprio ensino universitário enquanto tal – de graduação e, com maior razão, de pós-graduação –, passou a ser vista e tratada como função da pós-graduação, e esta, por sua vez, como o <i>locus</i> da produção do conhecimento”. O próprio autor relata que se estendeu e, ao mesmo tempo, deve ter omitido algum fato neste artigo, porém concluiu que mesmo na discordância de alguns pontos, as gestões da ANPEd discerniram, preservaram e aperfeiçoaram as iniciativas e realizações</p>

A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas	RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho	RBE 30 SET A DEZ 2005	Avanços na pós-graduação – regiões Norte e Nordeste.	através das conquistas coletivas e permanentes. Os autores Ramalho e Madeira vêm registrar os avanços consolidados, encontrados nas regiões Norte e Nordeste, na pós-graduação em educação. Do Amazonas à Bahia são oferecidos cursos e programas que têm aumentado em quantidade e em qualidade, conforme verificado nas avaliações oficiais, na crítica e na aceitação da comunidade e da percepção das duas regiões que apresentam uma nova cultura acadêmico-científica. No artigo há o destaque para a participação das universidades públicas federais e das universidades estaduais, em que evidenciam o envolvimento de novos e de promissores grupos de docentes pesquisadores e de pós-graduandos dentro do contexto de produção de conhecimento. Cabe ressaltar que o crescimento da pós-graduação teve origem com o aumento expressivo da participação no ensino superior e resultou na busca de qualificação do quadro docente. A adequação do aprimoramento do corpo docente, tanto no ensino superior quanto na graduação se fez presente para adequar o sistema às necessidades do país.
As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores	BARRETO, Raquel Goulart; GUIMARÃES, Glaucia Campos; MAGALHÃES, Ligia Karam Corrêa de; LEHER Elizabeth Menezes Teixeira.	RBE 31 JAN A ABR 2006	Educação e tecnologias (presencial, à distância ou virtual).	As autoras descrevem este texto como um recorte do estado do conhecimento em educação e tecnologia (produzido a partir de 331 documentos - 242 dissertações, 47 teses e 42 artigos, todos elaborados entre 1996 e 2002). A intenção foi a de traçar um panorama de tendências que possam consolidar os estudos marcados pelo movimento de aproximação de educação e tecnologia (tecnologias da informação e da comunicação). Cabe aqui o fato de que as múltiplas dimensões do estudo mais amplo não são objetos de discussão, assim as autoras consideram que dois aspectos são necessários para a compreensão do recorte apresentado: o primeiro está relacionado à própria configuração do estudo (de um lado o mapeamento de uma área do saber e do outro lado a área

				<p>específica – educação e tecnologia) e o segundo aspecto diz respeito à presença de quantificação (frequência de elementos e relações nos documentos pesquisados). Convém dizer que os aspectos quantitativos não podem dar conta das diferentes questões envolvidas. Para contextualizar o ensino superior, as autoras descrevem o seguinte resultado: “<i>Educação à distância</i>, a mais recorrente das expressões, refere-se à EAD para a formação continuada de professores para os mais diversos níveis, da educação básica ao ensino superior, sendo defendida como: alternativa metodológica; garantia de formação com qualidade; formação em serviço que visa à articulação teoria-prática; e formação cooperativa”.</p> <p>No que tange às questões de ensino presencial e à distância (virtual) foi assumida a palavra-chave <i>Ambiente</i> para definir as propostas de ensino virtual quando é ultrapassado o limite do espaço físico da sala de aula e da escola. As autoras acreditam que seja importante o fato de que os adjetivos dados aos substantivos, tais como: presencial, à distância ou virtual tenham a superação de sua supressão, em nome da aprendizagem, assim: “Extrapolando o espaço da escola, em direção a novos ambientes de aprendizagem, acaba-se por adjetivar a educação mesma: acadêmica e corporativa”.</p>
Entre o mérito e a sorte: escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro	COSTA, Marcio da; KOSLINSKI, Mariane Campelo	RBE 31 JAN A ABR 2006	Políticas públicas e ambiente escolar	Este artigo resultou de uma pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e buscou compreender o processo social de esvaziamento do significado de espaço escolar para uma parcela da população. Os autores trouxeram dados como: problemas de disciplina, violência e desinteresse dentro do âmbito escolar. O que chamou a atenção estava entre uma parcela social de baixa capacidade de expressão pública e estava atrelado a vários fatores: a redução da mobilidade social no passado ainda recente, agravada pelo estancamento do desenvolvimento econômico. Os resultados tenderam a fortalecer a hipótese principal e outras questões foram levantadas para tornar mais



				<p>complexo o estudo.</p> <p>Os resultados, para os autores, remetem ao campo das políticas públicas, especificamente escolares, um peso maior quanto aos graves problemas no espaço educacional, retirando um pouco a relevância da dimensão estrutural socioeconômica mais ampla. Em contrapartida, algumas atitudes mais reverentes diante da escola, podem ter sido reflexos de momentos anteriores.</p> <p>Considerando o contexto deste artigo, os autores assim propõem, mais especificamente: “estudar como certas deliberações rotineiras de aconselhamento nessas escolas estão relacionadas a decisões em relação à entrada ou não no ensino superior, à escolha de universidades de maior ou menor prestígio e à escolha de carreiras pelos alunos. Eles defendem o argumento de que o progresso dos alunos na transição para o ensino superior é contingente às interpretações e julgamentos do pessoal da escola, tendo em vista a biografia, a aparência, a conduta, a classe social e o tipo social do aluno, bem como sua habilidade e sua <i>performance</i> escolar”.</p> <p>Cabe complementar que os autores observaram que as escolas não estavam engajadas em uma seleção neutra, pois os brancos e asiáticos tinham melhor acesso aos cursos que levam ao ensino superior e a trabalhos de maior status, se comparados com alunos latinos, com a mesma <i>performance</i> escolar.</p> <p>Na pesquisa, alguns alunos, de diferenciadas turmas, aos serem questionados sobre planos futuros, expressam aspirações de chegar ao ensino superior e de seguir uma carreira definida; outro aluno expressa a vontade de seguir uma carreira que não está atrelada aos cursos de formação do ensino superior e, outros casos, que chamam a atenção: alunos que parecem não atribuir importância ou não aspiram chegar ao ensino superior, colocando em dúvida se são</p>
--	--	--	--	---

				capazes até mesmo de concluir o segundo grau. Como conclusão, a pesquisa foi realizada entre quinze grupos focais, em três áreas distintas da cidade do Rio de Janeiro, teve o envolvimento de estudantes de sétima e oitava séries das redes públicas e privadas, em localizações geográficas distintas.
Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*	ZAGO, Nadir	RBE 32 MAI A AGO 2006	Ensino superior e políticas públicas	A autora Nadir Zago relata que nas últimas décadas fenômenos relacionados a transformações nos contextos sociais, políticos e educacionais, às mudanças decorrentes das desigualdades de escolarização entre classes sociais, como também a renovação nas pesquisas levaram os estudantes a ocuparem novo lugar no estudo da sociologia da educação e estudantes de origem populares estarem presentes no ensino superior. Para Zago o trabalho permite mostrar as contradições entre uma maior demanda da população pela elevação do nível escolar e as políticas de acesso e de permanência no sistema de ensino superior brasileiro. Na primeira etapa do estudo Zago apoiou-se em dados referentes aos candidatos ao vestibular 2001 e na segunda etapa da pesquisa teve como objetivo conhecer as condições de permanência no ensino superior, bem como conhecer as estratégias de investimentos adotados ante a realidade do estudante e a exigência do curso.
Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão	CUNHA, Maria Isabel da	RBE 32 MAI A AGO 2006	Formação do professor universitário.	A autora Maria Isabel da Cunha traz preocupações referentes a reflexões sistemáticas sobre a constituição da profissão docente no ensino superior, saberes e competências próprias do professor e inovações protagonizadas nos espaços acadêmicos. Tais preocupações vêm em busca de subsidiar a compreensão da prática pedagógica dos professores e fazer avançar um conhecimento especializado sobre sua formação. A formação do professor universitário relacionada aos saberes do conteúdo de ensino e esperando-se que o professor seja, cada vez mais, um especialista em sua área e com

				<p>apropriação do conhecimento acadêmico no campo científico.</p> <p>O ensino de graduação é entendido como decorrência das demais atividades, assumindo, de forma natural, como exercício.</p> <p>Para Cunha, a preocupação com o ensino superior, especialmente com a qualidade de seus resultados, emergiu fortemente na segunda metade da década de 1990, em que houve o estímulo a uma ação investigativa sobre os impactos do modelo avaliativo, imposto pelo Ministério da Educação (MEC) ao ensino superior, sobre a docência universitária.</p>
A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas?*	STRECK, Danilo R.	RBE 32 MAI A AGO 2006	Processo de educação e políticas públicas	<p>Este artigo tem início com a história do Muro de Berlim e o autor retrata a insensatez escondida na vivência da esfera política. A queda do muro, festejada pelos políticos de direita e de esquerda, revelou a fragilidade ou a existência de alternativas políticas possíveis capazes de mobilizar os cidadãos.</p> <p>Aqui é retratado que a educação, nesse cenário, assumiu discursos e práticas que migram entre a sobrevivência e à adaptação. A resistência, que é característica da educação popular, acabou perdendo o seu sentido. É nesse sentido que o autor descreve que o cenário político afeta diretamente a educação popular. Streck se posiciona mencionando que a educação é, também e sempre, um ato político.</p> <p>A educação colabora com a geração da realidade social e não pode carregar a culpa pelos problemas da vida pública.</p> <p>A educação não transforma o mundo e sem educação não haverá transformação. Nesse sentido, o autor afirma que não é a educação que criou e nem pode ser responsabilizada pelas dificuldades vivenciadas na esfera pública e que esses fatos trouxeram contribuições para a educação. Não se pode esquecer, no entanto, que muitos dirigentes da sociedade tiveram acesso a muitos anos de educação em escolas e universidades.</p> <p>Constata-se que se sabe pouco dos processos pedagógicos</p>

				<p>existentes. Livros de história da educação na América Latina nos informam que as primeiras universidades foram fundadas em Lima e no México, no ano de 1551, muito antes da primeira universidade no norte-americano, em Harvard (criada em 1636).</p> <p>O autor descreve que “a questão não é se deveriam ser criadas universidades numa terra onde elas originalmente não existiam, mas o tipo de universidade a ser criada e o conteúdo do ensino e da pesquisa que nelas é relevante”.</p>
Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar	MICHELS, Maria Helena	RBE 33 SET A DEZ 2006	Política educacional brasileira	<p>O trabalho aqui desenvolvido pela autora tem como tema a organização escolar a partir da reforma educacional brasileira nos anos de 1990. O objetivo foi pautado na discussão das reformas organizativas que a política educacional atual indica à escola, trazendo, como hipóteses, três eixos: gestão, formação de professores e inclusão. Havendo articulação entre eles há a atribuição de uma nova organização à escola e para que haja uma discussão sobre isso é necessário que se compreenda o papel que a escola desempenha na sociedade moderna.</p> <p>A autora retrata que a escola assume funções políticas e sociais e que estas são direcionadas por interesses de classes sociais, onde as instituições de ensino selecionam e privilegiam determinados saberes, em detrimento e outros.</p> <p>Segundo a autora: “No ano 2000, com o decreto presidencial n. 3.554, e em 2001, por meio do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) n. 133, o governo brasileiro indica que a formação dos professores poderia ocorrer nos cursos normais superiores e também nas universidades. Desta maneira explicitou-se ainda mais a indefinição quanto ao <i>locus</i> de formação desses professores. Ou seja, no Brasil, hoje, os professores das séries iniciais do ensino fundamental e das modalidades de ensino podem ser formados tanto nos institutos normais superiores como nos cursos de pedagogia das universidades, além, é claro, da formação em nível médio”. Na década de 1990 alguns cursos tiveram modificações em</p>

				<p>suas grades curriculares, para todas as habilitações, especificamente para a educação especial.</p> <p>Em se tratando de pós-graduação, a autora descreve que essa formação contava, em 1998, com 43 cursos de especialização em educação especial oferecidos pelas instituições de ensino superior (IES) no Brasil.</p> <p>Este artigo ainda contempla que quanto à flexibilização, como um exemplo, está expressa no ensino em que a formação pode ocorrer e na modalidade em que será oferecida e quanto ao <i>locus</i>, podem-se formar professores nas universidades ou nos institutos normais superiores. Essa formação pode, ao mesmo tempo, ocorrer em nível superior ou no ensino médio, ou ainda, poderá ser oferecida por meio da formação em serviço ou do ensino à distância ou presencial.</p> <p>Michels conclui que “as reflexões aqui apresentadas, cuja temática foi a organização escolar, tiveram por objetivo discutir como a reforma educacional brasileira, que se iniciou nos anos de 1990, tem proposto uma (re)organização escolar”.</p>
Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo	MIRANDA, Marília Gouveia de e RESENDE, Anita C. Azevedo	RBE 33 SET A DEZ 2006	Formação de professores e políticas públicas	<p>As autoras trazem o conceito do que representa a pesquisa-ação para discutir um dos maiores impasses dos educadores: a relação entre teoria e prática. A educação como prática social na relação com o conjunto das ciências sociais e outras áreas do conhecimento.</p> <p>Na pesquisa-ação o pesquisador em educação não deixa dúvidas sobre a relevância da prática, da ação, no seu processo de investigação, articulando a teoria e a prática no processo de construção do conhecimento. Aqui, a investigação se converte em ação e intervenção social, onde o pesquisador atua efetivamente na realidade estudada.</p> <p>A defesa da prática é trazida pelas autoras como uma retórica reformista da educação e seus reflexos são sentidos nas expressões de repúdio à teoria e à cultura acadêmica, com riscos como: o aligeiramento da formação; a descaracterização da universidade como formadora de professores; a</p>

				<p>banalização da pesquisa; a redução das condições de autonomia e rigor para o exercício da crítica.</p> <p>É grande a atenção ao risco de fazer com que a pesquisa-ação se torne uma estratégia de políticas públicas quanto à retórica e ação do professor e quando se substitui a discussão epistemológica e conceitual para práticas docentes.</p>
<p>Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas</p>	<p>NEVES, Paulo S. C. e LIMA, Marcus Eugênio O.</p>	<p>RBE 34 JAN A ABR 2007</p>	<p>Políticas públicas</p>	<p>Os autores Neves e Lima trazem um dos eixos mais inovadores das políticas públicas brasileiras: a adoção de políticas afirmativas voltadas para a diminuição de diferenças socioeconômicas entre algumas categorias sociais.</p> <p>Afirmam que a política de cotas de acesso para negros e pardos nas universidades públicas tem gerado um intenso debate sobre questões de discriminação e de identidade racial que antes não pareciam pertinentes no país que possui a maior população negra vivendo fora da África. Os negros são os que possuem as mais altas taxas de mortalidade infantil e menor expectativa de vida, além de serem os que menos têm acesso às universidades e que apresentam mais baixa mobilidade social.</p> <p>Os estudos com estudantes de dois cursinhos pré-vestibulandos e estudantes de todos os cursos da Universidade Federal de Sergipe (Aracajú) buscavam analisar a relação entre as percepções de justiça social e os posicionamentos de estudantes sobre as políticas de cotas de acesso para negros e pardos nas universidades públicas. Os resultados indicam forte rejeição às cotas, sobretudo na universidade. Os autores entendem que essa resistência pode indicar tanto uma recusa a uma transformação do modelo de justiça liberal, quanto uma resistência ao tipo de ação em que as cotas se estão transformando na sociedade brasileira.</p>
<p>Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e</p>	<p>COELHO, Wilma Nazaré Baía</p>	<p>RBE 34 JAN A ABR 2007</p>	<p>Política educacional: discriminação e preconceito (questões étnico-</p>	<p>Segundo a autora, este artigo apresenta como temática o curso de formação de professores oferecido em uma instituição de ensino do Belém do Pará e mostra um dos graves problemas da educação no Brasil: o não enfrentamento</p>

<p>relações raciais na formação de professoras no estado do Pará*</p>			<p>raciais).</p>	<p>da discriminação e do preconceito. Traz como objeto o lugar que a questão racial ocupava na formação de professoras no período de 1970 e 1989 e seu objetivo é situar o trabalho de pesquisa e apontar a questão étnico-racial no sistema educacional do estado do Pará.</p> <p>Como conclusão, relata que “a despeito de sensíveis avanços advindos dos movimentos sociais em relação à questão racial desde a década de 1960, a formação de professores se apresenta como um fator que continua contribuindo na reprodução de estereótipos e discriminações”.</p> <p>O estudo deste artigo registra que a década de 1970 teve início com a promulgação da lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, a exemplo da lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, onde constavam normas de organização e funcionamento do ensino de 3º grau. Essas leis fizeram parte de uma política de democratização do ensino e colocaram grande parte da população estudantil fora de alcance de chegar ao ensino superior e a educação básica perdeu muito em qualidade e em conteúdo. Em consequência disso, houve um aumento na rede privada de ensino superior, para que atendesse às necessidades daqueles que não puderam ter acesso à rede pública.</p>
<p>Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula</p>	<p>RODRIGUES, José</p>	<p>RBE 34 JAN A ABR 2007</p>	<p>Transformações da educação superior brasileira</p>	<p>O autor José Rodrigues expõe os interesses conflituosos no Brasil, entre a burguesia industrial e a burguesia de serviços educacionais, no que diz respeito às finalidades e à organização da educação superior.</p> <p>A referida análise indica que as atuais transformações da educação superior brasileira são determinadas, em grande parte, pelos interesses do capital em converter a educação superior em mercadoria. Os interesses, entretanto, não são convergentes e terminam por desaguar no cenário do Estado, neste artigo contextualizando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (no Poder Executivo), que, desde o final de 2004 vem</p>

				<p>implementando reformas da educação superior, com projeto de lei enviado ao Congresso Nacional em julho de 2006.</p> <p>A educação superior e os empresários industriais retratam sobre a competitividade, que é tomada como um verdadeiro paradigma pedagógico para a educação brasileira, em particular para a educação superior, visivelmente as universidades públicas.</p> <p>Apresentam a reforma da educação superior segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria) em que o documento defende o discurso da teoria do capital humano e também, o documento transpõe a relação com a educação de desenvolvimento, apresentada de forma genérica para o plano específico da educação superior.</p> <p>Os empresários do ensino e a educação superior, onde os empresários de ensino, atuantes em níveis e modalidades do ensino-mercadoria, atuam mais fortemente no ensino superior (responsáveis por mais de 70% das vagas deste nível educacional).</p>
A ação de governos locais na educação de jovens e adultos	HADDAD, Sérgio	RBE 35 MAI A AGO 2007	EJA e políticas educacionais e públicas	<p>A educação de jovens e adultos (EJA) vem sendo gradativamente reconhecida como um direito para milhões de pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou concluir seus estudos desde meados do século passado. Esse direito foi formalizado através de lei, como dever do Estado brasileiro, a partir da constituição de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Isso não se concretizou nem permitiu que cidadãos com idade acima de 14 anos enfrentem os desafios da sociedade brasileira através da escolarização. Com relação ao contexto fiscal e tributário, o FUNDEF induziu à municipalização do ensino fundamental e em decorrência deste investimento mais eficaz de recursos municipais nesse nível de ensino é que faria com que os estados investissem mais no ensino médio e à União investisse no ensino superior.</p>



				Um dado importante neste estudo trazido por Haddad é que: “a pequena participação das universidades na elaboração dos projetos, com presença apenas em 6% no total. Esses dados confirmam outros estudos já realizados, que demonstram a ainda pequena presença das instituições de ensino superior na EJA, tanto em pesquisas quanto em extensão e ensino”. Complementa ainda: “Recentemente, o programa Alfabetização Solidária vem envolvendo as instituições de ensino superior em processos de formação e avaliação, produzindo como consequência uma aproximação sobre o tema”.
Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional	BURNIER, Suzana et al. (Cruz, Regina Mara Ribeiro; Durães, Marina Nunes; Paz, Mônica Lana; Silva, Adriana Netto; Silva, Ivone Maria Mendes)	RBE 35 MAI A AGO 2007	Formação de professores e sua trajetória.	Este artigo explora histórias de vidas de professores da educação profissional, em que o sujeito é produto e também é produtor. A pesquisa foi realizada no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), com processos de construção de identidades profissionais de 20 professores da educação profissional, segmento pouco presente nos estudos acadêmicos até então. Na pesquisa, dentre outros fatos, o autor retrata uma trajetória diferenciada, na qual os alunos seguem um caminho acadêmico, ingressando na universidade logo após a conclusão do ensino técnico, ou após passar pelo mercado de trabalho acabam por ingressar na pós-graduação, assim que concluem o ensino superior. Estes alunos acabam por ingressar no magistério depois desta trajetória logo após a conclusão da pós-graduação ou mesmo quando ainda estão cursando. Segundo a autora deste artigo: “O fato de eles priorizarem a formação de seus alunos para o mercado de trabalho parece relacionar-se com suas amplas experiências como técnicos que mantêm bem vivas as exigências feitas pelo mercado a esses profissionais”. Em contrapartida, também percebem a necessidade de irem além dessa formação, especialmente aqueles com uma trajetória mais acadêmica (ingresso na

				<p>universidade antes dos 30 anos, participação em atividades extracurriculares na universidade, realização de cursos de pós-graduação, notadamente <i>stricto sensu</i>).</p> <p>O estudo tem abordagem teórico-metodológica e investiga a relação que os sujeitos estabelecem com a docência. Traz, como resultado, não apenas experiências no campo do magistério, mas de diversas dimensões de vida dos sujeitos, os quais “se apropriam das condições sociais disponíveis e criam as múltiplas possibilidades para o que é ser professor”.</p>
Comitê Científico da ANPEd: memórias, desafios e conquistas de uma ação construída em parcerias múltiplas	FISCHER, Nilton Bueno	RBE 36 SET A DEZ 2007	Formação de professores e pós-graduação em educação.	<p>O autor relata, neste artigo, elementos de uma ação coletiva na área da pós-graduação em educação, em busca de seu próprio fortalecimento e no conjunto das demais áreas do conhecimento, principalmente das ciências humanas e sociais. Nas fontes de inspirações do autor estão as convivências com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), inicialmente como recém-doutor e depois como gestor, no período entre 1982 e 1998. Retoma a história para dar foco ao trabalho, que está inserido no final dos anos 1980 e nos anos de 1990, em que significativas iniciativas foram formuladas, propostas e implementadas em busca de consolidar o estatuto científico da área. O percurso reflete a proposta coletiva da área de educação e revela uma forma de consolidação da pesquisa e dos pesquisadores à consolidação de um processo democrático em toda a sociedade brasileira.</p> <p>No final dos anos 1970 predominava a ênfase na adequação entre “formação” e “desenvolvimento” e a qualidade da educação tinha relevância dentro de um quadro de pesquisa de titulação de doutor, no país.</p> <p>A pesquisa individual dos docentes ficava em segundo plano, pelo motivo de que os orientadores estavam estreando no campo da produção a partir dos seus próprios trabalhos, como teses e dissertações. O autor aponta que se deve debruçar na produção de programas de formação de professores qualificados para atuar no ensino superior, com</p>

				<p>desmembramento contínuo e gradativo para a pesquisa, em torno de temas de toda a relação com a sociedade.</p> <p>O autor acrescenta ainda que ao lado da comunidade científica e com ferramentas de avaliação de sua produção, bem como a consolidação da pós-graduação como instância administrativa dentro do ensino superior é que surgiram as disputas internas dentro das instâncias.</p> <p>Fischer descreve ainda, que “Estão associadas as temáticas sociais e epistemológicas dentro de <i>novos tempos</i>, não só da linearidade do passado, reverenciado neste artigo, mas os <i>tempos emergentes</i> da condição da ciência hoje, transcendendo os imediatismos de nossos projetos, e mais numa perspectiva da condição humana”.</p>
Desafios e potencialidades da escrita na formação docente em matemática*	FREITAS, Maria Teresa Menezes; FIORENTINI, Dario	RBE 37 JAN A ABR 2008	Formação de professores	<p>Neste artigo da edição n.º 37, os autores Freitas e Fiorentini tiveram como objetivo investigar como futuros professores da licenciatura respondem à experiência de uma disciplina de formação matemática que privilegia o registro escrito discursivo e reflexivo. A pesquisa foi pautada pelas questões: que contribuições à inserção de diferentes formas de comunicação, especialmente a escrita, em uma disciplina de geometria, trazem à formação e ao desenvolvimento profissional do futuro professor? Como acontece, nesse processo, a constituição da identidade profissional?</p> <p>O conteúdo abordado no artigo traz uma das narrativas de formação, evidenciando aspectos importantes da presença da escrita na constituição pessoal e profissional do professor.</p> <p>Este artigo relata parte de uma pesquisa de doutorado (Freitas, 2006) e teve como objeto de estudo o processo de formação de professores da disciplina Geometria Plana e Desenho Geométrico (GPDG), ministrada na licenciatura em matemática - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Essa disciplina fez uso de diferentes recursos comunicativos, da escrita discursiva, objetivando proporcionar uma formação conceitual voltada às necessidades da prática docente no</p>

<p>Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década</p>	<p>GATTI, Bernardete A.</p>	<p>RBE 37 JAN A ABR 2008</p>	<p>Políticas de educação continuada</p>	<p>ensino fundamental.</p> <p>Este artigo da autora Gatti, retrata a educação continuada e as discussões sobre os conceitos que esta traz nos estudos educacionais. Nesses estudos, às vezes se restringe aos cursos estruturados e formalizados, oferecidos após a graduação ou após ingresso no exercício do magistério e outras vezes são tidas como amplo e genérico, que compreende qualquer tipo de atividade que contribua para o desempenho profissional (atividades na escola ou exigidas pela escola – uma vasta possibilidade dentro de rótulos da educação continuada).</p> <p>Uma iniciativa apontada neste texto é o Projeto Veredas – Formação Superior de professores, desenvolvido em parceria com o governo de Minas Gerais com várias universidades e instituições de ensino superior daquele estado, com o intuito de titular em quatro anos os professores dos anos iniciais do ensino fundamental das redes públicas do estado, na qual se caracterizaria como formação em serviço. Este curso é definido como curso de educação à distância com momentos presenciais. O universo potencial, em 2001 e em Minas Gerais, estava definido em aproximadamente 30 mil docentes.</p> <p>A autora menciona que “Nesse período ensaiaram-se processos diversos para a formação continuada de professores, avaliaram-se algumas das iniciativas, discutiram-se teoricamente questões de intencionalidades, fundamentos e princípios, mas esse caminhar é recente. Entretanto, já oferece questões das quais os poderes e os gestores públicos em todos os níveis terão de ocupar-se em seu papel regulador e avaliador, como responsável pela qualidade da educação no país”.</p> <p>Para finalizar, é trazido um aspecto de grande relevância no estudo: “a questão dos financiamentos públicos destinados à educação continuada nas três esferas de poder”. E, para a análise desse aspecto não se pode deixar outros tipos de</p>
--	-----------------------------	--------------------------------------	---	--

				<p>dados como: financeiro e os das realizações orçamentárias.</p> <p>A autora coloca uma questão neste artigo: “não seria melhor investir mais orçamento público para a ampliação de vagas em instituições públicas para formarem licenciados e investir na qualificação desses cursos, em termos de projeto, de docentes, de infra-estrutura, deixando para a educação continuada realmente os aperfeiçoamentos ou especializações?” E aqui deixamos a resposta da autora: “Parece-nos que melhorar substantivamente, com insumos adequados e inovações, a formação básica dos professores para todos os níveis e modalidades seria uma política mais condizente para a melhor qualificação dos trabalhadores nas redes de ensino e para propiciar aos alunos dessas redes os conhecimentos importantes para sua realização pessoal e profissional e a sua contribuição para uma coletividade mais integrada”.</p>
Reformas educativas, formação e subjectividades dos professores	FERREIRA, Fernando Ilídio	RBE 38 MAI A AGO 2008	Formação contínua de professores	<p>O presente artigo traz a questão da formação contínua de professores.</p> <p>Novas entidades formadoras foram surgindo a partir de 1993, conduzidas por questões jurídico-administrativas, como centros de formação de associações de escolas e os centros de formação de professores. Já eram visíveis as preocupações com a formação contínua.</p> <p>O autor deste artigo destaca o papel das instituições de ensino superior, dos sindicatos e de outras associações profissionais e de serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, com intervenção no âmbito do ensino primário.</p> <p>O autor menciona que “a formação de professores está intimamente relacionada a um fenómeno que alguns autores têm designado como <i>universitarização</i> ou <i>academização</i> da formação, decorrente da passagem da formação de professores para as universidades e outras instituições de ensino superior”.</p> <p>Alguns efeitos de academização da formação foram gerados,</p>

				<p>associados às características institucionais e organizacionais da universidade tradicional e ocorre pelo contato dos professores de outros níveis de ensino com a cultura universitária. Os discursos produzidos pelos professores contribuem para uma reflexão sobre as próprias práticas. Quanto à investigação, os acadêmicos têm focado seus estudos sobre as políticas, as práticas e os contextos de outros níveis de ensino, onde mantém ausentes a análise e reflexão crítica sobre as práticas e sobre a cultura universitária.</p>
<p>Aulas compartilhadas na formação de licenciandos em matemática</p>	<p>SOARES, Eduardo Sarquis; GOULART, Maria Inês Mafra</p>	<p>RBE 38 MAI A AGO 2008</p>	<p>Formação de alunos de licenciatura</p>	<p>Este artigo, publicado pelos autores Soares e Goulart, descreve e analisa uma experiência inserida no processo de formação de alunos de licenciatura e se limita a um estudo sobre uma produção coletiva de conhecimento, a partir de um episódio ocorrido na disciplina prática de ensino.</p> <p>Neste artigo, os autores relatam uma experiência que utilizou abordagem diferenciada para problematizar as formas mais convencionais de formação inicial. Aderiram ao <i>coteaching</i> como estratégia de formação, havendo assim um confronto direto com os pressupostos e conceitos elaborados pelos licenciandos, propiciando o conhecimento que só advém através da prática.</p> <p>Neste estudo, a reflexão realizada entre licenciandos e professores, advinda do vídeo, propiciou um avanço na compreensão do que ocorreu e uma ampliação de suas percepções sobre o exercício da profissão. A aprendizagem faz parte do processo de co-participação social e é produzida em contextos de ação e não apenas em estruturas mentais e linguísticas, segundo Roth (1995).</p> <p>Na experiência, ficaram evidenciados, através de registros, os processos de aprendizagem significativos não programados e irreversíveis, no sentido de que não há como reproduzi-los em outro momento ou em outro contexto.</p> <p>Neste artigo, os autores acreditam que esses processos passam por influências de uma série de fatores e que essas</p>

				características têm relação com a imprevisibilidade de resultados e que a sala de aula configura-se como um ambiente afastado das condições de equilíbrio, da forma descrita por Prigogine (1996).
Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária	BARRETO, Raquel Goulart e LEHER, Roberto	RBE 39 SET A DEZ 2008	Educação superior	<p>Barreto e Leher analisam a materialidade do discurso do Banco Mundial a partir dos pressupostos: “a agência sabe o que é melhor para o mundo e usará seu poder político-econômico para ajustá-lo a essa formatação” (Barreto &amp; Leher, 2003, p. 424).</p> <p>O artigo traz as mudanças na educação superior recontextualizadas pelo discurso do Banco Mundial no Brasil, levando em consideração que as condicionalidades determinadas têm sido convertidas em práticas políticas.</p> <p>O trabalho foi dividido em duas partes:</p> <p>Centrada na materialidade do discurso, na qual analisa as publicações que o banco identifica como chave para a educação superior, a partir das marcas constitutivas do “discurso das emergências”.</p> <p>Aborda a materialidade do novo imperialismo, explicitando as contradições que o sustentam e focaliza as condições de produção do deslocamento do modelo universitário para o terciário.</p> <p>Os autores mencionam que é dialética a relação entre discurso e estrutura social, pois não pode ser simplificada por leituras mecanicistas ou deterministas. Fairclough (2005) sublinha que há mudanças na vida social que são, em parte, mudanças no discurso sem serem apenas discursivas, ao mesmo tempo que há mudanças discursivas que podem não apontar para mudanças sociais. Advertem, então, que evitar a redução da mudança social ao discurso é tão importante quanto reconhecer o último como elemento ou “momento” dialético da primeira.</p>
A história da educação na	FELGUEIRAS, Margarida Louro	RBE 39 SET A DEZ	História da educação	O objetivo deste artigo sobre a historiografia da história da educação é o de analisar a questão de forma semi-

relação com os saberes histórico e pedagógico		2008		<p>retrospectiva. Este texto foi escrito para o relatório da disciplina “História da educação em Portugal: instituições materiais, práticas e representações” do mestrado em educação e herança cultural, em busca de caminhar para descobertas do passado nacional e observar a história da educação em outros países europeus.</p> <p>A descrição da situação da história da educação nos cursos universitários em Portugal é de que ela é focada em ponto de vista curricular e educacional, mais do que epistemológico. A análise sobre a pesquisa detectou lacunas quanto a novas temáticas e abordagens e, em relação ao ensino, trouxe a apreciação dos currículos e as tendências de sua afirmação, apesar das alterações que o processo de Bolonha* e a instabilidade que se vive nas instituições de ensino superior possam trazer neste cenário.</p> <p>* Processo de Bolonha: designa a adaptação dos currículos nacionais de ensino superior, de acordo com uma diretiva da Comunidade Européia, a fim de uniformizar a obtenção de graus académicos no espaço europeu e permitir a equivalência das formações e a circulação dos diplomados.</p> <p>A autora relata que é indispensável retomar sobre a história e também de questionar a educação sobre evidências, bem como perspectivar os novos problemas. É necessário que se faça uma reflexão sobre as questões acima e sobre questões teórico-metodológicas no ensino.</p>
Memórias e odores: experiências curriculares na formação docente	ROSA, Maria Inês Petrucci e RAMOS, Tacita Ansanello	RBE 39 SET A DEZ 2008	Formação de professores	<p>As autoras Maria Inês P. Rosa e Tacita A. Ramos tratam neste artigo de memórias de estudantes de licenciatura através das vivências e práticas de estágio, aproximando-os dos afazeres do cotidiano escolar.</p> <p>As autoras registram: “Neste trabalho, defendemos a idéia de que a formação docente passa também pelas memórias, muitas vezes inusitadas, pelas experiências comunicáveis e pelas sensibilidades dos professores em formação. Nesse sentido, currículo não é aquilo que se programa, que se prevê</p>



				<p>e se controla nas atividades de formação que ocorrem tanto no âmbito da universidade, como os cenários dos campos de estágio. Isso amplia a noção de currículo que abandona a restrita noção de currículo prescritivo, dirigindo-se para outra: a aprendizagem narrativa”.</p> <p>A referida investigação questiona a clássica abordagem da produção de conhecimento a partir do olhar e o do olfato. Teve a intenção de exercitar a possibilidade da escrita de histórias narrativas a partir de odores, onde foram apresentadas algumas questões que associavam o ambiente aos odores percebidos, pautados na idéia de que a formação docente passa pelas memórias, muitas vezes inusitadas, pelas experiências e sensibilidades dos professores em formação.</p> <p>Este argumento, segundo as autoras, tem nas investigações sobre currículo e formação inicial docente e nas experiências, muitas vezes, fatores decisivos e cruciais na formação da identidade do docente. O que se observa são a insegurança e o receio dos professores em formação inicial ao se depararem com a complexidade do cotidiano da escola (Rosa &amp; Tosta, 2005).</p> <p>As autoras têm como hipótese que é possível refletir sobre tais sentimentos no contato com essa complexidade através da rememoração das histórias de vida, principalmente, as escolares. No entrecruzamento entre histórias de vida e memória na formação docente, concordamos com os questionamentos.</p>
Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto	SAVIANI, Dermeval	RBE 40 JAN A ABR 2009	Formação docente e políticas públicas	O artigo de Saviani descreve sobre a formação docente e que o Brasil consagrou-se no nível do ensino superior, com dois aspectos do processo de ensino considerados competências na tarefa de formar os novos professores: “o domínio dos conteúdos específicos da área a ser ensinada é atribuído aos institutos ou faculdades específicas; e o preparo pedagógico-didático fica a cargo das Faculdades de Educação”.

brasileiro*				<p>O texto indica que na raiz do problema está a “dissociação entre dois aspectos indissociáveis da função docente: a forma e o conteúdo”.</p> <p>Os alunos que vivenciaram os dois aspectos terão adquirido o direito de se fixar em apenas um deles, já os que foram aprovados no vestibular de Pedagogia não tem que se preocupar com o conteúdo e os que foram aprovados nas diferentes disciplinas de licenciatura devem se ater a conteúdos específicos..</p> <p>Saviani aponta que: “Na história da formação de professores constatamos que o primeiro modelo predominou nas universidades e demais instituições de ensino superior que se encarregaram da formação dos professores secundários, ao passo que o segundo tendeu a prevalecer nas Escolas Normais, ou seja, na formação dos professores primários. Para que possamos compreender adequadamente esse fenômeno, convém ter presente que as universidades, na sua configuração contemporânea, caracterizam-se por três elementos interligados, mas com pesos diferentes: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade acadêmica. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda no modelo prussiano”.</p> <p>O autor defende que com um quadro de professores bastante qualificado e fortemente motivado, trabalhando em tempo integral numa única escola, será possível a formação de cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes, para ocupar o mercado de trabalho.</p> <p>Fica evidente a necessidade de se eleger a educação como prioridade, para que se enfrente problemas graves no país, como: saúde, segurança, desemprego, pobreza, infra-estrutura de transporte, de energia, entre outros, de políticas públicas.</p>
-------------	--	--	--	--

<p>Escolarização em assentamentos no estado de São Paulo: uma análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004</p>	<p>DI PIERRO, Maria Clara e ANDRADE, Marcia Regina</p>	<p>RBE 41 MAI A AGO 2009</p>	<p>Escolarização para diferentes faixas etárias da zona rural e êxodo rural</p>	<p>O artigo das autoras Andrade e Di Pierro retrata o sistema de ensino paulista, o qual teve crescimento contínuo ao longo das últimas décadas, no que concerne a tendência de universalização do acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental e do crescimento de oportunidades de ingresso de jovens no ensino médio.</p> <p>Como características demográficas das famílias pesquisadas, um exemplo de amostra trazido, foi a distribuição da população assentada por grupos etários, que perfaz um total de 36,4% do total, com idades inferiores aos 20 anos. Nessa amostra que se encontrava em processo de escolarização havia a predominância de crianças e adolescentes que cursavam o ensino fundamental regular. Havia muita defasagem por conta da idade-série ideal, em virtude de ingresso tardio, reprovações ou interrupção dos estudos. O grupo de jovens e adultos inscritos na educação profissional (75%) era atendido em escolas agrotécnicas das redes públicas federais ou estaduais de ensino e parte deste grupo participava do Programa Jovem Empreendedor. “A maioria das pessoas que compunham o reduzido grupo de assentados que cursavam o ensino superior tinha idade superior aos 25 anos, o que também denota trajetórias de escolarização descontínuas”. Nessa amostra, a proporção de pessoas que cursou ensino técnico ou superior é irrelevante, o que significa que esses assentamentos não possuem recursos humanos próprios qualificados a desempenhar as funções sociais e econômicas básicas ligadas à saúde, educação, defesa de direitos, gestão ambiental, produção agropecuária, administração de cooperativas etc.”, descrevem as autoras.</p> <p>As autoras ainda apontam que a oferta de escolarização nos assentamentos ou no seu entorno é deficitária em todos os níveis e modalidades escolares. Essa realidade vai desde a educação infantil até o ensino superior, passando pela educação especial, a profissional e a de jovens e adultos, o</p>
--	--	--------------------------------------	---	---

				<p>que necessita de um deslocamento diário ou a migração das pessoas que vivem na zona rural para as cidades, incentivando o êxodo rural.</p> <p>Ainda nesse sentido, busca-se ampliação de oportunidades de acesso da população assentada ao ensino superior, mediante ampliação do PRONERA, direcionamento específico do PROUNI e concessão de bolsas de estudo ou à formação de recursos humanos carentes para os assentamentos, tais como exemplificam as autoras: educação, saúde, ciências agrárias, meio ambiente, administração etc.</p> <p>Cabe trazer o que concluem as autoras: “Para que as <i>Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo</i> sejam levadas à prática, é necessário preliminarmente que elas sejam difundidas e conhecidas”. Também se faz necessária a criação de uma instância responsável pelas diretrizes político-pedagógicas da educação do campo na Secretaria de Estado da Educação, devidamente articulada aos organismos federal (INCRA) e estadual (ITESP) de desenvolvimento dos assentamentos rurais, às secretarias de educação dos municípios em que há assentamentos, bem como aos movimentos sociais organizados e às redes de pesquisadores do tema nas universidades”.</p>
Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação	MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de	RBE 41 MAI A AGO 2009	Indissociabilidade na Universidade brasileira e na pós-graduação	<p>Os autores deste artigo esclarecem o fato de que o que constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira é o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão e não há como ser compartimentado, conforme artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. “Essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal”, complementam os autores.</p> <p>A indissociabilidade exigida mantém a qualidade da produção universitária, mantendo a necessidade das três funções no</p>

			<p>sentido do fazer universitário autônomo, competente e ético. Em busca de constatação da indissociabilidade é que os autores apresentam algumas possibilidades de dualidades, em que a articulação entre ensino e extensão poderia resultar em formação voltada para os problemas da sociedade contemporânea, mas que necessita de pesquisa; se articulados o ensino e a pesquisa, obtêm-se bons resultados relativos à tecnologia, porém com perda de compreensão ético-político-social quando se tem que pensar na sociedade e por último a articulação entre extensão e pesquisa, excluindo o ensino, o que resulta em perda da dimensão formativa que dá sentido à universidade.</p> <p>Ainda quanto à indissociabilidade na universidade, é importante considerar dois vetores: de um lado as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão e, de outro, seguindo na direção de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente na sociedade. O que o texto aponta é que a busca dessa indissociabilidade não é constatada na prática.</p> <p>O texto indica, ainda, que nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco se registrou o esforço de mudar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão de saber científico, aliando pesquisa e ensino, em busca de democratização de acesso às universidades.</p> <p>São apontadas necessidades de transformações acadêmicas. Os autores complementam: “Como se discutiu, a indissociabilidade pesquisa-extensão-ensino convoca os professores universitários à articulação de saberes”. Ora, isso é particularmente importante para os que atuam na pós-graduação, pois devem ensinar a pesquisar. O reconhecimento da indissociabilidade deveria promover uma nítida articulação entre aquelas três atividades acadêmicas, em que o professor</p>
--	--	--	--

				da pós-graduação, como orientador, tem papel de motivador, supervisor e avaliador de todo o processo de pesquisa em que se encontram seus alunos, ajudando-os a enxergar nessa atividade uma ética balizada pelo bem-estar das comunidades envolvidas nas pesquisas. E mais: “Assim, por mais proclamado que seja o princípio da indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino termina por ser esquecido na prática universitária, tal como ocorre na pós-graduação”.
O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado?*	ROBERTSON, Susan L.	RBE 42 SET A DEZ 2009	Política de educação superior.	<p>O artigo de Robertson examina a interligação progressiva dos espaços da política de educação superior no mundo, dando enfoque à Europa e seu projeto de globalização da educação superior, para que atinja outras economias nacionais e regionais.</p> <p>A educação superior é tida como motor para o desenvolvimento da economia baseada no conhecimento: as políticas, os programas, as práticas de educação superior. Estes estão dimensionados por interesses políticos e econômicos. A autora, neste sentido aponta que “As pesquisas acadêmicas e as análises de políticas, no entanto, ainda tendem a negar a interconectividade global desse desenvolvimento de políticas, concebendo a educação superior em termos específicos em nível nacional ou regional, ou empregando tipologias simples que reduzem os sistemas de educação superior, por exemplo, a nações “exportadoras” ou “importadoras” de políticas e programas”. Para completar esta mesma abordagem ressalta: “Essas abordagens limitam nossa compreensão das densas e complexas articulações e das interações entre os setores da educação superior, as políticas econômicas e os interesses regionais que são gerados por estratégias competitivas multiescalares e por influências globais sobre a educação superior”.</p> <p>Uma grande preocupação deste trabalho foi apresentar a natureza e as consequências da relação multiescalar e multicêntrica dentro e através de espaços que consistem no</p>

				foco de análise de explicações bilaterais causais ou da atenção mais recente sobre o posicionamento e a tomada de posição.
A pesquisa do professor da educação básica em questão	LÜDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto da; BOING, Luiz Alberto	RBE 42 SET A DEZ 2009	Pesquisa e dimensão do professor de escola básica como pesquisador	<p>A pesquisa, para um professor de escola básica de educação, já não é mais algo tão impossível. Há um debate no meio universitário sobre esta questão, mais até do que no contexto de sua atuação.</p> <p>Em alguns encontros científicos que reúnem professores de educação básica e pesquisadores de universidades costumam ser identificados trabalhos de professores com potencial para serem avaliados como de pesquisa. Aqui cabe a questão da atenção quanto à literatura sobre as relações e os distanciamentos entre ensino e pesquisa. Os autores deste artigo lembram sobre a frequente discussão acerca da propriedade de certa pesquisa ou um tipo de pesquisa indicada para o professor, que é “diferente” daquela prática exercida pelo pesquisados da universidade.</p> <p>Os integrantes do GEPROF têm receio de que as “diferenças” que distinguem a pesquisa do professor em questão com a do professor universitário sejam caracterizadas por certa inferioridade ou hierarquização entre os tipos de pesquisa. Os autores lembram a importância que a prática de pesquisa desenvolvida pelo professor confere por ele produzido.</p> <p>Assim, este estudo pretende trazer contribuições para todos esses pontos levantados, como o de despertar no professor (que está atuando no magistério ou para aquele que está em formação) a sua dimensão como pesquisador e a importância da preparação para ela. Os autores reforçam: “Nesse ponto se cruzam as necessárias discussões sobre estratégias de formação para a pesquisa, condições e recursos para a sua realização em nossas escolas, tipos e modalidades ou modos de fazer pesquisa e até sobre o próprio conceito de pesquisa”. Os autores apontam a importância do papel da formação continuada nessa questão e que é pouco desenvolvida a</p>

				prática do envolvimento de professores da educação básica em projetos de pesquisa desenvolvidos com a colaboração e cooperação de pesquisadores da universidade. Essa colaboração e cooperação de professores universitários acabavam por auxiliar muito no processo de desenvolvimento das pesquisas dos professores da educação básica, trazendo contribuições muito mais próximas e significativas para os problemas da própria educação básica do que quando desenvolvidas no meio acadêmico.
O quem da educação à distância	BOHADANA, Estrella e VALLE, Lílian do	RBE 42 SET A DEZ 2009	Ensino à distância (EAD) e políticas públicas	<p>Este artigo traz a questão do ensino à distância (EAD), que teve rápida expansão nos últimos anos, em todos os níveis do ensino brasileiro, mais particularmente no ensino superior e como condição essencial o desenvolvimento da informática.</p> <p>As autoras comentam que a disseminação da EAD <i>on-line</i> no Brasil contou com a boa receptividade e com incentivos de autoridades públicas brasileiras, que acolheram as novas possibilidades de atuação educativa em larga escala, além de razões de diferentes interesses, principalmente de instituições privadas de ensino superior.</p> <p>A EAD passou, assim, de recurso marginal e pouco frequente à foco das políticas públicas e das ações empresariais da atualidade. Quando o artigo foi publicado não tinha mais como desconsiderar o impacto que a introdução da EAD <i>on-line</i> causou e as transformações que serão derivadas nas formas tradicionais de praticar a educação e a comunicação.</p> <p>As autoras descrevem a importante citação neste artigo: “O Censo da Educação Superior de 2006, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), revela que o número de cursos a distância no país cresceu 571% entre 2003 a 2006 e o de matrículas aumentou 315%. Em 2003, 52 instituições ofereciam essa modalidade de ensino superior. Em 2006 esse número saltou para 349. As matrículas passaram de 49.911 para 207.206. O censo mostra que, em 2005, os alunos de educação a distância</p>



				representavam 2,6% do universo dos estudantes universitários do país. Em 2006, a participação aumentou para 4,4%. O que hoje conhecemos como “terceira geração” de EAD surgiu com o advento do microcomputador, que, rompendo com a comunicação baseada na bipolaridade característica das gerações anteriores, funda o fenômeno da comunicação em rede. O curso por correspondência – dito a “primeira geração de EAD” – é considerada, pela literatura especializada, a forma mais antiga de ensino a distância, tendo como tecnologia de suporte o material impresso”.
Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior	LEITÃO, Thiago; MORICONI, Gabriela; ABRÃO, Mariângela; SILVA, Dayse	RBE 43 JAN A ABR 2010	Exame nacional obrigatório – sistema de avaliação	<p>O artigo publicado pelos autores Thiago Leitão; Gabriela Moriconi; Mariangela Abrão, Dayse Silva contextualiza o boicote aos exames que compõem o sistema de avaliação do ensino superior no Brasil, dando ênfase ao Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE). Evidencia a magnitude do fenômeno por tipo de boicote, ao longo do tempo, entre as instituições públicas e privadas, identificando variáveis que mais afetaram a decisão do aluno e permitindo traçar um perfil do estudante que aderiu ao fenômeno.</p> <p>Para os autores, como principal conclusão, o estudo mostra que o boicote não se mostra significativo porque o percentual de ocorrência nunca foi superior a 3,5%. Na análise realizada por curso, a incidência desse fenômeno apresentou grandes variações.</p> <p>O presente artigo apresenta também algumas possíveis motivações para esse comportamento, entre elas, a insatisfação do aluno com o curso ou com a instituição.</p> <p>O Brasil é o único país a aplicar um exame nacional obrigatório aos estudantes como um dos principais instrumentos de avaliação da educação superior. Este instrumento é contestado por alunos e por instituições pela dependência depositada no aluno. Algumas declarações de estudantes encontram-se disponíveis na mídia, afirmando ser injusto o peso que o exame coloca sobre eles, pois o objetivo é analisar</p>

				o curso e não o aluno. Em contrapartida, algumas instituições reclamam que os alunos não têm nenhum incentivo para se comprometer com o exame, afetando no resultado dos cursos.
Titulação escolar, condição de “elite” e posição social	CORADINI, Odaci Luiz	RBE 43 JAN A ABR 2010	Titulação universitária	<p>O objetivo principal do presente artigo de autoria de Odaci Luiz Coradini consiste na apresentação de alguns resultados do exame das relações entre titulação universitária, ocupação profissional e posição social, quanto às categorias socialmente dominantes no Brasil nas últimas décadas.</p> <p>Os dados deste trabalho foram dos censos de 1970 a 2000. Neles foram confrontados os títulos universitários com destinos ocupacionais e com o rendimento do trabalho principal, por um lado aqueles que têm ocupação de elite, de gestão ou de comando, por outro a forte polivalência nos usos da titulação universitária resulta também na grande quantidade dos que exercem alguma ocupação com rendimento inferior ao da categoria correspondente à respectiva titulação escolar.</p> <p>Entende-se, com a leitura deste artigo, que a área de conhecimento tem pouca importância, ao contrário da importância que se dá ao título recebido para uso em funções de comando ou abaixo da respectiva categoria profissional.</p> <p>O autor relata que existem descompassos entre esses mercados, que resultam da autonomia relativa do campo escolar ante o campo econômico e das conseqüentes diferenças de interesses e de temporalidades nas eventuais mudanças. Cria-se, assim a possibilidade de diferenças entre as propriedades pessoais, como o diploma, que acompanham o indivíduo durante toda a vida e as características do cargo, que depende da economia.</p>
O jogo produtivo da educabilidade/governamentalidade na constituição de sujeitos universitários	SILVA, Roberto Rafael Dias da; FABRIS, Elí Terezinha Henn	RBE 44 MAI A AGO 2010	Estudantes universitários como sujeitos	<p>O artigo de autoria de Roberto Rafael Dias da Silva e de Elí Terezinha Henn Fabris resulta de uma pesquisa que buscava compreender alguns dos modos pelos quais os sujeitos universitários são constituídos na contemporaneidade, considerando que a produção dos currículos escolares emerge de uma trama de relações de educabilidade e</p>

				<p>governamentalidade.</p> <p>No primeiro momento, o artigo leva a uma leitura dos enunciados das tramas enunciativas do material, levando em conta estes materiais como momentos. No segundo movimento investigativo, a leitura buscou as práticas que conduziam as condutas dos sujeitos, uma vez que tal inspiração teórica encaminhava a "um estudo das práticas organizadas através das quais somos governados e governamos a nós mesmos, o que chamaremos aqui de regimes de práticas ou regimes de governo" (Dean, 1999, p. 18).</p> <p>Nessa configuração, os autores conduzem à individualização e à responsabilização dos sujeitos, mediados pela produção de consumo que posiciona o acesso ao saber universitário no campo individual, acesso obtido mediante competição acirrada, na qual as responsabilidades são privatizadas.</p> <p>Neste artigo os autores da Silva e Fabris defendem: "Enfim, neste artigo defendemos o argumento de que, no jogo do liberalismo, no qual as relações entre trabalho e educação são entendidas em uma lógica empresarial, os sujeitos estudantes universitários constituem-se com base em um conjunto de estratégias articuladas a uma dinâmica concorrencial no qual o estar na universidade passa a ser lido como uma conquista individual, pois, nessa ordem, os sujeitos tornam-se os responsáveis pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso no mercado de trabalho. As práticas escolares, por estarem imersas nessas condições, são entendidas como espaços catalisadores dessas lógicas".</p>
Fatores que influenciam na percepção das competências para o exercício da docência	NASSIF, Vânia Maria Jorge; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TORRES, Rosane Rivera	RBE 44 MAI A AGO 2010	Competências para o exercício da docência	Os autores: Vânia Maria Jorge Nassif, Darcy Mitiko Mori Hanashiro e Rosane Rivera Torres registram neste artigo que exigências relacionadas à competência profissional ficaram mais complexas e dinâmicas, levando pessoas e organizações a um nível de reflexão sem precedentes acerca das competências necessárias à sobrevivência num mercado

				<p>competitivo e acontece, da mesma forma, no contexto das instituições de ensino superior, local de construção e promoção do saber.</p> <p>Citam ainda, que as universidades representam importância no contexto econômico e social e têm parcela de responsabilidade pelos profissionais que vão para o mercado de trabalho. O professor tem sido pouco valorizado também no contexto universitário e é o maior responsável pela obtenção dos resultados.</p> <p>Para os autores, o professor universitário se constitui em um eixo fundamental na cadeia de valores do ensino. O processo que envolve desde os alunos até o mercado, supre com força de trabalho capacitada os novos desafios de competitividade, o que exige adequação das universidades às novas exigências globais e reconhecimento de que produtividade e qualidade são fundamentais para que exista a competitividade. O ser humano é o diferencial nas organizações de sucesso, mesmo com o avanço tecnológico, e que as pessoas mudam habilidades, comportamentos e relacionamentos.</p> <p>Este artigo, segundo os autores, analisa as competências requeridas para docência acadêmica em relação às características demográficas e funcionais de docentes universitários. “Os professores iniciantes, com menor tempo de vinculação à universidade e pouco tempo no exercício da docência, têm o foco voltado para a obtenção de titulação, demonstrando não entender o que as universidades esperam deles e, sobretudo, quais competências necessitam desenvolver para conquistar o patamar dos experientes”.</p>
--	--	--	--	--